



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90028/2026

Data de Abertura: 01/07/2026 às 09:00 no sítio www.gov.br/compras

Objeto

Contratação de serviços de apoio às Eleições 2026 e supervisão, com alocação de postos vinculados à categoria de auxiliar de apoio administrativo, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Valor estimado

R\$ 6.127.233,36

Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Critério de Julgamento
NÃO	NÃO SE EXIGE	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 11.890/2024?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO SE APLICA

Modo de Disputa

aberto

Observações Gerais



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

(PROCESSO SEI 0026023-86.2025.6.17.8000)

A União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006, da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022, da Resolução CNJ n.º 651/2025, da Instrução Normativa TSE n.º 06/2020 e da Instrução Normativa TRE/PE n.º 29/2019, consoante as condições e especificações deste Edital e anexos.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui o objeto da presente licitação a prestação de serviços de apoio às Eleições 2026 e supervisão, com alocação de postos vinculados à categoria de auxiliar de apoio administrativo, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

1.2 - A licitação será realizada por grupo(s), conforme tabela constante no Termo de Referência (ANEXO I), devendo a licitante oferecer proposta para cada um dos itens.

1.3 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no CATMAT/CATSER e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - A despesa decorrente do objeto deste pregão correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o Exercício, na Ação 167864 – Eleições 2026 – Pleitos Eleitorais – Nacional - Plano Orçamentário: 0000 - Pleitos Eleitorais - Despesas Diversas, na Natureza de Despesa 3390.37.01 – Locação de Mão de Obra /Apoio Administrativo Técnico e Operacional.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e cadastradas no sítio www.gov.br/compras.

3.1.1 - Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

3.1.2 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/PE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2 - Não poderão participar deste Pregão:

3.2.1 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.2 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.3 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, na data de abertura deste Pregão, impossibilitada de licitar ou contratar com o TRE/PE em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.3.1 - O impedimento de que trata esta subcondição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.2.4 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TRE/PE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.2.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.7 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.8 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.2.9 - Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.10 – Pessoas físicas;

3.2.11 – Cooperativas.

3.3 - Considerando que os serviços objeto da presente licitação demandam dedicação exclusiva de mão de obra que pressupõe a subordinação, pessoalidade e habitualidade por parte dos empregados a serem contratados em relação à futura prestadora do serviço e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 12.690/2012, bem como o entendimento do Tribunal de Contas da União consubstanciado no enunciado da Súmula nº 281 e no Acórdão nº 610/2021-Plenário, não será admitida a participação neste certame de cooperativas de mão de obra.

3.4 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.4.1 - Consideram-se empresas integrantes do mesmo grupo econômico aqueles que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.5 – Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha a ser implantado, e, ainda, no SICAF, bem como no Cadastro de Empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

3.6 - A verificação pelo TRE/PE nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para todos os fins no âmbito da presente licitação.

4 - DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, inclusive retirar ou substituir, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até o dia 01/07/2026 às 08h59, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço global, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento/prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (ANEXO I).

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda corrente, limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.2 – O PREÇO GLOBAL a ser ofertado será o valor do custo total da contratação, conforme modelo de Quadro Resumo do Custo Estimado da Contratação (ANEXO VII).

4.2.3 – O PREÇO GLOBAL MÁXIMO admitido para este Pregão é o constante do Quadro Resumo do Custo Estimado da Contratação / Preço Global Máximo Admitido, conforme discriminado no ANEXO IV deste Edital.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições especificados no Termo de Referência (ANEXO I).

4.5 – A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.6 – Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.7 - A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

4.7.1 - cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

4.7.2 – suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.7.3 – caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deseja se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.8 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.9 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

4.11 - A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.12 - A licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5 - DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1 – Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o(a) Pregoeiro(a) registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.3.1. A sessão pública e os respectivos atos de condução do certame serão realizados de forma ininterrupta durante o expediente do TRE/PE, das 08h00 às 14h00. Excepcionalmente, a sessão poderá ser prorrogada até as 18h00, hipótese em que tal fato será informado no chat, devendo os licitantes manterem acompanhamento constante por meio do sistema eletrônico.

5.4 – O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

6.4.1 - Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha da licitante vencedora ocorrerá por sorteio, automaticamente pelo sistema, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

6.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 - Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

6.7 - Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8 - No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.

6.9 - Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, conforme disposto no art. 23 da IN Seges-ME n.º 73/2022.

6.9.1 - A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.2 - O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

6.9.3 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

6.9.3.1 - Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o(a) Pregoeiro(a) decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

6.9.3.2 - Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

6.9.3.3 - Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

7 - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.3 - A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:

7.3.1 - Atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

7.4 - Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4.1 - Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.4.1.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.4.1.2 - não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

8 – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de menor preço global do grupo único.

8.1.1 – O julgamento será realizado tendo por base a proposta final ajustada, enviada pela empresa licitante nos termos do Edital, independentemente dos dados da proposta inicial cadastrados no sistema.

9 - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O(A) Pregoeiro(a) solicitará à licitante classificada em primeiro lugar o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Modelo de Quadro Resumo do Custo Estimado da Contratação (ANEXO VII) e devidamente adequada ao último lance ou preço negociado, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 - A proposta deverá estar acompanhada dos seguintes anexos:

10.1.1.1 - Planilha(s) Orçamentária(s), nos moldes do ANEXO V – Modelo da(s) Planilha(s) Orçamentária(s), com o preço do profissional/mês, discriminado em moeda corrente;

10.1.1.1.1 - na elaboração da(s) planilha(s) de que trata o item **10.1.1.1**, as licitantes deverão se ater ao modelo previsto no ANEXO V - Modelo de Planilha(s) Orçamentária(s);

10.1.1.1.2 - a empresa Optante do Simples Nacional deverá apresentar a planilha orçamentária conforme o ANEXO V – Modelo de Planilha(s) Orçamentária(s), independentemente do regime de tributação.

10.1.1.2 - Memória(s) de Cálculo, para o item Uniforme e o(s) outro(s) item(ns) que compõe(m) a planilha, conforme ANEXO VI - Modelo de Memória de Cálculo de Uniformes e outro(s) item(ns) que compõe(m) a planilha.

10.1.2 - Para efeito de julgamento das propostas, a(s) Planilha(s) Orçamentária(s) apresentada(s) pela licitante deverão:

10.1.2.1 - considerar os percentuais dos tributos COFINS e PIS de acordo com o regime tributário e econômico da licitante;

10.1.2.2 - as alíquotas do COFINS e do PIS poderão ser inferiores aos percentuais utilizados na(s) Planilha(s) Orçamentária(s) de Referência (ANEXO II) para aquelas empresas que, quando da apuração do valor a recolher, descontarem créditos calculados em relação às aquisições de bens utilizados como insumos na prestação de serviço ou outros créditos, conforme prevê a legislação pertinente;

10.1.2.3 - considerar a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o percentual definido no ANEXO II (Planilha(s) Orçamentária(s) de Referência), conforme orientação da LC n.º 116, de 13 de julho de 2003, e a legislação municipal aplicável;

10.1.2.4 - considerar os percentuais para o RAT (Risco Ambiental do Trabalho) - Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários (ANEXO V – Modelo de Planilha(s) Orçamentária(s)), em função da classificação da atividade econômica principal da empresa, nos termos do Decreto n.º 3.048/1999 e alterações, conforme memória da composição de custos e formação de preço, constante da(s) Planilha(s) Orçamentária(s) de Referência (ANEXO II);

10.1.2.4.1 - caso haja divergência entre o percentual do RAT encontrado na forma do subitem **10.1.2.4** e o apresentado na GFIP atual, prevalecerá o percentual indicado nessa GFIP.

10.1.2.5 - considerar o valor para o FAP (Fator Acidentário de Prevenção), de acordo com a sua realidade, comprovada mediante GFIP ou outro documento apto a fazê-lo;

10.1.2.6 - considerar, para o item uniforme e o(s) outro(s) item(ns) que compõe(m) a planilha (Módulo 5 - ANEXO V - Modelo de Planilha(s) Orçamentária(s)), o fornecimento, no primeiro dia de vigência do contrato, com observância dos quantitativos, periodicidade e especificações, conforme disposto no Termo de Referência (ANEXO I):

10.1.2.6.1 - A fim de demonstrar a exequibilidade da proposta, para os itens citados acima, a licitante vencedora deverá apresentar, para o valor cotado, memória de cálculo, na conformidade do ANEXO VI - Modelo de Memória de Cálculo de Uniformes e outro(s) item(ns) que compõe(m) a planilha.

10.1.2.7 - considerar o piso salarial, para a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o(s) serviço(s), no mínimo, o constante da memória da composição de custos e formação de preço, constante do ANEXO II (Planilha(s) Orçamentária(s) de Referência).

10.1.2.8 - apresentar quantidade de planilhas necessárias para a formação de custos, memorial de cálculo e demonstrativo em conformidade com as exigências constantes deste Edital.

10.1.3 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com, devendo o(a) Pregoeiro(a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.4 – O prazo para envio da proposta é de no mínimo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.5 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

10.1.6 – A licitante deverá atender às exigências dispostas no Capítulo “Condições da Proposta” do Termo de Referência – ANEXO I deste Edital.

10.1.7 – O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca do objeto ofertado.

10.1.7.1 – A possibilidade de solicitação acima não impede que o(a) Pregoeiro(a) obtenha tais informações diretamente na internet e as documente nos autos do processo.

10.1.8 – Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.9 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.1.9.1 - conter vícios insanáveis;

10.1.9.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.1.9.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, tanto para os itens quanto para o grupo;

10.1.9.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.1.9.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.1.10 - A licitante mais bem classificada deverá apresentar sua proposta obedecendo, quanto aos salários, ao estabelecido no ANEXO II deste Edital (Planilha(s) Orçamentária(s) de Referência).

10.1.10.1 - Caso a licitante mais bem classificada apresente proposta com salário inferior ao estabelecido neste Edital ou ao da norma coletiva a que estiver obrigada, dentre os dois o mais benéfico ao trabalhador, o(a) Pregoeiro(a) fixará prazo para ajuste da proposta.

10.1.10.1.1 - O não atendimento à solicitação do(a) Pregoeiro(a) no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

10.1.10.1.2 - O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

10.2 – O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.2.1 – O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico demandante do TRE/PE para orientar sua decisão.

10.2.2 – O(A) Pregoeiro(a) poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão em relação ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2.1 – A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo(a) Pregoeiro(a).

10.2.3 - Havendo falhas na proposta, o(a) Pregoeiro(a) deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível

se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.3 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.3.1 - A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

10.3.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.3.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

10.5 – Se houver indícios de inexecutibilidade relativa da proposta, o(a) Pregoeiro(a) deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/2022 da SEGES/ME.

11 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – Para habilitação neste pregão eletrônico, serão exigidos da licitante classificada em primeiro lugar, os documentos discriminados neste Capítulo, além da regularidade do cadastramento da licitante perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos níveis I ao VI conforme art. 6º da IN SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018.

11.2 - Para fins de **habilitação jurídica**, serão exigidos os seguintes documentos:

11.2.1 - Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.2 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

11.2.3 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.4 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.3 - Os documentos apresentados relativos à habilitação jurídica deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

11.4 – Para fins de habilitação jurídica, o(a) Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, se for o caso, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.5 - Para fins de **habilitação fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos os seguintes documentos:

11.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.5.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.5.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.5.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.5.5 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.5.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.7 - Comprovação do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.6 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF:

11.6.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:

11.6.1.1 - Documentação exigida para Qualificação Técnico-Operacional:

11.6.1.1.1 - Comprovação de aptidão para a execução de serviços de terceirização com experiência mínima de 30 (trinta) meses e com, no mínimo, 303 (trezentos e três) postos de trabalho, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

11.6.1.1.1.1 - Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

11.6.1.1.1.2 - Será aceito, para comprovação do quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.6.1.1.1.3 - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior. Serão aceitas, inclusive, as prorrogações contratuais, firmadas por aditivo contratual.

11.6.1.1.1.4 – A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.6.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.6.2.1 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, bem como Certidão Negativa de Processos Cíveis para Pessoa Jurídica, - para Licitação - relativa ao processo judicial eletrônico (PJE);

11.6.2.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

11.6.2.2.1 - Índices de Liquidez Geral (LG) = $[\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}]$; de Liquidez Corrente (LC) = $[\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}]$; e de Solvência Geral (SG) = $[\text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}]$ - superiores a 1,00;

11.6.2.2.2 - Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do preço estimado da contratação;

11.6.2.2.3 - Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

11.6.2.3 - Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, conforme modelo constante no ANEXO X - Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública, acompanhada de Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, observados os seguintes requisitos:

11.6.2.3.1 - O Patrimônio Líquido deve ser igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da abertura da licitação; e

11.6.2.3.2 - Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

11.6.2.4 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ou do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.6.2.5 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.6.3 - OUTROS DOCUMENTOS:

11.6.3.1 - A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

11.6.3.1.1 - Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

11.6.3.1.2 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.7 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, ou que sejam necessários para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item **11.9**, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do campo de “diligência”.

11.7.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item acima é de no mínimo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo(a) Pregoeiro(a).

11.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.7.4 – Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com, devendo o(a) Pregoeiro(a), nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.8 – A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.8.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o(a) Pregoeiro(a), a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.8.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sala do(a) Pregoeiro(a) do TRE/PE, situada na Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife – PE, Telefone: (81) 3194-9200, no prazo estipulado pelo(a) Pregoeiro(a).

11.9 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **11.7**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do(a) Pregoeiro(a), a apresentação de novos documentos de habilitação para:

11.9.1 - a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

11.9.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.9.3 - a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.10 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item **11.7** e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.11 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.11.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.11.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.12 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.13 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.13.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.13.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

11.14 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.14.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.15 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.15.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

11.15.1.1 - identidade dos sócios;

11.15.1.2 - atuação no mesmo ramo de atividades;

11.15.1.3 - data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

11.15.1.4 - compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

11.15.1.5 - identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

11.15.1.6 - identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.15.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.15.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

11.15.3.1 - inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

11.15.3.2 - relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11.16 - A documentação referente à qualificação técnica será analisada pela equipe técnica designada pela Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo - SESEC, e a relativa à qualificação econômico-financeira será analisada por contadores deste Tribunal.

12 – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

12.3 - A licitante vencedora deverá encaminhar ao TRE/PE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado do encerramento da sessão, documento contendo as informações dispostas no ANEXO XIII, para o e-mail cec@tre-pe.jus.br, para fins de formalização do Contrato.

13 – DOS RECURSOS

13.1 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou

inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ou na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento.

13.3 - As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4 - Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 - Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no inciso II do §1º, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.7 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e, exauridos os recursos administrativos quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação da licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

15 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1 - Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2 - Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

15.3 - O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/PE.

15.4 - Será verificado por meio do Sicafe e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

15.4.1 - A licitante vencedora deverá comprovar que a empresa e seus dirigentes não possuem condenação por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao que está previsto no art. 1º e no art. 170 da Constituição Federal de 1988; no art. 149 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, (promulga o Protocolo de Palermo) e nas Convenções da OIT, no art. 29 e no art. 105.

15.4.1.1 - A comprovação acima será feita mediante Certidão Judicial de Distribuição da esfera criminal, da Justiça Comum, Federal e Estadual da licitante e de seus dirigentes; pela apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada; por declaração da contratada, ou autodeclaração colhida diretamente através do sistema “Compras.gov.br”.

15.5 - Quando a licitante convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela licitante vencedora.

15.5.1 - Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

15.5.1.1 - Convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

15.5.1.2 - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - Conforme **Capítulo “DO PAGAMENTO”** constante da minuta do Contrato (ANEXO XII).

17 - DAS SANÇÕES

17.1 - As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, na Instrução Normativa TRE/PE nº 77/2025, e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

17.2 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (*e-mail*) indicado em sua proposta.

17.2.1 - A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) indicado em sua proposta e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do TRE/PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

17.3 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

18 – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

18.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com.

18.2 – Compete ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

18.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a) até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com.

18.4.1 – O(A) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do TRE/PE para os interessados.

19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PE. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

19.2 - É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou ao Presidente do TRE/PE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

19.3 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.4 - O(A) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão.

19.5 - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

19.6 - O Presidente deste Tribunal poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

19.7 - A anulação do procedimento deste Edital, por motivo de ilegalidade, induzirá à da contratação, o que não obrigará o TRE/PE a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no item **19.9**.

19.8 - A declaração de nulidade da contratação, originada por este Edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

19.9 - A nulidade não exonera o TRE/PE do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos

regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

19.10 - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PE.

19.11 - É vedada a contratação de empresa que tenha entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PE.

19.12 - A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

19.13 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE/PE, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, § 4º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução n.º 229/2016).

19.14 - Consoante o prescrito no art. 2º, VI, da Resolução n.º 07, de 18/10/05, do Conselho Nacional de Justiça (incluído pela Resolução nº 229/16), fica vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente à Contratante.

19.15 - A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (art. 2º, § 3º, da Resolução n.º 7 do CNJ, incluído pela Resolução nº 229/2016).

19.16 - A existência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal/CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de contratos e eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), nos termos do art. 6º da Lei nº 10.522/2002.

19.17 - Antes de ser formalizada a contratação ou de eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), a Administração verificará a existência de impedimento mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade/CNCAIA e ao Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União/TCU, emitindo as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, em conformidade com o § 4.º do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes à matéria.

19.18 - Informações complementares sobre a presente licitação poderão ser obtidas pelos telefones (81) 3194-9283, 3194-9284 e 3194-9285, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, ou pelos e-mails nulic@tre-pe.jus.br e cpltrepe@gmail.com.

19.19 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexo(s):

ANEXO I	- TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	- PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (SERVIÇOS ORDINÁRIOS) com memória de composição de custos e formação de preço

ANEXO III	- MEMÓRIA DE CÁLCULO DE UNIFORMES
ANEXO IV	- QUADRO RESUMO DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO / PREÇO GLOBAL MÁXIMO ADMITIDO
ANEXO V	- MODELO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO VI	- MODELO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE UNIFORMES
ANEXO VII	- MODELO DE QUADRO RESUMO DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
ANEXO VIII	- ENDEREÇOS DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
ANEXO IX	- DIMENSIONAMENTO FORÇA DE TRABALHO, DIÁRIAS E HORAS EXTRAS
ANEXO X	- MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ANEXO XI	- CBOs
ANEXO XII	- MINUTA DO CONTRATO
ANEXO XIII	- CADASTRO PARA ASSINATURA DE ATA/CONTRATO

Recife, 10 de junho de 2026.

Danubia Rocha Antunes de Souza
Coordenadoria de Editais e Contratos



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

ANEXO I

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 - ELETRÔNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto a ser Contratado (art. 6º, XXIII, “a” e “i” e Art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

a) Prestação de serviços de apoio às Eleições 2026 e supervisão, com alocação de postos vinculados à categoria de auxiliar de apoio administrativo, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSE R	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDAD E
I	Serviço auxiliar de apoio administrativo	5380	Posto de trabalho	602
II	Serviço de supervisão	25623	Posto de trabalho	04

b) O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

c) O serviço é enquadrado como não continuado, tendo em vista que é apenas para o período eleitoral.

d) O custo estimado total da presente contratação está descrito no item 5.7 deste Termo de Referência.

e) A contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

f) O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

g) Para a contratação, não se adotou o catálogo eletrônico de padronização, preceituado no art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, pois, no Tribunal, inexistente tal catálogo para os serviços de apoio administrativo, dentro dos quais se insere o objeto desta contratação. Outrossim, o catálogo disponibilizado pelo Poder Executivo Federal limita-se aos itens “água mineral natural, sem gás” e “café e açúcar”, conforme link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>, sendo, portanto, inaplicável à presente contratação.

1.1. Vigência da Contratação e Possibilidade de Prorrogação

O período de vigência da contratação é de 28/08/2026, ou a partir da publicação no PNCP (caso em data posterior), a 31/12/2026. Contrato por prazo determinado e sem possibilidade de prorrogação.

2. Fundamentação da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei nº 14.133/2021)

a) A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

b) O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, conforme detalhamento a seguir:

Objetivo(s) Estratégico(s) do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) deste TRE:	09 - Evoluir a gestão administrativa
Objetivo do Plano Setorial da Unidade Gestora:	Não se aplica.
Sequencial no Plano de Contratações Anual (Exercício 2026):	194

3. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor (art.6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021)

Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DE GRUPO ÚNICO.

3.1. Critério de Julgamento, Adjudicação e Homologação

MENOR PREÇO GLOBAL DE GRUPO ÚNICO

3.2. Tratamento Diferenciado (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

Não se aplica, em razão do VALOR GLOBAL ser superior a R\$ 80.000,00, em obediência ao artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

3.3. Das Condições de Habilitação

a) Exigências de Habilitação:

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, técnica e econômico-financeira, será verificada mediante consulta ao SICAF (nos níveis de cadastro I ao VI), conforme documentação especificada neste subitem 3.3;

É responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados;

Para fins de habilitação, deverá o licitante observar o seguinte:

a.1) Documentação exigida para habilitação jurídica:

- ☐ Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- ☐ Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;
- ☐ Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- ☐ Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

a.2) Documentação exigida para habilitação fiscal, social e trabalhista:

- ☐ Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- ☐ Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- ☐ Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- ☐ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- ☐ Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- ☐ Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- ☐ Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, I;
- ☐ Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, prevista no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

a.3) Documentação exigida para qualificação Econômico-Financeira:

- ☐ Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, bem como Certidão Negativa de Processos Cíveis para Pessoa Jurídica, - para Licitação - relativa ao processo judicial eletrônico - PJE (item 11.1, e, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG);
- ☐ Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - Índices de Liquidez Geral (LG) = [Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo], de Liquidez Corrente (LC) = [Ativo Circulante / Passivo Circulante] e de Solvência Geral (SG) = [Ativo Total / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo] - superiores a 1,00 (item 11.1, a, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG c/c art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021);
 - Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação (item 11.1, b, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG c/c art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021);
 - Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (item 11.1, c, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG c/c art. 69, I e § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- ☐ Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, conforme modelo constante no Anexo X - Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública, acompanhada de Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social (item 11.1, d.1, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG), observados os seguintes requisitos:
 - O Patrimônio Líquido deverá ser igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da abertura da licitação (item 11.1, d, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG);

- Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas (item 11.1, d.2, do Anexo VII-A da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG);

☐ As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ou do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º);

☐ O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor (art. 69, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

Justificativa para a qualificação econômico-financeira:

Como se percebe, os requisitos qualificadores estão fundamentados em normas da Lei nº 14.133/2021 e da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG. Embora a aplicação da instrução não seja exigida no TRE-PE, utilizamos algumas de suas regras por serem recomendadas por órgãos de controle, o que dá ao gestor do órgão maior segurança em suas contratações.

Ademais, reputamos essencial o cumprimento desses requisitos pelos licitantes a fim de que demonstrem capacidade econômica de assumir as obrigações oriundas da contratação pretendida, minimizando o risco ou evitando descumprimentos e irregularidades na execução contratual, os quais poderiam ser prejudiciais ao patrimônio público, a serviços no Tribunal e à sua missão institucional.

Justificam-se, portanto, os requisitos acima pela fundamentação normativa exposta e pelo objetivo de acautelar o Tribunal de empresas financeiramente inaptas de suportar contrato de serviços envolvendo alocação de mão de obra.

a.4) Documentação exigida para Qualificação Técnico-Operacional:

Para fins de qualificação técnico-operacional, deverá ser comprovada, mediante atestados ou outros documentos legalmente admitidos, a aptidão para executar serviços de terceirização, sendo exigida experiência mínima de 30 (trinta) meses e com, no mínimo, 303 (trezentos e três) postos de trabalho, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

☐ Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

☐ Será aceito, para comprovação do quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

☐ Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior. Serão aceitas, inclusive, as prorrogações contratuais, firmadas por aditivo contratual.

☐ O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Justificativa para a qualificação técnico-operacional:

Embora não seja obrigatória a adoção da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG pelo Órgão, utilizamos suas regras (itens 10.6, 10.7, 10.8, 10.9 e 10.10, do Anexo VII-A) por serem recomendadas por órgãos de controle, o que dá ao gestor do órgão maior segurança em suas contratações.

Além disso, independentemente do tipo do serviço e do quantitativo dos postos, e considerando a importância da contratação para o Tribunal, principalmente por ser para o período eleitoral, entendemos necessária a solicitação de atestados de qualificação técnica para que tenhamos na disputa empresas com experiência em execução nesse tipo de serviço, evitando-se problemas a serem equacionados futuramente pela gestão contratual.

Ressaltamos que o exigido é apenas a execução de qualquer contrato no âmbito da atividade econômica do licitante com no mínimo a metade do quantitativo a ser contratado, o que acreditamos estar proporcional com a dimensão e complexidade do objeto a ser contratado e em conformidade com o art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e com o Acórdão 1.604/2025 - TCU - Plenário.

Quanto à experiência mínima requisitada de 30 (trinta) meses, encontra-se em conformidade com o art. 67, § 5, da Lei nº 14.133/2021, que preceituou "03 (três) anos" como tempo máximo de experiência prévia exigível (ao invés do tempo mínimo, previsto no item 10.6, Anexo VII-A, da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG). Considerando isso, entendemos que a experiência mínima a ser provada evitará, na disputa, empresas incapazes de executar regularmente o contrato de grande vulto e imprescindível ao bom andamento das Eleições 2026 no âmbito deste Regional. Mostrando-se, assim, compatível com a dimensão do objeto a ser contratado.

Então, as exigências acima se justificam por resguardarem a Administração de contratar empresa sem condições de prestar os serviços licitados. Frise-se que a comprovação poderá ser relativa a qualquer categoria profissional, e não especificamente aquelas pretendidas nesta contratação.

a.5) Vedação à participação de pessoa física, consórcio ou cooperativa:

Na licitação, não será admitida a participação de pessoa física, consórcio ou cooperativa.

Justificativa para a vedação acima:

☐ pessoas físicas: na qualificação econômico-financeira há exigência de capital social mínimo, conforme consta na alínea "a.3". É necessário que a empresa comprove um razoável equilíbrio econômico-financeiro, que a permita assumir todas as obrigações decorrentes do contrato a ser firmado;

☐ consórcios: justifica-se por se tratar de um objeto de natureza simples, de pequeno vulto e baixa complexidade técnica que justifique a união de empresas distintas para o atendimento da demanda. A participação de consórcio não é fator relevante que irá garantir aumento de produtividade. Além disso, os requisitos de qualificação técnica e econômica exigidos são os mínimos necessários para a comprovação de que a empresa pode fornecer o objeto;

☐ cooperativas: proibição devido ao objeto desta contratação, prestação de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com características bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021. O contexto da referida prestação implicaria relação de emprego/subordinação entre a cooperativa (suposta Contratada) e os cooperados (supostos Terceirizados), algo vedado pelo art. 10, I, da IN nº 05/2017/SEGES/MPDG, pela súmula TCU nº 281 e pelo art. 90 da Lei nº 5.764/1971. Outrossim, a proibição em comento está alinhada ao Parecer nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/comunicados/2023/Comunicado04.2023parecer0002.pdf>) e ao Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União, nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, conforme os quais "a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à Contratada".

b) Exigências complementares:

Como outra condição para participar do certame, exigir-se-á, de cada licitante, não inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em obediência ao art. 14, III, da Lei nº 14.133/2021, requisito que também se aplicará à formalização/prorrogação contratual (art. 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021). Será ainda requisito da formalização/prorrogação regularidade da licitante quanto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN - art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002).

4. Descrição da Solução e Adequação Orçamentária (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'c' e 'j' e art. 40, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021)

4.1. Descrição da Solução

A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada nos tópicos 1.8 e 1.9 do Estudo Técnico Preliminar.

Após análise das alternativas disponíveis, a equipe de planejamento da contratação concluiu que a solução mais adequada é a de postos com dedicação exclusiva de mão de obra, consistente na contratação de serviços terceirizados de apoio às eleições e supervisão a serem prestados nas categorias de Auxiliar de Apoio Administrativo/Auxiliar de Apoio às Eleições e Supervisor Administrativo, conforme CBOs e demais especificações do ETP.

A adoção de postos com dedicação exclusiva mostra-se a solução que melhor atende:

- a) à natureza da demanda, que é intensiva em mão de obra, de caráter temporário, porém concentrada e imprevisível, exigindo a presença física contínua dos profissionais nas unidades, com disponibilidade em tempo integral para atendimento imediato às demandas relacionadas às Eleições 2026;
- b) às diretrizes normativas específicas do processo eleitoral, notadamente o art. 12, § 1º, inciso II, da Resolução TSE nº 23.702/2022, que prevê a possibilidade de contratação, em ano eleitoral, de atividades de apoio administrativo à organização dos pleitos, conferindo segurança jurídica ao modelo ora proposto;
- c) à experiência pretérita do Tribunal, visto que esse modelo vem sendo adotado com êxito em eleições anteriores (2016, 2018, 2020, 2022 e 2024), revelando-se adequado sob os aspectos operacional, econômico e de mitigação de riscos para a realização das eleições.

A solução escolhida visa atender, de forma temporária e específica, à necessidade de reforço da força de trabalho dos cartórios eleitorais e locais de armazenamento de urnas, sem incremento permanente do quadro de servidores, o que se mostra mais racional do ponto de vista econômico, diante do caráter episódico e cíclico da demanda (eleições bienais).

O modelo com dedicação exclusiva também:

- favorece a padronização e a uniformidade na execução das atividades de apoio às eleições em todas as zonas eleitorais;
- possibilita melhor coordenação, supervisão e controle das equipes, inclusive por meio dos postos de supervisão previstos, garantindo maior qualidade na prestação dos serviços;
- simplifica a gestão contratual, concentrando, em um único contrato, a alocação da mão de obra necessária em todo o Estado, reduzindo custos administrativos e riscos de fragmentação da responsabilidade.

A jornada de trabalho, dos serviços a serem contratados, será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nos termos do art. 7º, XIII, da Constituição e da Cláusula Trigésima Primeira da CCT vigente para as categorias (registrada no MTE sob o número PE000054/2026).

4.2. Adequação Orçamentária

As despesas oriundas do Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e constante no sequencial 194 do PCA 2026.

4.2.1. Sequencial do PCA

Exercício 2026: sequencial 194

4.2.2. Natureza de Despesa e Tipo de Orçamento

Natureza da Despesa: 3.3.90.37.01 – Locação de mão de obra

Orçamento de Eleição

4.2.3. Modalidade da Nota de Empenho

	Ordinário	X	Global	X	Estimativo
--	-----------	---	--------	---	------------

Empenho Global: serviços ordinários

Empenho Estimativo: diárias para deslocamento e serviços extraordinários

5. Requisitos e Estimativa do Valor da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea 'd' e art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

A contratação aqui proposta visa obter serviço essencial, que deve ser executado por prazo determinado, sem prorrogação, com a finalidade de atender a necessidade específica em período eleitoral.

- a) Os funcionários da Contratada ficarão à disposição nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, para a prestação dos serviços;
- b) A Contratada não compartilhará os profissionais e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) A Contratada possibilitará a fiscalização pelo Contratante quanto ao controle e supervisão dos profissionais alocados em seu contrato;
- d) Deverá ser firmado entre este TRE e a empresa Contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços com qualidade;
- e) A Contratada deverá adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus funcionários;
- f) É dever da Contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, combustível, redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
- g) A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- h) Os serviços serão contratados estabelecendo-se uma estimativa do custo por posto de trabalho, observada a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação;
- i) Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às seguintes categorias de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações - Auxiliar de Administrativo - CBO nº 4110-10 e Supervisor Administrativo - CBO nº 4101-05;
- j) A Contratada deverá providenciar as substituições de funcionários dos postos contratados para não haver interrupção dos serviços nos casos de faltas, licenças, entre outros;
- k) Antes do início da execução do contrato, a Contratada deverá formalizar a indicação de preposto que atuará perante este Regional, contendo nesse ato necessariamente as informações: número de telefone com acesso a aplicativo de mensagens instantâneas e e-mail.

O custo estimado total da contratação é R\$ 6.127.233,36 (seis milhões, cento e vinte e sete mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos), para o período de 28/08/2026 a 31/12/2026 (com 1º e 2º Turnos Eleitorais), consoante item 5.7 deste TR e Anexo IV ao Edital.

5.1. Parcelamento do Objeto

Sugere-se que a adjudicação do objeto licitado seja atribuída à empresa que propuser o MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO, nos termos dos arts. 33, I, e 34 da Lei nº 14.133/2021, visto que, por motivos técnicos, operacionais e econômicos, revela-se mais vantajoso para a Administração reunir os 02 (dois) itens licitados em um único grupo, como já verificado em pretéritas contratações homólogas deste TRE em eleições passadas (2016, 2018, 2020, 2022 e 2024). Seguem as justificativas para a sugestão apresentada neste tópico.

De pronto, alega-se que o modelo acima mitiga os riscos associados à hipótese de mais de uma empresa realizar os serviços pretendidos, já que, sendo estes fortemente interligados, sua pulverização entre distintas contratadas poderia comprometer tanto a qualidade das entregas quanto a própria execução do objeto contratual.

Em tal contexto, se contratadas distintas empresas, este Tribunal tutelaria mais de um contrato, o que majoraria os custos operacionais, porquanto a gestão e a fiscalização contratuais enfrentariam árduas rotinas para coordenar as medidas voltadas à consumação dos serviços; a gestão e a fiscalização contratuais lidariam com mais de um preposto; a gestão e a fiscalização contratuais encontrariam obstáculos para movimentar profissionais entre as unidades atendidas; os instrumentos referentes a termos aditivos e apostilas de repactuação seriam mais numerosos; eventuais falhas na prestação do serviço como um todo poderiam causar a abertura de processo administrativo contra mais de um desfavorecido; dentre outros entraves.

Cabe rememorar que a adjudicação por grupo único possibilita que a mesma empresa seja contratada para fornecer todos os itens licitados pelo contratante, assim restando favorecida a interlocução entre os Auxiliares e os Supervisores que os liderarão. Isso tende a deixar os procedimentos e as atividades mais conectados e coerentes, aumentando a eficiência.

O não parcelamento da solução não implica restrição à competitividade, porquanto o serviço a ser contratado é comum, de baixa complexidade e alta exequibilidade, podendo ser abrangido por várias licitantes. De maneira semelhante, a solução não parcelada estimula a economia de escala, pois uma mesma empresa dilui os custos fixos e administrativos provenientes de todos os itens contratados.

Por último, na contratação aqui planejada, o parcelamento da solução mostra-se arriscado, uma vez que, considerados os aspectos mercadológicos e as peculiaridades do objeto contratual, fragmentar o certame em lotes ou itens aumentaria a probabilidade de deserção licitatória e de fracasso quanto a algum dos itens, o qual poderia não ser atrativo para o mercado.

5.2. Garantia dos Serviços e Assistência Técnica

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia ofertada, qualquer que seja a modalidade eleita, deverá possuir cobertura para verbas rescisórias inadimplidas.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deverá ocorrer antes da assinatura do contrato.

A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a notificação pelo Contratante.

5.3. Materiais e Equipamentos

Não se aplica.

5.4. Vistoria Técnica

Fica franqueada aos interessados, em data e horário específicos para cada um, a realização de visita técnica nos locais da prestação dos serviços, mediante prévio agendamento junto à Seção de Serviços Contínuos - SESEC, por meio do telefone (81) 3194-9673.

Os serviços a serem contratados serão exercidos prioritariamente nos locais e conforme as atividades descritas neste Termo de Referência, não se mostrando, portanto, essencial a visita para a plena compreensão do objeto contratual. Consequentemente, não será exigida.

Trata-se de serviço comum, que não depende de verificação dos locais para que se compreenda plenamente as suas condições e peculiaridades que possam impactar na execução contratual, nem análise presencial para elaboração de propostas realistas. A exigência de vistoria limitaria injustificadamente a participação de interessados de outras localidades, impactando na competitividade.

Entretanto, por corresponder a um direito dos licitantes, a realização de visita técnica será facultada, a fim de lhes oportunizar, por exemplo, conhecer o local da execução contratual, obter esclarecimentos quanto aos serviços a serem prestados e sanar dúvidas sobre dispositivos referentes à licitação.

Na direção das considerações acima, o art. 63, §§ 2º a 4º, da Lei nº 14.133/2021, e o Acórdão 2090/2023 - TCU - Plenário (itens 24 a 26).

5.5. Qualificação Técnica Mínima dos Profissionais e das Condições de Habilitação

5.5.1. Auxiliares de Apoio às Eleições

Idade mínima de 18 (dezoito) anos, ter concluído o ensino médio, possuir noções básicas de informática, ter idoneidade moral, comprovada através de certidões junto à JUSTIÇA CIVIL e CRIMINAL dos lugares onde o funcionário residiu nos últimos cinco anos e não ser filiado a qualquer partido político e nem exercer atividade político-partidária no período da contratação.

Além dos requisitos mínimos pessoais e profissionais, é necessário que a Contratada garanta requisitos mínimos tecnológicos, para assegurar o registro e transmissão de ocorrências para as bases de dados do TRE-PE.

A empresa Contratada deverá garantir que cada auxiliar de apoio às Eleições contratado tenha disponível para utilização, durante todo o período de contratação, um aparelho *smartphone* para operação de aplicativo (*App*) próprio do TRE-PE e/ou aplicativos indicados pelo Órgão, visando o registro e transmissão de ocorrências para as bases de dados do Regional.

O(s) aplicativo(s) para registro das ocorrências será(ao) definido(s) pelo Contratante oportunamente, sem custo de instalação para os auxiliares e para a empresa contratada.

Os requisitos mínimos que devem ser atendidos pelos *smartphones* são:

- Sistema Operacional: Android versão 12 ou superior ou iOS, 26.2.1 ou superior;
- Plano de dados: disponibilidade de 10GB de dados móveis mensais, durante todo o período da contratação, para funcionamento do(s) aplicativo(s) a ser(em) disponibilizado(s) ou indicado(s) pelo TRE de Pernambuco;

Fica a critério da Contratada definir se exigirá como requisito para contratação a posse de *smartphone* compatível com as especificações acima ou se fornecerá aparelho para cada profissional.

O Contratante não remunerará a Contratada pelo fornecimento do aparelho *smartphone* para os profissionais contratados, limitando-se a indenizar a Contratada pelo pacote de dados móveis que deverá oferecer aos funcionários para acesso à internet.

A Contratada poderá fornecer a cada profissional ajuda de custo em valor compatível com o plano de dados e período de utilização exigido nos requisitos, a fim de que o profissional tenha condições de operar o(s) aplicativo(s) a ser(em) indicado(s) por este Regional no seu *smartphone*, conforme discriminado na planilha orçamentária do Anexo II.

Os profissionais devem ser orientados pela Contratada quanto à obrigatoriedade de utilização do(s) aplicativo(s) indicado(s) pelo TRE-PE nos seus *smartphones*, quando for demandado pelo Contratante nos períodos especificados.

5.5.2. Supervisores

Idade mínima de 18 (dezoito) anos, ensino médio completo, conhecimentos básicos em informática, operação de *softwares* de edição de texto, planilhas, gerenciador de correspondência eletrônica e *web browser*; ter idoneidade moral, comprovada através de certidões junto à JUSTIÇA CIVIL e CRIMINAL dos

lugares onde o funcionário residiu nos últimos cinco anos e não ser filiado a qualquer partido político e nem exercer atividade político-partidária no período da contratação.

5.6. Condições da Proposta

A proposta, deverá conter:

a) a especificação do objeto no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, conforme disposto neste Termo de Referência;

b) o PREÇO GLOBAL, ofertado em moeda corrente nacional, limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula, no qual se presume estarem inclusos todos os custos que incorram ou venham a incorrer sobre o objeto licitado, inclusive impostos, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas;

b.1) o PREÇO GLOBAL a ser ofertado será o valor do custo total da contratação, conforme o anexo “Modelo de Quadro Resumo do Custo Estimado da Contratação”;

b.2) o PREÇO GLOBAL MÁXIMO admitido para este Pregão é o constante do anexo “Quadro Resumo do Custo Estimado da Contratação / Preço Global Máximo Admitido”;

c) o Quadro Resumo do Custo Estimado da Contratação, discriminado em moeda corrente nacional;

d) as Planilhas Orçamentárias, com o preço do profissional/mês, discriminado em moeda corrente nacional;

d.1) na elaboração das planilhas de que trata este item, as licitantes deverão se ater ao previsto no “Modelo de Planilhas Orçamentárias”;

d.2) a empresa Optante do Simples Nacional deverá apresentar a planilha orçamentária conforme o “Modelo de Planilhas Orçamentárias”, independentemente do regime de tributação, levando em conta a igualdade de todos os licitantes na fase de lances, visto que a exclusão dar-se-á somente a partir do mês subsequente ao da contratação, conforme Acórdão TCU nº 2798/2010 – Plenário (TC-025.664/2010-7, rel. Min. José Jorge, 20.10.2010);

d.3) no tocante aos custos variáveis, cujos itens admitem justificativa, a licitante deverá preencher a Planilha Orçamentária de acordo com a sua realidade empresarial e de mercado, conforme o disposto na Observação da Memória da Composição de Custos e Formação de Preços;

e) as Memórias de Cálculo, para o item Uniforme, conforme o “Modelo de Memória de Cálculo Uniformes”;

5.6.2) A proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contado da data de abertura da sessão pública;

5.6.3) A apresentação de propostas implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de prestar os serviços na forma definida neste Edital e Anexos, bem como fornecer, conforme o caso, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, em quantidade e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo a substituição necessária, conforme especificações e exigências constantes no Termo de Referência.

O levantamento dos valores levou em consideração a CCT vigente da categoria (PE000054/2026). O preço de referência é determinado por meio de uma planilha de formação de preços, observando-se:

- a) a Convenção Coletiva de Trabalho que estabeleceu o piso salarial e outras vantagens;
- b) o 13º salário, férias, adicional de férias etc;
- c) os Uniformes;
- d) as leis que estabelecem os encargos sociais (INSS, FGTS etc.);
- e) a remuneração da empresa Contratada (taxa de administração e taxa e lucro);
- f) impostos incidentes (ISS, PIS e COFINS):

f.1) as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS deverão apresentar planilha com o cálculo da média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta.

Com esses dados, os custos são estimados e estabelecidos como máximo aceitável no processo licitatório.

Essa forma possibilita a participação de empresas de diversos enquadramentos fiscais permitindo a mais ampla concorrência.

O custo total estimado da contratação, incluindo salários, uniformes, conforme o detalhamento constante nos Anexos II, III e IV do Edital, é R\$ 6.127.233,36 (seis milhões, cento e vinte e sete mil duzentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos).

O custo total estimado da contratação, para o período de 28 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026, está detalhado no quadro infra:

SERVIÇO	VALOR
POSTOS DE AUXILIARES - SERVIÇO ORDINÁRIO (SEM 2º TURNO EM 2026)	R\$ 3.077.026,68
POSTOS DE AUXILIARES - SERVIÇO ORDINÁRIO (COM 2º TURNO EM 2026)	R\$ 4.691.729,28
POSTOS DE SUPERVISORES - SERVIÇO ORDINÁRIO	R\$ 118.629,28
DIÁRIAS (SEM 2º TURNO EM 2026)	R\$ 250.440,84
DIÁRIAS (COM 2º TURNO EM 2026)	R\$ 393.456,60
SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO (SEM 2º TURNO EM 2026)	R\$ 482.010,28
SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO (COM 2º TURNO EM 2026)	R\$ 923.418,20
TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 3.928.107,08
ORDINÁRIO + DIÁRIAS + EXTRAORDINÁRIO sem 2º turno	
TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$
ORDINÁRIO + DIÁRIAS + EXTRAORDINÁRIO com 2º TURNO	6.127.233,36

Para o balizamento do preço estimado da contratação, foram consideradas as orientações contidas na Resolução do TSE nº 23.702/2022, no Acórdão TCU - Plenário nº 1.214/2013 e na Instrução Normativa nº 05/2014, alterada pela Instrução Normativa nº 03/2017, ambas do MPOG.

Quanto à pesquisa junto aos fornecedores, prevista no item X do art. 30 da IN nº 05/2017, foi dispensada em parte, pois a maioria dos custos é definida pela CCT da categoria, observando-se ainda ato regulador de tarifa de transporte urbano e pesquisa de mercado para uniformes e dados móveis.

Para definição dos custos dos insumos, realizamos pesquisa de preços praticados por órgãos da Administração Pública, mediante pesquisa no sítio eletrônico especializado "Banco de Preços" (art. 5, incisos I e III da IN 65/2021) e sites especializados.

A Planilha de Custos da Administração segue no Anexo II ao Edital.

OBS.: Devido a restrições orçamentárias, foram diminuídos os períodos de execução dos serviços e, por conseguinte, reduzidos os custos previstos no item 1.17.2 do ETP, que contém tão somente um cálculo/levantamento inicial. É válido ressaltar que, para os fins da licitação, o valor estimado da contratação é o apresentado neste Termo de Referência.

5.7. Estimativa de Preços (Custo Médio da Contratação)

5.7.1 Data do Orçamento Estimado

Em atendimento ao art. 25, §7º, da Lei 14.133/2021, a data do orçamento estimado é 26/03/2026.

5.8. Preposto da Empresa

Há necessidade de preposto e as obrigações a ele relativas constam no subitem "6.3. Obrigações da Contratada" deste Termo de Referência.

5.9. Critérios de Sustentabilidade

a) Sustentabilidade:

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado(s) ao objeto:

☐ ODS 8. Trabalho decente e crescimento econômico:

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

☐ ODS 12. Consumo e produção responsáveis:

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

☐ ODS 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes:

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Os Critérios de Sustentabilidade requeridos visam a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais que contribuam para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e em atendimento ao disposto na Lei nº 12.187/2009 (art. 5º, XIII e art. 6º, XII), no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como no Acórdão nº 1056/2017 - Plenário do TCU, na Resolução nº 400/2021 do CNJ, com as alterações da Resolução nº 594/2024 do CNJ, e na Resolução nº 23.474/2016 do TSE. Serão exigidos como critérios de sustentabilidade os que seguem:

a.1) Critérios Sociais:

A Contratada deverá atender às disposições a seguir:

☐ Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;

☐ Não terem sido condenados a licitante vencedora nem seus dirigentes por infração às leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, do art. 149 do Código Penal Brasileiro, do Decreto nº 5.017/2004 (Promulga o Protocolo de Palermo.) e das Convenções da OIT ns. 29 e 105;

☐ Não possuir entre seus sócios, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros e juízes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento deste Tribunal;

☐ Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012;

☐ Observar a reserva de vagas para jovens aprendizes, nos termos do art. 429 da CLT;

☐ Cumprir a Resolução CNJ nº 255/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023 (promoção da equidade de gêneros) e, quando couber, a Resolução CNJ nº 497/2023 (reserva de vagas para mulheres em vulnerabilidade econômico-social):

- As ações de equidade de gêneros no ambiente de trabalho desenvolvidas pelos licitantes serão critério de desempate no processo licitatório, nos termos do art. 60, III, da Lei nº 14.133/2021, para tanto, devendo ser consideradas ações de equidade, respeitada a ordem a seguinte ordem: I. medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante; II. ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação; III. igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens; IV. práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual; V. programas destinados à equidade de gênero e de raça; e VI. ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros;

- Ao aplicar a Resolução CNJ nº 497/2023, a Contratada deverá:

☐ consultar instituições empreendedoras de políticas públicas e ações tendentes à igualdade de gêneros e fortalecimento dos direitos das mulheres, nos processos de seleção e recrutamento das pessoas a serem alocadas no contrato, observadas as normas internas da empresa e os requisitos profissionais exigidos para o exercício das atividades elencadas neste termo de referência, devendo ser necessariamente consultadas as instituições com as quais este TRE mantenha ou venha a manter convênio, acordo, pacto ou ato congênere voltado às referidas políticas públicas e ações, como as Secretarias da Mulher Estadual(is) e Municipal(is) que firmaram os Acordos de Cooperação Técnica nº 07/2024, nº 08/2024 e nº 09/2024;

☐ manter em sigilo a situação de vulnerabilidade das trabalhadoras alocadas no contrato em atendimento ao Programa Transformação, observando as prescrições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o mesmo se aplicando ao Contratante;

- A eventual indisponibilidade de mão de obra passível da reserva de vagas e qualificada para os serviços contratados, desde que devidamente comprovada, não caracterizará descumprimento contratual;

☐ Garantir a manutenção dessas condições, sob pena de rescisão contratual em caso de descumprimento;

☐ Apresentar, nos termos previstos nas obrigações contratuais, declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade acima.

a.2) Critérios Ambientais:

Na execução dos serviços, a Contratada deverá utilizar prioritariamente materiais menos agressivos ao meio ambiente.

A Contratada deverá ainda:

- ☐ Observar o consumo e descarte consciente, bem como a gestão sustentável de água, energia e materiais, de modo a evitar o máximo possível desperdício, reduzir/minimizar a geração de resíduos, bem como promover a separação e descarte ambientalmente adequado de materiais utilizados na rotina do serviço;
- ☐ Racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis, bem como a utilização de forma consciente os equipamentos elétricos, desligando interruptores de luz que não estiverem mais em uso, promovendo a redução no consumo de energia elétrica;
- ☐ Adotar boas práticas para menor poluição, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes, substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- ☐ Utilizar materiais, equipamentos e utensílios previstos no contrato que possuam, quando aplicável, o CTF/APP (Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais) do IBAMA, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e atender ao estabelecido nas normas ABNT, no caso de equipamentos enquadrados em tais normas;
- ☐ Adotar práticas de redução de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica;
- ☐ Observar o adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pela Prefeitura do Município onde serão prestados os serviços;
- ☐ Observar e respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ☐ Abster-se de utilizar produtos com substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA nº 267/2000 e Lei nº 12.187/2009;
- ☐ Orientar seus funcionários acerca das regras e obrigações aqui descritas antes do início da execução contratual e sempre que admitir novos funcionários;
- ☐ A critério do Contratante, ofertar a seus funcionários treinamento/capacitação anual acerca das regras e obrigações aqui descritas.

A destinação da(s) peça(s) e equipamento(s) a ser(em) substituído(s) deverá, sempre que possível, ser feita na forma prevista na Lei nº 12.305/2010, priorizando-se a hierarquia estabelecida no normativo. Caso haja acordo setorial para logística reversa dos componentes à indústria, esta deverá também ser uma obrigação da Contratada. A destinação, nesses casos, deve ser comprovada mediante recibo do fabricante ou outro meio permitido.

a.3) Critérios de Acessibilidade:

Serão observadas as diretrizes adiante:

- ☐ No que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, a Contratada deverá atender ao que estabelecem as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), desde que a deficiência do profissional a ser empregado na prestação do serviço esteja em grau de limitações compatíveis com as atividades descritas no Termo de Referência, sem comprometer as capacidades mínimas para o exercício das funções necessárias à execução do objeto desta licitação, devendo tais condições ser mantidas durante toda a vigência do contrato;

☐ Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação (Lei 14.133/2021, Art. 63, IV);

☐ Quando couber, a empresa deverá apresentar documentos comprobatórios de que atende ao requisito de cumprimento da reserva de cota destinada a pessoas com deficiência (Lei 8.213/1991, Art. 93):

“A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante.....5%;

☐ A empresa vencedora emitirá declaração de atendimento aos critérios de sustentabilidade previstos neste tópico, devendo trazer os respectivos documentos comprobatórios, se for o caso.

a.4) Critérios de Saúde:

A Contratada deverá cumprir as seguintes prescrições:

☐ Obedecer às normas técnicas de segurança do trabalho, saúde, higiene e afins, de acordo com a respectiva legislação e regulamentos;

☐ Fornecer a seus funcionários os equipamentos de segurança se necessários à execução dos serviços e fiscalizar correspondente uso, sobretudo, no que toca a Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

☐ Instruir seus funcionários a respeito do adequado uso dos EPIs quando do fornecimento destes, observando a correspondente legislação e regulamentos, além do manual de instruções do fabricante ou importador de cada EPI, mormente no que tange:

- A descrição do equipamento e seus componentes;

- O risco ocupacional contra o qual o EPI oferece proteção;

- As restrições e limitações da proteção;

- Forma adequada de uso e ajuste;

- Manutenção e substituição;

- Cuidados de limpeza, higienização, guarda e conservação;

☐ Quando as características do EPI requererem, treinar seus funcionários acerca do equipamento fornecido;

☐ Em caso de surtos, epidemias ou pandemias, orientar seus funcionários sobre os métodos de prevenção ao contágio de doenças a serem aplicados nas rotinas de trabalho;

☐ Apresentar declaração de que atende aos critérios de sustentabilidade aqui previstos, inclusive quanto a práticas sanitárias contra endemias, comprometendo-se a adotar as cautelas necessárias à prevenção de doenças endêmicas.

6. Modelo de Execução do Objeto (art. 6, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

a) O início da prestação dos serviços está previsto para o dia 28 de agosto de 2026 (ou a partir da publicação no PNCP, caso em data posterior). A prestação será executada mediante utilização de posto de trabalho, que deverá ser guarnecido(a) por prestador(a) de serviço contratado pela licitante vencedora.

b) Os postos de trabalho serão compostos por 602 AAEs e 04 supervisores.

c) Controle de frequência, banco de horas:

c.1) A Contratada deverá manter sistema informatizado online (web) para registro e controle de presença dos profissionais, que informe, além dos horários de entrada e saída dos profissionais, o total de horas trabalhadas por dia e por mês, a partir do primeiro dia de vigência do contrato para fins de conferência e atesto pela Fiscalização, devendo apresentá-lo ao final de cada período, com datas a serem definidos posteriormente:

☐ A Contratada deverá instituir banco de horas para os seus funcionários postos à disposição do Contratante, nos termos da legislação vigente, de forma que as horas trabalhadas a menor ou a maior sejam compensadas dentro do período de vigência contratual;

☐ A Contratada deverá firmar Acordo Coletivo de Trabalho junto ao Sindicato competente nos termos da legislação vigente para fins de compensação de horas, caso o período de utilização do banco ultrapasse os seis meses, conforme legislação vigente;

☐ A Contratada deverá manter um controle efetivo do quantitativo de horas trabalhadas pelos funcionários a cada mês, devendo informar, mensalmente, à Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo (SESEC) do Contratante, o saldo de horas a compensar do funcionário por meio de um relatório de Horas Trabalhadas;

☐ O saldo de horas credoras previsto no item anterior deverá ser compensado no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do mês da ocorrência, inclusive nos finais de semana e feriados;

c.2) A ocorrência de quaisquer feriados exclusivos de servidores públicos, ou ponto facultativo compreendido em dias úteis, não implicará interrupção dos serviços, reservando-se ao Contratante o direito de dispensar os serviços, de acordo com a conveniência própria e a correspondente necessidade de serviço:

☐ Em havendo dispensa do posto de serviço pelo Contratante, as horas não trabalhadas deverão ser compensadas, caso haja necessidade de realização dos serviços, e se o acordo coletivo da categoria assim o permitir, mediante solicitação formal do Contratante;

☐ Caso não haja necessidade de realização dos serviços, o(s) dia(s) de ausência da prestação do serviço será abatido, mediante ajuste na planilha de custos da empresa.

6.1. Unidade de Medida e Quantidade Estimada

Unidade de Medida:

A unidade de medida POSTO com dedicação exclusiva de mão de obra foi adotada tendo em vista a necessidade da permanência desses profissionais durante todo o horário de funcionamento das unidades, a fim de auxiliar nas atividades relativas ao processo eleitoral nos cartórios eleitorais e depósitos de urnas da Justiça Eleitoral no Estado de Pernambuco, em especial nas atividades elencadas no item 6.2. deste TR.

Quantidade Estimada:

Dimensionou-se uma equipe de 602 (seiscentos e dois) profissionais a serem alocados com a finalidade de efetuarem serviços relacionados ao auxílio nas atividades dos cartórios eleitorais relacionadas às eleições. Para comandar as equipes e apoiar a gestão/fiscalização contratual, estimou-se a alocação de 04 (quatro) postos de supervisor, totalizando 606 (seiscentos e seis) profissionais, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

1º TURNO:

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	AUXILIAR DE APOIO ÀS ELEIÇÕES	
	Grupo G1	Grupo G2

04	364	238
----	-----	-----

2º TURNO, se houver:

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	AUXILIAR DE APOIO ÀS ELEIÇÕES	
	Grupo G1	Grupo G2
04	364	238

O cronograma de alocação dos postos é o constante da tabela abaixo:

Turno	Grupo	AAE - G1	AAE - G2	Supervisor
1º Turno	Data de Início:	02/09/2026	10/09/2026	28/08/2026
	Data de Término:	08/10/2026	08/10/2026	31/12/2026
2º Turno (se houver)	Data de Início:	09/10/2026	09/10/2026	
	Data de Término:	27/10/2026	25/10/2026	

O quantitativo de POSTOS foi definido levando-se em conta:

- ☐ as necessidades do Tribunal identificadas pelas unidades demandantes;
- ☐ as contratações anteriores, especialmente as Eleições 2016, 2018, 2020, 2022 e 2024; e
- ☐ os limites financeiros impostos pela proposta orçamentária.

Base de definição dos quantitativos

A definição dos quantitativos (602 auxiliares e 04 supervisores, totalizando 606 profissionais) foi estabelecida com base na manutenção do quantitativo utilizado em pleitos anteriores. Essa abordagem considera que a necessidade de cada cartório eleitoral é influenciada por fatores variados, como:

- Quantitativo de seções eleitorais;
- Localização geográfica dos locais de votação;
- Dispersão territorial dos pontos de atendimento técnico no dia da eleição;
- Logística de distribuição e recolhimento de urnas.

Impossibilidade de critério padrão único

A heterogeneidade das zonas eleitorais, com realidades operacionais distintas, impede a adoção de um critério padrão único para dimensionamento da força de trabalho. A complexidade e a diversidade de variáveis envolvidas (ex.: número de urnas, distâncias, acessibilidade, características municipais) tornam inviável uma fórmula matemática uniforme.

Consulta às unidades usuárias (Cartórios Eleitorais)

Para assegurar a adequação dos postos de trabalho à necessidade específica de cada cartório, foi realizada consulta prévia às unidades usuárias do serviço, por meio do Memorando nº 2290/2025 (processo [0024232-81.2025.6.17.8000](#)). Nessa consulta, os chefes de cartório eleitoral foram questionados sobre a manutenção ou alteração dos quantitativos de Auxiliares de Apoio às Eleições (AAEs) e de roteiros de transporte de urnas, com justificativa detalhada em caso de mudança.

Essa etapa consultiva respeita o princípio da eficiência e da melhor adequação do serviço público, pois permite que a definição dos quantitativos reflita a real demanda operacional de cada local, evitando tanto a subcontratação (que prejudicaria a execução eleitoral) quanto a supercontratação (que geraria desperdício de recursos públicos).

Quanto à definição do quantitativo de 04 supervisores, além da repetição do número utilizado na eleição passada, que se mostrou apropriado, foi novamente considerada a proporção de 1 supervisor a cada 150,5 supervisionados, tendo em vista os 602 postos de auxiliares. A EPC entende que essa proporção é adequada para a supervisão das atividades e a manutenção da eficiência nos serviços prestados.

Alinhamento com a Lei nº 14.133/2021

A metodologia adotada atende ao disposto no art. 18, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, do qual se infere que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem de justificar o método utilizado para serem definidos os quantitativos da contratação. No presente caso, são apontadas as seguintes justificativas:

- A continuidade de parâmetros historicamente consolidados (eleições anteriores);
- A consulta direta às unidades usuárias (Cartórios Eleitorais), que detêm o conhecimento prático das necessidades;
- A impossibilidade de padronização rígida em virtude da multiplicidade de fatores locais.

Como se percebe, os fundamentos acima demonstram que os quantitativos foram definidos de modo criterioso, tendo sido levados em conta:

- Dados realísticos extraídos do contexto histórico de várias eleições, ou melhor, o futuro está sendo programado com base no que deu certo no passado;
- Participação, mediante consulta, das unidades usuárias, o que aproxima o contrato (mundo dos planos e formalidade) aos acontecimentos do processo eleitoral (mundo dos fatos e realidade);
- Análise das particularidades operacionais de cada zona eleitoral, ou seja, procurou-se customizar os quantitativos de postos em função das necessidades dos cartórios/unidades;
- Busca pela máxima eficiência, na medida em que os números sugeridos conciliam a economia financeira e a efetividade dos recursos públicos com a qualidade dos serviços e a segurança do processo eleitoral.

Portanto, a definição dos quantitativos de profissionais da contratação de AAEs para as Eleições 2026 fundamentou-se em critérios técnicos, operacionais e consultivos, alinhados à Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de gestão pública. A metodologia adotada — que combina a manutenção de parâmetros históricos com a consulta às unidades usuárias — propicia a adequação da força de trabalho às reais necessidades de cada Cartório Eleitoral, assegurando a eficácia dos serviços de apoio eleitoral e o cumprimento dos princípios da administração pública.

1.12. Local da Prestação dos Serviços

Os serviços serão executados mediante alocação de postos de trabalho nos Cartórios Eleitorais e locais de armazenamento de urnas (Depósitos de Urnas Eletrônicas), conforme detalhado no rol constante do Anexo com os Locais de Prestação dos Serviços - AAEs 2026: ([3228265](#)).

A CONTRATADA deverá contratar os profissionais para execução dos serviços preferencialmente nos municípios do cartório ou polo em que deverão atuar.

Os endereços citados poderão sofrer alterações dentro do próprio município.

Excepcionalmente, poderá ser solicitada a execução de serviços em outros locais no âmbito da Zona Eleitoral (municípios termos). Neste caso, caberá à Zona Eleitoral, às expensas do CONTRATANTE, providenciar o deslocamento dos prestadores de serviço para o local de atendimento definido pelo Chefe de Cartório.

Haverá deslocamento de profissionais por ocasião dos nivelamentos técnicos (simulados de preparação de urnas e contingências) e por ocasião da cerimônia de preparação de urnas. O deslocamento dos auxiliares de apoio às eleições se dará na circunscrição de cada Polo Eleitoral, nos períodos que serão devidamente discriminados no Termo de Referência.

Nos deslocamentos em que não houver obrigação do pagamento de diárias, será responsabilidade da CONTRATADA fornecer condições para deslocamento dos profissionais de suas residências até os locais onde serão ministrados os nivelamentos e a cerimônia de preparação de urnas, através de ajudas de custo, fornecimento de transporte, complementação de passagens ou quaisquer outras soluções que viabilize a presença dos profissionais nesses eventos.

Para detalhamento quanto ao dimensionamento da força de trabalho, vide Anexo IX.

6.2. Descrição Detalhada dos Serviços

Local e Horário	Local da Prestação dos Serviços:
-----------------	----------------------------------

**da Prestação
dos Serviços**

Os serviços serão executados mediante alocação de postos de trabalho nos Cartórios Eleitorais e locais de armazenamento de urnas (Depósitos de Urnas Eletrônicas), conforme detalhado no rol constante do Anexo VIII - Endereços dos Locais de Prestação dos Serviços.

A CONTRATADA deverá contratar os profissionais para execução dos serviços **preferencialmente** nos municípios do cartório ou polo em que deverão atuar.

Os endereços citados poderão sofrer alterações dentro do próprio município.

Excepcionalmente, poderá ser solicitada a execução de serviços em outros locais no âmbito da Zona Eleitoral (municípios termos). Neste caso, caberá à Zona Eleitoral, às expensas do CONTRATANTE, providenciar o deslocamento dos prestadores de serviço para o local de atendimento definido pelo Chefe de Cartório.

Haverá **deslocamento** de profissionais por ocasião dos **nivelamentos técnicos** (simulados de preparação de urnas e contingências) e por ocasião da cerimônia de **preparação de urnas**. O deslocamento dos auxiliares de apoio às eleições se dará na circunscrição de cada Polo Eleitoral, nos períodos discriminados nas tabelas constantes do Anexo IX.

Nos deslocamentos em que não houver obrigação do pagamento de diárias, será responsabilidade da CONTRATADA fornecer condições para deslocamento dos profissionais de suas residências até os locais onde serão ministrados os nivelamentos e a cerimônia de preparação de urnas, através de ajudas de custo, fornecimento de transporte, complementação de passagens ou quaisquer outras soluções que viabilize a presença dos profissionais nesses eventos.

Horário:

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 44 HORAS

CARGA HORÁRIA MENSAL: 220 HORAS

O horário de trabalho será definido de acordo com as especificidades das unidades tomadoras do serviço, entre as **06h00 e 22h00**, nos dias úteis, finais de semanas e/ou feriados, respeitados o intervalo intrajornada, interjornada e DSR, a legislação trabalhista vigente e os documentos laborais registrados no MTE.

Em caso de necessidade, a jornada de trabalho poderá ser alterada, mediante acordo individual escrito ou Acordo Coletivo, para eventual compensação de saldos existentes em banco de horas.

Desde que não possa ser realizada a compensação de jornada ou não haja saldos a utilizar no banco de horas do trabalhador, haverá pagamento *in pecúnia* dos serviços extraordinários eventualmente prestados, dentro dos limites desta contratação.

O controle dos horários de entrada e saída será procedido mediante registro de presença em sistema informatizado, disponibilizado pela CONTRATADA, inclusive nas saídas para refeição e/ou descanso e os respectivos retornos, conforme especificações constantes no tópico 6.3. deste Termo de Referência.

	<p>Os Chefes dos Cartórios acompanharão, diariamente, o registro de presença em sistema informatizado, reportando eventuais divergências à CONTRATADA, pelo mesmo sistema, sendo vedada a confecção manual de documentos. Nesses casos, prevalecerá o horário informado pelo Chefe de Cartório, inclusive nas ocorrências em que o sistema ficar inoperante ou inacessível.</p> <p>Caso o horário de expediente da CONTRATANTE seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.</p>
Prazo para Prestação do Serviço	Execução do serviço - 28/08/2026 a 31/12/2026, conforme detalhado no Anexo IX.
Descrição dos Serviços e Atividades de Rotina	<p>Auxiliares de Apoio às Eleições</p> <p>Auxiliar nos trabalhos de manutenção e preparação das urnas eletrônicas a serem utilizadas nas eleições, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Apoiar as audiências de Preparação das Urnas; ● Executar os testes das urnas eletrônicas utilizadas para as Eleições; ● Substituir e repor suprimentos e componentes das urnas eletrônicas utilizadas para as Eleições; ● Auxiliar a preparação dos locais de votação: realizar vistorias, verificando o suprimento de energia e demais condições necessárias à realização das Eleições, e proceder à distribuição das urnas eletrônicas utilizadas nas Eleições, conforme orientação contida nos roteiros estabelecidos por este TRE, com a conferência visual dos dados constantes da tela inicial da urna; ● Inserir informações das urnas eletrônicas utilizadas para as Eleições e locais de votação em sistemas da Justiça Eleitoral ou preenchimento de relatórios ou planilhas; ● Instalar as urnas eletrônicas utilizadas nas Eleições nos locais de votação, atender aos chamados das seções eleitorais e prestar suporte à geração do Boletim de Urna, via sistema recuperador de dados e de apuração, tudo conforme orientação da Justiça Eleitoral; ● Informar à Chefia do Cartório ou ao Suporte Tecnológico sobre todo e qualquer ocorrência (problema ou irregularidade) constatada, quando da execução dos serviços; ● Realizar o nivelamento técnico adicional aos profissionais substitutos; ● Auxiliar a Justiça Eleitoral a ministrar nivelamento técnico em urna eletrônica às pessoas que trabalharão durante às Eleições, conforme determinado pelo Órgão; ● Colaborar no recolhimento dos materiais utilizados nas Eleições; ● Colaborar na organização dos materiais a serem distribuídos para os locais de votação, bem como aqueles recolhidos, organizando-os no Cartório Eleitoral ou no local de armazenamento, consoante instruções de servidores da Justiça Eleitoral; ● Participar dos nivelamentos técnicos promovidos pelo CONTRATANTE, com vistas ao desempenho a contento de suas atividades; ● Auxiliar os servidores naquilo que for solicitado e pertinente à sua função.

Durante as eleições:

- Atender aos chamados das seções eleitorais e prestar suporte à geração do BU, via sistemas de apuração;
- Informar ao Chefe de Cartório sobre todo e qualquer problema ou irregularidade constatada, quando da execução dos serviços;
- Colaborar no recolhimento dos materiais utilizados nas eleições;
- Colaborar na organização dos materiais recolhidos, organizando-os no Cartório Eleitoral ou no local de armazenamento, consoante instruções de servidores da Justiça Eleitoral.

As atividades de rotina serão realizadas, diariamente, durante o horário de funcionamento deste Tribunal.

Supervisores

- Supervisionar permanentemente a execução dos serviços, de forma a obter sua operação correta e eficaz, primando por sua realização de forma eficiente, metódica e constante, mantendo-a sempre em perfeita ordem;
- Orientar e controlar as atividades dos Auxiliares de Apoio às Eleições;
- Acompanhar as atividades de recrutamento, seleção, contratação, substituição, pagamentos e desmobilização dos postos de trabalho;
- Encaminhar à gestão e à fiscalização contratual, através do endereço eletrônico auxiliares@tre-pe.jus.br, até o 5º (quinto) dia de implantação do serviço, a relação nominal dos profissionais alocados por cartório eleitoral, em arquivo *.xls ou equivalente;
- Monitorar diariamente a presença, acompanhar a substituição de faltantes e organizar a documentação trabalhista/fiscal dos auxiliares;
- Intermediar as relações entre os profissionais alocados e empresa;
- Orientar sobre a logística e as necessidades de deslocamento dos Auxiliares de Apoio às Eleições das zonas eleitorais onde se encontram alocados para os locais onde serão realizados os nivelamentos técnicos e preparação das urnas eletrônicas a serem utilizadas nas Eleições;
- Receber da empresa e conferir o controle de banco de horas mensalmente e solicitar correções, se necessário, encaminhando à gestão contratual após ratificar os dados;
- Acompanhar as pendências de pagamento relatadas pelos profissionais e repassá-las à empresa CONTRATADA, fazendo imediata comunicação à gestão e fiscalização contratual;
- Auxiliar a fiscalização contratual na conferência dos:
 - pagamentos dos salários e benefícios devidos aos profissionais alocados;
 - recolhimentos dos encargos previdenciários e fundiários referentes aos profissionais;
 - cálculos relativos às rescisões dos contratos de trabalho;
- Ao término da execução dos serviços pelos Auxiliares de Apoio às Eleições, atuar junto à equipe de fiscalização contratual, prestando suporte, sempre que requerido, na conferência dos documentos comprobatórios de pagamentos realizados pela CONTRATADA aos profissionais;

	<ul style="list-style-type: none">❑ Acompanhar a realização dos serviços extraordinários, pagamentos de diárias e de despesas extras com deslocamentos através da elaboração de relatórios, encaminhando à fiscalização contratual sempre que solicitado; Receber e solucionar as reivindicações apresentadas pelas unidades do Tribunal, procurando sempre promover-lhes o devido retorno imediato quanto aos pleitos formulados;❑ Receber, conferir, classificar e arquivar em formato digital a documentação inaugural enviada pela empresa CONTRATADA, inclusive formulários de coberturas que eventualmente se façam necessárias;❑ Organizar a documentação mensalmente encaminhada pela CONTRATADA para efeito de pagamento, com separação dos grupos de profissionais de acordo com os itens contratados (serviço ordinário, extraordinário e diárias, por turno);❑ Atender as solicitações e acatar as orientações emitidas pelos gestores e fiscais do contrato, dentro das exigências contratuais;❑ Auxiliar qualquer um dos profissionais contratados ou servidor do Tribunal naquilo que for solicitado e pertinente à sua função.																																								
Uniformes	A empresa CONTRATADA deverá fornecer no 1º dia da prestação se serviços o seguinte uniforme:																																								
	<table><tr><th colspan="5">DESCRIÇÃO E QUANTIDADE ESTIMADA DOS UNIFORMES</th></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><th>TIPO</th><th>ITEM</th><th>AUXILIAR DE APOIO ÀS ELEIÇÕES</th><th>UNID.</th><th>QUANT.</th></tr><tr><td rowspan="2">UNIFORME</td><td>I</td><td>Colete de identificação na cor cinza, ajustável nas laterais por elástico ou fivelas, com logo da empresa impressa ou bordada em bolso frontal (estilo canguru), confeccionado em tecido de rápida secagem e com texto “a serviço da Justiça Eleitoral” impresso ou bordado nas costas.</td><td rowspan="2">unid.</td><td rowspan="2">1</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><th>TIPO</th><th>ITEM</th><th>SUPERVISOR</th><th>UNID.</th><th>QUANT.</th></tr><tr><td rowspan="3">UNIFORME</td><td>I</td><td>Camisa polo em algodão, cor cinza, manga curta, gola em ribana, abotoamento de lapela duplo ou triplo, com logo da empresa bordada ou impressa em bolso.</td><td>unid.</td><td>2</td></tr><tr><td>II</td><td>Calça jeans casual, na cor índigo, modelo tradicional.</td><td>unid.</td><td>2</td></tr><tr><td>III</td><td>Sapato casual, tipo sapatênis (masculino) ou sapatilha (feminino).</td><td>par</td><td>1</td></tr></table>	DESCRIÇÃO E QUANTIDADE ESTIMADA DOS UNIFORMES										TIPO	ITEM	AUXILIAR DE APOIO ÀS ELEIÇÕES	UNID.	QUANT.	UNIFORME	I	Colete de identificação na cor cinza, ajustável nas laterais por elástico ou fivelas, com logo da empresa impressa ou bordada em bolso frontal (estilo canguru), confeccionado em tecido de rápida secagem e com texto “a serviço da Justiça Eleitoral” impresso ou bordado nas costas.	unid.	1			TIPO	ITEM	SUPERVISOR	UNID.	QUANT.	UNIFORME	I	Camisa polo em algodão, cor cinza, manga curta, gola em ribana, abotoamento de lapela duplo ou triplo, com logo da empresa bordada ou impressa em bolso.	unid.	2	II	Calça jeans casual, na cor índigo, modelo tradicional.	unid.	2	III	Sapato casual, tipo sapatênis (masculino) ou sapatilha (feminino).	par	1
	DESCRIÇÃO E QUANTIDADE ESTIMADA DOS UNIFORMES																																								
	TIPO	ITEM	AUXILIAR DE APOIO ÀS ELEIÇÕES	UNID.	QUANT.																																				
	UNIFORME	I	Colete de identificação na cor cinza, ajustável nas laterais por elástico ou fivelas, com logo da empresa impressa ou bordada em bolso frontal (estilo canguru), confeccionado em tecido de rápida secagem e com texto “a serviço da Justiça Eleitoral” impresso ou bordado nas costas.	unid.	1																																				
	TIPO	ITEM	SUPERVISOR	UNID.	QUANT.																																				
	UNIFORME	I	Camisa polo em algodão, cor cinza, manga curta, gola em ribana, abotoamento de lapela duplo ou triplo, com logo da empresa bordada ou impressa em bolso.	unid.	2																																				
		II	Calça jeans casual, na cor índigo, modelo tradicional.	unid.	2																																				
III		Sapato casual, tipo sapatênis (masculino) ou sapatilha (feminino).	par	1																																					
Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA submeter amostra do modelo ao CONTRATANTE, podendo ser solicitada a substituição dos que não corresponderem às especificações acima descritas.																																									
Os uniformes e crachás deverão ser entregues a todos os funcionários, diretamente pela contratada, mediante recibos individualizados contendo a identificação do funcionário, a especificação de cada peça recebida, respectivos quantitativos e, impreterivelmente, assinado e datado por cada profissional na efetiva data de entrega de todas as peças que formam o conjunto do uniforme.																																									
Após a entrega dos itens, deverá ser apresentada à fiscalização do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da entrega, cópia dos recibos comprovando a																																									

	<p>entrega. Não poderá ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de trabalho, nem ser exigido o uniforme usado por ocasião da entrega dos novos.</p> <p>Não será permitido o uso de uniformes puídos, cerzidos ou surrados, devendo a empresa CONTRATADA fornecê-los, sempre que necessário.</p>								
Previsão de Diárias	<p>Faz-se necessária a previsão de diárias, tendo em vista os deslocamentos dos Auxiliares de Apoio às Eleições para participação nos nivelamentos técnicos e nas cerimônias de preparação de urnas, conforme previsto no cronograma constante do ANEXO IX - DIMENSIONAMENTO FORÇA DE TRABALHO, DIÁRIAS E HORAS EXTRAS.</p> <p>Previsão de quantitativo estimado: 2.410 diárias.</p> <p>O valor da diária é R\$ 140,00 (cento e quarenta reais). Tal quantia é adotada atualmente em contrato deste Tribunal.</p> <p>O valor cheio será devido ao profissional na proporção de 01 (uma) diária para cada dia de afastamento em que houver pernoite fora da sede.</p> <p>Será devida 0,5 (meia) diária, sendo esta no valor de R\$ 70,00 (setenta reais), quando o afastamento não exigir pernoite e/ou no dia em que o profissional retornar de viagem.</p> <p>Não serão devidas diárias aos profissionais quando em deslocamento a municípios integrantes da Região Metropolitana do Recife ou RD 12, instituída através da Lei Complementar Estadual/PE nº 388/2018, a menos que haja pernoite no local, quando, então, as diárias serão devidas nos termos estabelecidos nos itens anteriores.</p> <p>Os valores referentes às diárias deverão ser disponibilizados aos profissionais em até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a viagem.</p> <p>O profissional que receber diárias e a viagem não for efetivada por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, à empresa CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias. E, na hipótese de o profissional retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no referido prazo.</p> <p>Para composição do custo da diária, só será possível cotar PIS, COFINS e ISS.</p> <p>Resumo da quantidade estimada de diárias:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Diárias</th><th>Quantidade Estimada</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Turno</td><td>1.534</td></tr> <tr> <td>2º Turno</td><td>876</td></tr> <tr> <td>Total</td><td>2.410</td></tr> </tbody> </table>	Diárias	Quantidade Estimada	1º Turno	1.534	2º Turno	876	Total	2.410
Diárias	Quantidade Estimada								
1º Turno	1.534								
2º Turno	876								
Total	2.410								
Necessidade de Horas Extras	<p>Excepcionalmente poderão ser realizadas horas extras em dias úteis, sábados, domingos e feriados, devendo ser observados os ditames da lei ou Convenção Coletiva de Trabalho em relação ao controle em banco de horas.</p> <p>Desde que não possa ser realizada a compensação de jornada ou não haja saldos a utilizar no banco de horas do trabalhador, haverá pagamento <i>in pecúnia</i> dos</p>								

	<p>serviços extraordinários eventualmente prestados.</p> <p>A prestação de serviço extraordinário ocorrerá dentro dos limites e distribuição previstos no Anexo IV, da seguinte forma:</p> <p>a) De segunda-feira a sexta-feira com acréscimo de 50% a hora extraordinária, limitado a 02 (duas) horas diárias, ou seja, até 10 (dez) horas.</p> <p>b) Aos sábados com acréscimo de 50% a hora extraordinária, limitado a 06 (seis) horas diárias;</p> <p>c) Aos domingos e feriados com acréscimo de 100% a hora extraordinária, limitado a 08 (oito) horas diárias;</p> <p>d) O dia do pleito será considerado como serviço inadiável, cuja inexecução pode acarretar prejuízo manifesto e não incidirão os limites relacionados acima. Sendo assim, no Domingo do dia da eleição (excepcionalmente, nos termos do art. 61, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho) poderá ser realizado até 12h (doze horas), com intervalo de 1h (uma hora) para repouso e alimentação, a cada 5h (cinco horas) de jornada ininterrupta.</p> <p>A prestação de serviço não deverá ocorrer após as 22 horas, conforme especificações constantes neste termo de referência. Contudo, caso venha a ocorrer essa situação, principalmente em razão do caráter inadiável das eleições, as horas realizadas após esse horário serão compensadas do banco de horas, conforme Pronunciamento 719/2023 - Asjur/TRE-PE.</p> <p>Para a obtenção do valor do homem-hora extraordinária (HHE), a proponente deverá dividir o valor do homem-mês extraordinário por 220. Para obter o valor das horas extras a 50% e 100%, a proponente deverá fazer incidir o percentual de acréscimo sobre o valor da hora de trabalho simples (HHE).</p> <p>A estimativa de realização de horas extras encontra-se detalhada no Anexo IV ao Edital.</p>
Necessidade de Fornecimento de Equipamento, Ferramenta ou Material	Não se aplica.
Condições para Agendamento de Visitas Técnicas ou Vistorias (se houver)	<p>Fica franqueada aos interessados, em data e horário específicos para cada um, a realização de visita técnica nos locais da prestação dos serviços, mediante prévio agendamento junto à Seção de Serviços Contínuos - SESEC, por meio do telefone (081) 3194-9673.</p> <p>Os serviços a serem contratados serão exercidos prioritariamente nos locais e conforme as atividades descritas neste Termo de Referência, não se mostrando, portanto, essencial a visita para a plena compreensão do objeto contratual. Consequentemente, não será exigida.</p> <p>Trata-se de serviço comum, que não depende de verificação dos locais para que se compreenda plenamente as suas condições e peculiaridades que possam impactar na execução contratual, nem análise presencial para elaboração de propostas realistas. A exigência de vistoria limitaria injustificadamente a participação de interessados de outras localidades, impactando na competitividade.</p>

	<p>Entretanto, por corresponder a um direito dos licitantes, a realização de visita técnica será facultada, a fim de lhes oportunizar, por exemplo, conhecer o local da execução contratual, obter esclarecimentos quanto aos serviços a serem prestados e sanar dúvidas sobre dispositivos referentes à licitação.</p> <p>Na direção das considerações acima, o art. 63, §§ 2º a 4º, da Lei nº 14.133/2021, e o Acórdão 2090/2023 - TCU - Plenário (itens 24 a 26).</p>
Condições de Entrega do Serviço Contratado	Não há.

6.3. Obrigações da Contratada

- a) Executar os serviços objeto do presente contrato, com observância das normas previstas nos instrumentos editalício e contratual, na sua proposta e na legislação vigente. Todo o pessoal utilizado na execução dos serviços deverá ser vinculado à Contratada, única e exclusiva responsável pelo pagamento da sua remuneração, assim como por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e tributários incidentes;
- b) Alocar profissional especializado para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar sua substituição à Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Selecionar, rigorosamente, o profissional que prestará o serviço;
- d) Capacitar e treinar seus funcionários com relação às normas de procedimento nas dependências do Contratante, as quais serão por esta fornecida, bem como quanto à rotina de trabalho;
- e) Prestar o serviço após seleção rigorosa, capacitação e treinamento, em conformidade com as normas e procedimentos adotados por este Tribunal, quais sejam:
 - e.1) observar as normas internas de postura e comportamento no serviço;
 - e.2) manter a necessária descrição em relação às atividades exercidas no Órgão;
 - e.3) tratar com urbanidade o público em geral e os servidores do órgão Contratante, atendendo a todos igualmente, sem distinção de qualquer ordem;
 - e.4) ser assíduo e pontual e, em caso de necessidade de ausência, comunicar ao supervisor com a maior brevidade possível, para fins de substituição e não interrupção da prestação dos serviços;
 - e.5) comunicar ao PREPOSTO todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra a ordem e o patrimônio do Contratante;
 - e.6) desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;
 - e.7) zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho;
- f) Cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas de higiene e segurança do trabalho, normas disciplinares e demais regulamentos do Contratante e dos locais de prestação dos serviços,

devidamente disponibilizados, bem como tratar com cortesia todas as pessoas que tiverem contato no local de execução dos serviços;

g) Acatar as decisões e observações feitas pela FISCALIZAÇÃO do Contratante;

h) Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do Contratante, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

i) Observar as regras contidas na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Resolução TSE nº 23.650/2021, previstas no contrato;

j) Responder por quaisquer roubos, subtrações ou atos prejudiciais, comprovadamente praticados pelo seu profissional, que venham a ocorrer no local, durante a execução dos serviços;

k) Responder por quaisquer acidentes de que possa ser vítima seu profissional, e, ainda, por danos eventuais causados ao Contratante, bem como a terceiros, quando praticados, ainda que involuntariamente, por seu profissional, cabendo-lhe a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso;

l) Prestar, ao profissional, orientações acerca da necessidade de comunicar, à Contratada, eventuais ausências suas ao serviço, por qualquer que seja o motivo, a fim de agilizar sua substituição;

m) Substituir, no prazo de até 02 (dois) dias contados a partir da comunicação oficial do Contratante, o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas em relação ao substituído, quando este não comparecer ao serviço, por qualquer motivo;

n) Manter o profissional alocado neste Tribunal com a devida identificação, portando crachá de identificação em plástico, com cordão, constando o nome da empresa prestadora do serviço, nome do funcionário e função desempenhada, quando em serviço nas dependências da Justiça Eleitoral, sem que isto constitua vínculo empregatício com o Contratante;

o) Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, comunicando formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

p) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

q) Fornecer ao Contratante a cada mês, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do encerramento do mês anterior, dados dos funcionários alocados, em observância aos arts. 10 e 11 da Resolução CNJ nº 587/2024, podendo o fornecimento ser efetuado e comprovado por meio de mensagem eletrônica para o endereço sesec@tre-pe.jus.br, da Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo, unidade fiscalizadora da contratação;

r) Orientar os profissionais sobre a possibilidade de noticiar assédio moral, sexual e/ou discriminação no ambiente de trabalho aos canais oficiais do Tribunal para apresentação da notícia, bem como o correlato procedimento, conforme o item 6.4, alíneas I e seguintes, deste TR.

No primeiro mês da prestação dos serviços:

a) Fornecer à Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo deste Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do início do contrato:

a.1) relação dos profissionais contendo nome completo, cargo ou função, números dos documentos pessoais (RG e CPF), identificação de raça/cor, identidade de gênero, e local do posto de trabalho dos profissionais;

a.2) apresentar comprovação de realização dos exames médicos (Atestado de Saúde Ocupacional - ASO), consoante regra da CLT; contrato de trabalho e o registro da anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

a.3) comprovação de que os funcionários alocados atendem aos requisitos mínimos de qualificação exigidos no TR;

a.4) declaração de optante pelo vale-transporte devidamente assinado pelo funcionário;

a.5) documento contendo informações sobre os dados bancários vinculados ao CNPJ do credor na apresentação do primeiro faturamento. Eventuais mudanças no domicílio bancário deverão ser comunicadas previamente à unidade de execução orçamentária e financeira;

b) Providenciar os exames de saúde ocupacional (admissionais, demissionais e periódicos) dos funcionários vinculados ao contrato, conforme a lei, e assumir todas as despesas decorrentes, como transporte, alimentação e outras especificadas;

c) Apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no item 5.9, para fins de análise pelo gestor, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da assinatura do contrato.

Obrigações trabalhistas:

a) Fornecer ao profissional, por cada dia de trabalho, vale-transporte (ida e volta), de acordo com o local de sua residência, devendo a entrega ser efetuada no 1º dia deste contrato, para o 1º mês e, no máximo, até o último dia útil do mês anterior, para os meses seguintes, não sendo permitida a entrega de parcelas, isto é, deverão ser entregues de uma só vez todos os vales referentes ao período;

b) Apresentar documento do funcionário que expressamente opte por não receber o vale-transporte;

c) Efetuar o pagamento do salário do funcionário alocado na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante, devendo a Contratada, em caso de impossibilidade de cumprimento dessa disposição, apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

d) Recolher ao sindicato obreiro, sem ônus de quaisquer espécies para os representados da entidade profissional, a contribuição social prevista em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, se houver;

e) Fornecer ao profissional, mensalmente, auxílio-alimentação, em consonância com as cláusulas contidas em em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria:

e.1) deverão ser observadas as instruções contidas no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT;

e.2) as empresas que não participam do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) deverão considerar o valor do auxílio-alimentação no item salarial da remuneração, não podendo, dessa forma, incluir tal valor no item benefícios mensais e diários por ter natureza salarial;

e.3) a entrega deverá ser efetuada até o 1º dia do contrato, para o 1º mês, e, no máximo, até o último dia útil do mês anterior para os meses seguintes, não sendo permitida a entrega parcelada;

e.4) o auxílio deverá ser fornecido em formato que permita sua fácil utilização pelo trabalhador, devendo implementar-se solução de mercado (vales ou cartões) bem aceita nos estabelecimentos comerciais locais, que não privem ou dificulte seu usufruto;

f) Implantar registro de controle de presença dos profissionais que deverá ser disponibilizado por meio de sistema informatizado online (web), que informe, além dos horários de entrada e saída, o total de horas trabalhadas por dia e por mês, a partir do primeiro dia de vigência do contrato, conforme as seguintes especificações:

f.1) o sistema de controle de frequência deverá ser disponibilizado na Internet, com acesso por navegador web, mediante os protocolos http ou https, de forma a não ser necessária a instalação de nenhum software extra nos equipamentos dos cartórios eleitorais e postos de atendimento;

f.2) os prestadores de serviço serão cadastrados individualmente pela Contratada, com, no mínimo, matrícula, nome, login e senha;

f.3) o registro de senha deverá ser efetuado por login e senha individuais;

f.4) o perfil de acesso dos prestadores de serviço deverá permitir o acompanhamento apenas da sua própria folha de frequência;

f.5) os integrantes da Fiscalização do contrato receberão um login e senha do sistema para acompanhamento do registro de frequência de todos os profissionais alocados na sua unidade;

f.6) o sistema deverá registrar fielmente as marcações efetuadas, não sendo permitida qualquer ação que desvirtue os fins legais a que se destina, tais como:

- ☐restrições de horário à marcação do ponto;
- ☐marcação automática do ponto, utilizando-se horários predeterminados ou o horário contratual;
- ☐exigência, por parte do sistema, de autorização prévia para marcação de jornada extraordinária;
- ☐existência de qualquer dispositivo que permita a alteração dos dados registrados pelo funcionário;

f.7) a Contratada deverá garantir o funcionamento do sistema de controle de frequência dos prestadores de serviços durante todo o período da execução dos trabalhos;

f.8) o sistema deverá emitir os seguintes relatórios para utilização da FISCALIZAÇÃO:

- ☐relatório de frequência individualizado por posto de serviço, por período informado, contendo todos os horários de entrada e saída e a totalização das horas realizadas, além das horas extras com acréscimo de 50% e horas extras com acréscimo de 100%;
- ☐relatório de horas trabalhadas por local, por período informado, contendo as horas realizadas por posto de serviço, bem como a totalização das horas realizadas, além das horas extras com acréscimo de 50%, horas extras com acréscimo de 100% e os respectivos totais;
- ☐relatório com Resumo Geral das Horas Trabalhadas, por período informado, contendo, discriminadamente, todas os locais onde os serviços foram realizados, com os totais das horas realizadas, além horas extras com acréscimo de 50%, horas extras com acréscimo de 100% e os respectivos totais, cujo envio deverá ser no máximo, o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços;
- ☐Os relatórios dos itens logo acima deverão ser exportáveis no formato CSV, para posterior importação no Microsoft Excel ou similar;

f.9) as falhas ou defeitos ocorridos no sistema de controle de frequência, durante o período da prestação de serviços, deverão ser reparados pela Contratada, sem ônus adicional para o Contratante;

g) Viabilizar e comprovar, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao do início da execução contratual, o acesso de seu funcionário, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, em conformidade com o Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário, do TCU;

h) Viabilizar e comprovar, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao do início da execução contratual, o acesso de seu funcionário, via internet, por meio de senha própria, ao sistema do Operador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CEF), com o objetivo de verificar se as suas contribuições fundiárias foram recolhidas, em conformidade com o Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário, do TCU;

i) Oferecer todos os meios necessários ao seu funcionário para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

j) Instituir banco de horas para seus funcionários postos à disposição do Contratante, nos termos da legislação vigente, obedecida a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de forma que as horas trabalhadas a menor ou a maior sejam compensadas dentro do período de vigência contratual:

j.1) a Contratada deverá firmar acordo individual escrito ou acordo coletivo, junto ao Sindicato competente, nos termos da legislação vigente para fins de compensação de horas;

j.2) a Contratada deverá manter um controle efetivo do quantitativo de horas trabalhadas, a cada mês, devendo informar, mensalmente, à Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo do Contratante, o saldo de horas a compensar mediante Relatório de Horas Trabalhadas;

j.3) desde que não possa ser realizada a compensação de jornada ou não haja saldos a utilizar no banco de horas do trabalhador, haverá pagamento *in pecúnia* dos serviços extraordinários eventualmente prestados;

k) Apresentar à Seção de Serviços Contínuos, ao final de cada mês da prestação do serviço, os Formulários de Cobertura (Anexo IV ao Contrato) em razão de afastamentos do trabalhador alocado, sejam quais forem os motivos ensejadores das substituições, os quais deverão estar claramente descritos no formulário.

Obrigações específicas:

a) Cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, legislação ambiental/sanitária vigente, normas disciplinares e demais regulamentos do Contratante, bem como tratar com cortesia todas as pessoas com as quais tiverem contato no local de execução dos serviços;

b) Disponibilizar mão de obra com os seguintes conhecimentos:

b.1) coleta seletiva de materiais e reciclagem e adoção de práticas para redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas vigentes;

b.2) aspectos de higiene e segurança do trabalho, observadas as normas vigentes;

b.3) questões ambientais, relativas à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de água e demais bens, e conservação dos recursos naturais, observadas as normas vigentes e as atividades socioambientais do TRE de Pernambuco;

c) Orientar seus funcionários sobre a adoção de medidas mitigadoras de desperdício de água e preservações dos recursos hídricos, nos termos da legislação vigente;

d) Acatar as orientações da Assessoria em Gestão Socioambiental (AGS) quanto à execução dos serviços contratados;

- e) Responsabilizar-se por todas as obrigações que venham a ser previstas na Convenção Coletiva de Trabalho adotada.
- f) Recolher ao sindicato obreiro, sem ônus de quaisquer espécies para os representados da entidade profissional, para cada um dos seus funcionários, a contribuição social prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, se houver;
- g) Orientar seus funcionários acerca das regras e obrigações aqui descritas antes do início da execução contratual e sempre que admitir novos funcionários;
- h) Ofertar, a critério do Contratante, aos profissionais alocados no contrato treinamento ou capacitação anual acerca das regras e obrigações aqui descritas.

Demais obrigações:

- a) Instalar e manter, durante toda a vigência contratual, inclusive por ocasião de eventuais prorrogações, escritório nesta Capital, funcionando em horário comercial, cujos custos devem estar estimados pela Contratada em sua taxa de administração, devendo o escritório possuir estrutura física, equipamentos e funcionários em número suficiente e com autonomia para resolver - em tempo hábil - questões relacionadas ao cumprimento das obrigações assumidas pela empresa em razão do presente contrato:
 - a.1) havendo mudança de endereço, deverá a ocorrência ser imediatamente comunicada aos Gestores/Fiscais do Contrato;
 - a.2) disponibilizar sistema de comunicação eficiente (telefone, conta de e-mail, celular e outros) para atendimento das demandas do Contratante;
- b) Designar formalmente PREPOSTO, com amplos poderes para representar a empresa judicial e extrajudicialmente, que acompanhará o contrato, sendo este o elo da empresa com o Contratante, devendo possuir poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual;
- c) A Contratada deverá indicar endereço e telefone onde o PREPOSTO possa ser encontrado em horário comercial, para, realizar os seguintes atos durante a execução do contrato, dentre outros, inerentes à prestação de serviços:
 - c.1) comparecer a este Regional, quando solicitado, para resolver questões relativas aos serviços objeto da contratação;
 - c.2) fiscalizar e ministrar as orientações necessárias aos profissionais prestadores do serviço;
 - c.3) proceder às substituições dos profissionais quando ocorrerem as ausências por qualquer motivo;
 - c.4) adotar as providências necessárias nos casos de acidente de trabalho;
 - c.5) manter contato direto e constante com os fiscais e gestores do contrato, designados pela Administração, a fim de prestar todas as informações relativas ao contrato e adotar todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
 - c.6) regularizar pendências relacionadas a vales-alimentação, vales-transporte, salários e demais benefícios, bem como fiscalizar as condições de apresentação do funcionário (se está uniformizado, portando identificação etc);
 - c.7) assinar declaração de comparecimento no verso do formulário "Relação de Falhas Diárias", que compõe o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, por ocasião das visitas ao Regional, agendadas pelo fiscal técnico/setorial do contrato;

- d) Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- e) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- f) Assumir, integralmente e exclusivamente, a responsabilidade das obrigações decorrentes deste contrato;
- g) Assumir danos e/ou prejuízos que ocorrerem em decorrências dos serviços contratados;
- h) Não subcontratar, ceder ou transferir, parcial ou totalmente, o objeto deste contrato, pois, embora não haja vedação legal à subcontratação no presente caso, é desvantajoso/prejudicial admiti-la, por implicar contexto com risco de falha na comunicação ou articulação entre Contratada e subcontratada(s) e consequentes descumprimentos contratuais ou risco de má seleção da(s) subcontratada(s) pela Contratada, impactando negativamente os serviços a serem prestados;

Justificativa:

Não será permitida a subcontratação uma vez que, por experiência das contratações anteriores deste Tribunal, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

Entende-se que a subcontratação se mostra cabível quando o objeto a ser licitado requer execução complexa, de modo que alguma fase/etapa exija a participação de terceiros na prestação dos serviços, haja vista os princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por esse motivo, fica vedada a subcontratação do objeto, ainda que parcial.

- i) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- j) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a alínea acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos funcionários que preencheram as referidas vagas;
- k) Cumprir a Resolução CNJ nº 255/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023 (promoção da equidade de gêneros), e, quando couber, a Resolução CNJ nº 497/2023 (reserva de vagas para mulheres em vulnerabilidade econômico-social):
 - k.1) as ações de equidade de gêneros no ambiente de trabalho desenvolvidas pelos licitantes serão critério de desempate no processo licitatório, nos termos do art. 60, III, da Lei nº 14.133/2021, devendo, para tanto, ser consideradas ações de equidade segundo a seguinte ordem: I. medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante; II. ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação; III. igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens; IV. práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual; V. programas destinados à equidade de gênero e de raça; e VI. ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros;
 - k.2) ao aplicar a Resolução CNJ nº 497/2023, a Contratada deverá consultar instituições empreendedoras de políticas públicas e ações tendentes à igualdade de gêneros e fortalecimento dos direitos das mulheres, nos processos de seleção e recrutamento das pessoas a serem alocadas no contrato, observadas as normas internas da empresa e os requisitos profissionais exigidos para o exercício das atividades elencadas neste termo de referência, devendo ser necessariamente consultadas as instituições com as quais este TRE mantenha ou venha a manter convênio, acordo, pacto ou ato

congênere voltado às referidas políticas públicas e ações, como as Secretarias da Mulher Estadual(is) e Municipal(is) que firmaram os Acordos de Cooperação Técnica nº 07/2024, nº 08/2024 e nº 09/2024;

k.3) durante toda a execução contratual, a Contratada deverá garantir que não haja redução dos percentuais indicados na Resolução CNJ nº 540/2023 e, se for o caso, na Resolução CNJ nº 497/2023, exceto na hipótese de comprovada indisponibilidade de mão de obra passível da reserva de vagas e qualificada para os serviços contratados, situação na qual não se caracterizará descumprimento contratual;

l) Atender a Resolução CNJ nº 401/2021, que versa sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão;

m) Atender a Resolução CNJ nº 400/2021, atinente à política de sustentabilidade no Poder Judiciário, com as alterações promovidas pelas Resoluções CNJ nº 550/2024, 594/2024 e 641/2025;

n) Observar toda a legislação que possa incidir sobre a presente contratação, inclusive, as leis e atos infralegais supervenientes à publicação do edital deste processo licitatório;

o) Observar, no que couber, as normas, regras, determinações, recomendações e orientações do TCU, CNJ e outros órgãos de controle, bem como as do TSE e as deste TRE.

6.4. Obrigações do Contratante

São obrigações do Contratante:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

f) Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

g) Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

i) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pela Contratada, no prazo de 01 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, consoante o art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021);

k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus funcionários, prepostos ou subordinados.

l) Assegurar meios para recebimento e tratamento de notícias de assédio moral, sexual e/ou discriminação no ambiente de trabalho, praticado contra algum funcionário alocado, nos termos da Resolução CNJ nº 351/2020 e da Instrução Normativa TRE-PE nº 75/2024;

l.1) considerando a obrigação acima e o art. 8º da citada instrução, qualquer profissional que se sinta vítima ou testemunhe ato que possa configurar assédio moral, sexual e/ou discriminação poderá apresentar a correlata notícia, podendo ainda a notícia ser formulada por magistrado(a), servidor(a), estagiário, contratado(a) que presencie o referido ato;

l.2) caso fornecida por testemunha em nome de terceiro, a notícia será acolhida para esclarecimento e orientação, realizando-se as demais providências apenas com a manifestação de interesse da pessoa diretamente afetada pelo assédio ou discriminação (art. 8º, parágrafo único, da IN TRE-PE nº 75/2024);

l.3) a formulação da notícia deverá ocorrer diretamente à Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação ou a outros canais oficiais de recebimento, a exemplo da Ouvidoria do Tribunal, nesse caso, por meio do contato (81) 98200-9005 no WhatsApp (balcão virtual), do telefone (81) 3194-9200 - Opção 5 (Falar com a Ouvidoria), do e-mail ouvidoria@tre-pe.jus.br, do link <https://www.tre-pe.jus.br/institucional/ouvidoria/cadastro-de-solicitacao>, ou presencialmente;

l.4) o canal receptor da notícia, caso diverso da Comissão, deverá, ao tomar ciência, encaminhá-la à Comissão em prazo não superior a 10 (dez) dias, resguardados o sigilo e os compromissos de confidencialidade estabelecidos no encaminhamento, e vedado o anonimato (arts. 9º e 10 da IN TRE-PE nº 75/2024);

l.5) recebida a notícia pela Comissão, adotar-se-á o procedimento do capítulo IV da IN TRE-PE nº 75/2024.

7. Gestão e Fiscalização da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'f' e 'g' da Lei nº 14.133/2021)

Função	Nome	E-mail	Lotação	Telefone
Gestores da Contratação	André Luis Brandão Ferreira	andre.ferreira@tre-pe.jus.br	SESEC/COAD/SCONT	3194-9671
	Romero Campos de Lemos	romero.campos@tre-pe.jus.br	COAD/SCONT	3194-9340
Fiscal Técnico/Setorial	Edvan de Sá Feitosa Filho	edvan.feitosa@tre-pe.jus.br	SEGUE/COGETIC/STIC	3194-9656
Fiscais Setoriais	<i>Chefes de Cartório e Servidores do Suporte Tecnológico (STs), designados conforme portaria administrativa</i>	zonas@tre-pe.jus.br st@tre-pe.jus.br	Cartórios Eleitorais e Locais de Armazenamento de Urnas	
Fiscais Administrativos	Alan Vinícius Vicente	alan.vicente@tre-pe.jus.br	SESEC/COAD/SCONT	3194-9344
	Gustavo Wanderley Branco	gustavo.branco@tre-pe.jus.br	SESEC/COAD/SCONT	3194-9673
Fiscal Demandante	-			

a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

b) As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

c) O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

d) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

e) PREPOSTO: a ser indicado pela empresa Contratada:

e.1) a Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

e.2) o Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade;

e.3) o órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

Fiscalização Técnica/Setorial:

f) O fiscal técnico/setorial do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VI);

g) O fiscal técnico/setorial do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246/2022, art. 22, II);

h) Durante a execução do objeto, o fiscal técnico/setorial designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

i) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico/setorial do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, III);

j) O fiscal técnico/setorial do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, IV);

k) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico/setorial do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, V);

l) A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021 (IN05/17 - art. 62);

m) A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços, se for previsto, deverá ser verificada juntamente ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, §2º, IN05/2017);

n) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade;

o) Para efeito de recebimento do serviço, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico/setorial do contrato deverá avaliar a execução do objeto, emitindo relatório de falhas que será encaminhado ao gestor do contrato;

p) A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

q) O fiscal técnico/setorial do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, enfatizando o cumprimento dos requisitos com vistas à tempestiva prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII);

r) As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98/2022;

Fiscalização Administrativa:

s) O fiscal administrativo verificará no momento da prorrogação do contrato a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/2022);

s.1) periodicamente, o fiscal administrativo deverá realizar consulta ao SICAF para:

- ☐ verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- ☐ identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 03/2018 - Secretaria de Gestão do MPDG);

s.2) constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do fiscal administrativo;

s.3) não havendo regularização ou tendo a Contratada apresentado defesa, o fiscal administrativo deverá encaminhar à Administração, para que seja apreciada;

s.4) persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;

s.5) havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação no SICAF;

t) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, IV);

u) A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado funcionário;

v) Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

v.1) no primeiro mês da prestação dos serviços:

- ☐ relação dos funcionários, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

- ☐ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos funcionários admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
- ☐ exames médicos admissionais dos funcionários da Contratada que prestarão os serviços;

v.2) até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

- ☐ Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- ☐ certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- ☐ Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- ☐ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

v.3) quando solicitado pelo Contratante:

- ☐ extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer funcionário, a critério da Administração Contratante;
- ☐ comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- ☐ até o quinto dia do mês subsequente, os documentos do mês anterior ao da prestação dos serviços a ser atestada:

- cópia da folha de pagamento analítica;
- cópia dos contracheques e recibos de depósitos bancários dos funcionários;
- comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho;
- folha de ponto, assinada pelo funcionário;
- comprovante de pagamento das diárias (caso devidas ao funcionário e quando houver no mês);
- relatório extraído do sistema FGTS Digital ("Detalhe da Guia Emitida"), contendo a relação de trabalhadores da empresa com os respectivos recolhimentos (tanto os funcionários alocados contratualmente quanto os demais funcionários da empresa);
- "GFD (guia do FGTS Digital)", referente aos funcionários alocados contratualmente e também aos demais funcionários da empresa, e o correlato comprovante de pagamento;
- "Relatório de Contribuição Previdenciária" de cada funcionário alocado no contrato, extraído do site do eSocial "Consulta Totalizador da contribuição previdenciária", inclusive com o arquivo xml;
- "Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF)" e seu respectivo comprovante de pagamento, relativamente às contribuições previdenciárias;
- "DCTFWeb", integrada, no mínimo, pelos documentos adiante:

- relatório da declaração completa;
- recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários;

w) Após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- ☐ termos de rescisão dos contratos de trabalho dos funcionários prestadores de serviço, devidamente homologados, pelo sindicato ou MTE (Ministério do Trabalho e Emprego);

- ☐ guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- ☐ extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada funcionário dispensado;
- ☐ exames médicos demissionais dos funcionários dispensados;

x) Sempre que houver admissão de novos funcionários pela Contratada, os documentos elencados no item v acima deverão ser apresentados;

y) A fiscalização administrativa deverá analisar a documentação solicitada nos itens “v.1, v.2 e v.3” acima, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente;

z) A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a Contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos funcionários alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados;

aa) O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

ab) Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

ac) Não haverá pagamento adicional pelo Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item;

ad) Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração;

ae) Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada;

af) A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir;

ag) Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos funcionários da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

ah) O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas;

ai) Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os funcionários da Contratada;

aj) O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias;

ak) A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

al) A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento;

am) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

an) A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022;

ao) Para efeito de recebimento do serviço, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

ap) A fiscalização administrativa deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor apurado pelo Instrumento de Medição de Resultado (IMR), nos termos do contrato;

Gestor do Contrato:

aq) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV);

ar) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, II);

as) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III);

at) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico/setorial e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII);

au) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X);

av) O gestor do contrato deverá elaborar Relatório Final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).

7.1. Critérios de Medição e de Pagamento

a) A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I ao Contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

b) Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

b.1) não produziu os resultados acordados, deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixou de utilizar materiais e profissionais exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

b.2) descumpriu obrigações sociais trabalhistas, recolhimentos previdenciários e fundiários, bem como toda e qualquer obrigação prevista contratualmente;

c) A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

d) A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

INDICADOR DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Finalidade	Garantir que os serviços sejam realizados conforme a qualidade e a frequência contratadas
Meta a cumprir	Serviços prestados com aderência às especificações do contrato
Instrumento de medição	Relatório Mensal de Avaliação de Qualidade dos Serviços Prestados
Forma de acompanhamento	Registro de ocorrências pelo Gestor do Contrato
Periodicidade	Mensal
Início da Vigência	30 (trinta) dias após o início da execução do contrato

e) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

f) É vedada a atribuição à Contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada;

g) DO RECEBIMENTO:

g.1) Recebimento Provisório:

□ os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, após o encerramento do mês, no prazo de até 10 (dez) dias úteis da entrega de todos os documentos trabalhistas, mediante Termo Detalhado elaborado pelos fiscais técnico/setorial administrativo e emissão do IMR;

□ para efeito de recebimento provisório:

- o fiscal técnico/setorial do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em Termo Detalhado, a ser encaminhado ao gestor do contrato;

- o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo Termo Detalhado que será encaminhado ao gestor do contrato;

□a Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais funcionários;

□com base na avaliação da execução contida no respectivo Termo Detalhado, os fiscais setoriais e administrativos providenciarão o IMR - Instrumento de Medição de Resultado, que será submetido à análise do gestor contratual;

□o gestor do contrato:

- realizará a análise do Termo Detalhado e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

- analisará e assinará - após ajustes, se for o caso - o Termo Detalhado e o IMR, junto com os fiscais;

g.2) Recebimento Definitivo:

□os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, mediante atesto da Nota Fiscal;

□o gestor do contrato:

- apresentará ao preposto da Contratada a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, devendo o preposto assinar o documento, assim registrando sua ciência da avaliação realizada;

- comunicará à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização e gestão, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

- enviará a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

□o recebimento definitivo, ato que se concretiza com o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato;

Observações:

□Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

□Caso ocorram diligências por parte dos fiscais técnico e administrativo, cuja delonga na resposta por parte da Contratada interfira na data de recebimento dos serviços, esse prazo será postergado, mediante notificação à empresa.

□O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato (§ 2º do art 140 da Lei 14.133/2021).

h) DOS DESCONTOS DE VA E VT:

h.1) na fatura a ser paga pela Administração, haverá desconto do valor correspondente ao vale-transporte em relação aos funcionários que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418/1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247/1987;

h.2) o vale-transporte excluído conforme a hipótese acima poderá ser reativado a partir do mês em que sua necessidade for demonstrada pela Contratada;

h.3) na fatura a ser paga pela Administração, haverá desconto do valor correspondente ao vale-transporte e ao vale-alimentação em relação aos funcionários que não trabalharam devido à redução/suspensão das atividades rotineiras, quando do não funcionamento do órgão, a exemplo de recessos e pontos facultativos gozados pelos servidores, segundo o mencionado no tópico "6. Modelo de Execução do Objeto", devendo ser aplicado o mesmo procedimento para o caso de interrupção temporária dos serviços por determinação da Administração;

h.4) conforme disposto no Anexo V - Diretrizes para Elaboração do PB ou TR, itens 2.6. "j" e "j.4", da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, ficam disciplinadas as condições e as respectivas formas de cálculo para a glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando houver ausências não supridas nos postos de trabalho, quando o pagamento mensal pelo serviço prestado será devido após a incidência da respectiva glosa, os descontos de VA e VT serão calculados da seguinte forma:

- ☐ Determinar o número de dias úteis de trabalho do mês (DUM), que pode, dependendo da exigência contratual, considerar dias em sábados, domingos e feriados;
- ☐ Determinar o número de dias úteis não trabalhados no posto de trabalho durante o mês (DUNT);
- ☐ Multiplicar o valor mensal do benefício para o posto de trabalho (VMBPT) pelo resultado da relação entre o número de dias úteis não trabalhados no posto de trabalho durante o mês (DUNT) e o número de dias úteis de trabalho do mês (DUM);

$$\text{GLOSA} = \text{VMBPT} \times (\text{DUNT}/\text{DUM})$$

i) DA LIQUIDAÇÃO:

i.1) recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o fiscal administrativo emitirá o atesto dos serviços, a ser assinado pelos fiscais e gestor, e encaminhará, juntamente à documentação pertinente, ao Setor Financeiro, no prazo de 2(dois) dias úteis do recebimento;

i.2) para fins de liquidação, o fiscal administrativo deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- ☐ o prazo de validade;
- ☐ a data da emissão;
- ☐ os dados do contrato e do órgão Contratante;
- ☐ o período respectivo de execução do contrato;
- ☐ o valor a pagar.

i.3) havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

j) DO PRAZO DE PAGAMENTO:

j.1) o pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

j.2) para efetivação do pagamento deverá ser verificada a comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

I) DA FORMA DE PAGAMENTO:

- I.1) o pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada;
- I.2) será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- I.3) quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- I.4) independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- I.5) para a Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, a retenção tributária será realizada fora daquele regime, tendo em vista a vedação constante no item 6.3, o), deste TR;

m) DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA:

- m.1) as provisões de encargos trabalhistas, a serem pagas pelo Contratante à Contratada, serão destacadas do valor mensal deste Contrato e depositadas no Banco do Brasil em conta-depósito vinculada específica - bloqueada para movimentação, em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do Contratante conforme a Resolução CNJ nº 651/2025, a Instrução Normativa TSE nº 06/2020 e a Instrução Normativa TRE-PE nº 29/2019;
- m.2) a Contratada deverá assinar os documentos de abertura da conta vinculada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, e firmar termo que permita ao tribunal:
- ☐ acessar os saldos e extratos da conta vinculada; e
 - ☐ condicionar a movimentação dos valores à sua autorização expressa;
- m.3) os saldos da conta depósito vinculada-bloqueada para movimentação serão remunerados conforme Termo de Cooperação Técnica nº 06/2024 firmado com o banco público oficial (Banco do Brasil S/A);
- m.4) o Termo de Cooperação Técnica nº 06/2024 firmado entre o Contratante e a instituição financeira estabelecerá eventuais despesas com abertura e manutenção da conta depósito vinculada bem como o índice de remuneração;
- m.5) as despesas tratadas no subitem “m.4” para abertura e manutenção da conta depósito vinculada deverá, caso seja cobrada pela instituição financeira e esta promova o desconto diretamente na conta depósito, ser suportada na taxa de administração constante da proposta comercial da empresa, e serão retidos do pagamento mensal devido à Contratada e depositados na conta depósito vinculada;
- m.6) deixarão de compor o valor do pagamento mensal da Contratada, os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, Sesi/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAP/SEBRAE etc) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, previstos para o período de contratação, para serem depositados em conta depósito vinculada;
- m.7) o montante mensal do depósito vinculado será obtido mediante aplicação dos percentuais indicados no Anexo II - Planilhas Orçamentárias sobre o somatório da remuneração mensal dos profissionais indicados pela Contratada para ocupação do posto de trabalho, correspondentes às rubricas abaixo:

- ☐ férias;

- ☐ 1/3 constitucional de férias;
- ☐ 13º salário;
- ☐ multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- ☐ incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

m.8) os valores provisionados para o atendimento do disposto no subitem “m.7” serão destacados das planilhas de custos e formação de preços constantes da proposta;

m.9) a Contratada poderá solicitar autorização do Contratante para:

- ☐ resgatar da conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, os valores despendidos com o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem “m.7”, desde que comprovado se tratar de funcionário alocado pela empresa Contratada para prestação dos serviços contratados;
- ☐ movimentar os recursos da conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, diretamente para a conta-corrente dos funcionários alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem “m.7”;

m.10) para resgatar os recursos da conta depósito vinculada, conforme previsto no subitem “m.9”, a Contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar ao Contratante os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada funcionário as rubricas previstas no subitem “m.7”;

m.11) a Contratada deverá apresentar, conforme as situações previstas no subitem “m.9”, a seguinte documentação para requerer a liberação das verbas trabalhistas e previdenciárias:

- ☐ no caso de férias e do terço constitucional de férias:
 - aviso de férias assinado pelo funcionário;
 - comprovante de depósito bancário na conta do funcionário, ou recibo de férias assinado, do valor referente às férias e ao seu terço constitucional;
 - relatório completo extraído do sistema FGTS Digital (“Detalhe da Guia Emitida”);
 - GFD (Guia do FGTS Digital);
 - DCTFWeb (integrada, no mínimo, pelo relatório da declaração completa e pelo recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários);
 - DARF (guia do INSS) da competência em que foram pagas as verbas de férias, com os respectivos comprovantes de pagamento;
 - Consulta Totalizador da Contribuição Previdenciária da competência em que foram pagas as verbas de férias, referente a cada funcionário alocado que as usufruiu;
- ☐ no caso de 13º salário:
 - folha de pagamento da competência em que for paga a primeira parcela do décimo terceiro salário;
 - comprovante de depósito bancário na conta do funcionário, contracheque ou recibo assinado, da primeira parcela;
 - folha de pagamento da competência em que for paga a segunda parcela do décimo terceiro salário;
 - comprovante de depósito bancário na conta do funcionário, contracheque ou recibo assinado, da segunda parcela;

- relatório completo extraído do sistema FGTS Digital (“Detalhe da Guia Emitida”);
- GFD (Guia do FGTS Digital) da(s) competência(s) do(s) recolhimento(s) fundiário(s) sobre as verbas de décimo terceiro salário, com os respectivos comprovantes de pagamento;
- DCTFWeb 13º Salário (anual e integrada, no mínimo, pelo relatório da declaração completa e pelo recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários);
- DARF (guia do INSS) do 13º, com o respectivo comprovante de pagamento;
- Consulta Totalizador da Contribuição Previdenciária da competência do recolhimento previdenciário sobre as verbas de décimo terceiro salário, referente a cada funcionário alocado que as recebeu;
- no caso de rescisão do contrato de trabalho:
 - Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e Termo de Quitação Rescisão de Contrato de Trabalho (TQCT) assinados;
 - comprovante de depósito bancário na conta bancária de titularidade do funcionário, ou recibo assinado, dos valores constantes no TRCT;
- relatório completo extraído do sistema FGTS Digital (“Detalhe da Guia Emitida”);
- GFD (Guia do FGTS Digital);
- DCTFWeb (integrada, no mínimo, pelo relatório da declaração completa e pelo recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários);
- DARF (guia do INSS) da competência em que foram pagas as verbas rescisórias, com os respectivos comprovantes de quitação;
- Consulta Totalizador da Contribuição Previdenciária da competência em que foram pagas as verbas rescisórias, referente a cada funcionário dispensado;

m.12) o Contratante expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata o primeiro tópico do subitem “m.9”, encaminhando a referida autorização ao Banco do Brasil no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada;

m.13) na situação descrita no segundo tópico do subitem “m.9”, o Contratante solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos;

m.14) na situação descrita no subitem logo anterior, deverá a Contratada fazê-lo no prazo que sejam resguardados todos os trâmites do Contratante e o cumprimento dos prazos previstos na legislação trabalhista cuja inobservância é de responsabilidade exclusiva da Contratada, na condição de empregadora;

n.15) eventuais saldos remanescentes da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, serão liberados à Contratada no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, tratados nos subitens deste capítulo.

7.2. Penalidades

a) A Contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

a.1) der causa à inexecução parcial do contrato;

- a.2) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- a.3) der causa à inexecução total do contrato;
- a.4) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- a.5) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- a.6) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- a.7) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- a.8) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

☐ as infrações logo acima descritas só estarão caracterizadas após o decurso dos prazos/limites fixados para item análogo do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), se houver;

- a.9) caso ocorram as sobreditas infrações, serão aplicáveis as seguintes sanções:

☐ advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

☐ impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “a.2”, “a.3” e “a.4” da alínea “a”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

☐ declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “a.5”, “a.6”, “a.7” e “a.8” da alínea “a”, bem como nos subitens “a.2”, “a.3” e “a.4”, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

☐ multa:

- moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

☐ O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

- compensatória, para as infrações descritas nos subitens “a.5”, “a.6”, “a.7” e “a.8” da alínea “a”, de 5% a 15% do valor do Contrato;

- compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem “a.3” da alínea “a”, de 2% a 8% do valor do Contrato;

- para a infração descrita no subitem “a.2” da alínea “a”, a multa será de 2% a 12% do valor do Contrato;

- para a infração descrita no subitem “a.4” da alínea “a”, a multa será de 1% a 7% do valor do Contrato;

- para a infração descrita no subitem “a.1” da alínea “a”, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações que não se justificar a imposição de penalidade multa e que a empresa não tenha cometido a infração de forma reincidente;

- a.10) a aplicação das sanções previstas no Contrato não excluirá, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);

- a.11) todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);

- a.12) antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021);

a.13) se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

a.14) previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

a.15) a aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

a.16) na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- ☐ a natureza e a gravidade da infração cometida;
- ☐ as peculiaridades do caso concreto;
- ☐ as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- ☐ os danos que dela provierem para o Contratante;
- ☐ a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

a.17) os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021);

a.18) a personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021);

a.19) o Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021);

a.20) as sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021;

a.21) os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

7.3. Reajuste e Aditamento

a) Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 01 (um) ano;

b) O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

b.1) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b.2) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta;

c) Para o reajuste de insumos, será utilizada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses;

d) As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada da devida justificativa e demonstração analítica da variação dos custos do contrato, por meio da apresentação de planilha de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva de trabalho ou instrumento equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho;

e) o Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços no prazo de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento, pela Contratada, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, admitida a prorrogação motivada do prazo por igual período (art. 92, § 6º, c/c os arts. 123, parágrafo único, e 135, § 6º, da Lei nº 14.133/2021), ficando tal prazo suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos;

f) As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;

g) A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado;

h) A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela Contratada a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

8. Informações Complementares

Não há.

DOC SEI 3303840



ANEXO II

ANEXO E - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ANE 2020- SERVIÇO ORDINÁRIO										
MÓDULO E1: COTIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO										
1	Cotização da manutenção							RS	Valor (R\$)	
A	Salário base							RS	1.602,00	
								Total Manutenção	RS	1.602,00
MÓDULO E2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANEXOS, MENSAIS E DIÁRIOS										
Subtotal E.2 - 12 (doze) meses salário e adicional de férias										
2.1	12 salário e adicional de férias							RS	Valor (R\$)	
A	12 salário							RS	19.224	
B	Adicional de Férias							RS	3.776	
C	Faltas							RS	19.172	
D	Descontos da subitem 2.1 sobre o 12º Salário Férias e Adicional de Férias							RS	7.736	
								Total	RS	50.902,00
Subitem 2.2 - Encargos previdenciários (INSS, FGTS, Ponto de Garantia por Tempo de Serviço (PSTS) e outras contribuições										
2.2	INSS, FGTS e outras contribuições							RS	Valor (R\$)	
A	INSS							RS	20.880	
B	Descontos INSS							RS	2.356	
C	Faltas da subitem 2.2 sobre o INSS							RS	4.000	
D	Faltas da subitem 2.2 sobre o FGTS							RS	1.800	
E	Faltas da subitem 2.2 sobre o Ponto de Garantia por Tempo de Serviço (PSTS)							RS	1.800	
F	Faltas da subitem 2.2 sobre o INSS							RS	1.800	
G	Faltas da subitem 2.2 sobre o FGTS							RS	1.800	
H	Faltas da subitem 2.2 sobre o Ponto de Garantia por Tempo de Serviço (PSTS)							RS	1.800	
								Total	RS	38.880
Subitem 2.3 - Benefícios Mensais e Diários										
2.3	Benefícios Mensais e Diários							RS	Valor (R\$)	
A	Transporte							RS	100,00	
B	Alimentação							RS	100,00	
C	Diária							RS	100,00	
D	Descontos							RS	100,00	
E	Faltas							RS	100,00	
F	Descontos							RS	100,00	
G	Descontos							RS	100,00	
H	Descontos							RS	100,00	
I	Descontos							RS	100,00	
J	Descontos							RS	100,00	
K	Descontos							RS	100,00	
L	Descontos							RS	100,00	
M	Descontos							RS	100,00	
N	Descontos							RS	100,00	
O	Descontos							RS	100,00	
P	Descontos							RS	100,00	
Q	Descontos							RS	100,00	
R	Descontos							RS	100,00	
S	Descontos							RS	100,00	
T	Descontos							RS	100,00	
U	Descontos							RS	100,00	
V	Descontos							RS	100,00	
W	Descontos							RS	100,00	
X	Descontos							RS	100,00	
Y	Descontos							RS	100,00	
Z	Descontos							RS	100,00	
								Total Benefícios mensais e diários	RS	540,00
Subitem 2.4 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários										
2.4	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	Valor (R\$)	
A	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
B	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
C	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
D	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
E	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
F	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
G	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
H	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
I	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
J	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
K	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
L	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
M	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
N	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
O	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
P	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
Q	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
R	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
S	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
T	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
U	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
V	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
W	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
X	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
Y	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
Z	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários							RS	100,00	
								Total Encargos, Benefícios anuais, mensais e diários	RS	1.602,00
MÓDULO E3: PRECATORIO PARA RESCISÃO										
3	Precatório para Rescisão							RS		

[illegible]

NOTA: O GRUPO dos valores a seguir incorporados em uma unidade de trabalho e variáveis se permitem. O grupo para DREXIS 31-02, RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 06 DE 08 DE 2010 DO COTRIN, aplica-se para o grupo de trabalho de DREXIS 31-02, mas não se aplica para o grupo de trabalho de DREXIS 31-02. Nenhum valor de trabalho de trabalho.

ANEXO 6 - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - AAE 2028 - SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO									
MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO									
1		Composição da implantação					R\$		Valor (R\$)
A		Salário base					R\$		1.402,00
		Total Implantação					R\$		1.402,00
MÓDULO 02 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSUAIS E DIÁRIOS									
Subtotal 2.1 - 12 (doze meses) salário e adicional de férias									
2.1		12 salário e adicional de férias					R\$		Valor (R\$)
A		12 salário					R\$		168,00
B		Adicional de Férias					R\$		36,00
C		Faltas					R\$		141,00
D		Salário do subtotal 2.2 salário e 12 (doze) Faltas e Adicional de Férias					R\$		345,00
		Total					R\$		351,00
Subtotal 2.2 - Encargos previdenciários (PIS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições									
2.2		PIS, FGTS e outras contribuições					R\$		Valor (R\$)
A		PIS					R\$		328,00
B		Fundo de Garantia					R\$		80,00
C		Insg. Social de Trabalho					R\$		37,00
D		INSS - INSS					R\$		29,00
E		INSS - INSS					R\$		29,00
F		INSS - INSS					R\$		29,00
G		INSS - INSS					R\$		29,00
H		INSS - INSS					R\$		29,00
		Total					R\$		601,00
Subtotal 2.3 - Benefícios Mensais e Diários									
2.3		Benefícios Mensais e Diários					R\$		Valor (R\$)
A		Transporte					R\$		30,00
B		Alimentação					R\$		11,00
C		Alimentação					R\$		11,00
D		Alimentação					R\$		11,00
E		Alimentação					R\$		11,00
F		Alimentação					R\$		11,00
		Total Benefícios mensais e diários					R\$		82,00
QUANTO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSUAIS E DIÁRIOS									
2		Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					R\$		Valor (R\$)
2.1		12 (doze meses) Salário e Adicional de Férias					R\$		351,00
2.2		PIS, FGTS e outras contribuições					R\$		601,00
2.3		Benefícios Mensais e Diários					R\$		82,00
		Total Encargos, Benefícios anuais, mensais e diários					R\$		1.034,00
MÓDULO 03 - PRECATORIO PARA PRECATORIO									
3		Precatório para Precatório					R\$		Valor (R\$)
A		Ativo Precatório Indicado					R\$		8,00
B		Indicador do FTE sobre o Ativo Precatório Indicado					R\$		8,00
C		Multa do FTE sobre o Ativo Precatório Indicado					R\$		8,00
D		Ativo Precatório Indicado					R\$		8,00
E		Indicador do encargo do subtotal 2.2 sobre o Ativo Precatório Indicado					R\$		8,00
		Total precatório para precatório					R\$		32,00
MÓDULO 04 - CUSTO DO REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE									
4.1		Substituição em atividades legais					R\$		Valor (R\$)
A		Substituição em Atividades de Faltas					R\$		8,00
B		Substituição em Atividades de Faltas - 12 (doze) dias de faltas					R\$		8,00
C		Substituição em Atividades de Faltas - 12 (doze) dias de faltas					R\$		8,00
D		Substituição em Atividades de Faltas - 12 (doze) dias de faltas					R\$		8,00
E		Substituição em Atividades de Faltas - 12 (doze) dias de faltas					R\$		8,00
F		Substituição em Atividades de Faltas - 12 (doze) dias de faltas					R\$		8,00
G		Substituição em Atividades de Faltas - 12 (doze) dias de faltas					R\$		8,00
		Total custo de reposição do profissional ausente					R\$		72,00
Subtotal 4.1.1 - Atendimento Material									
4.1.1		Atendimento Material					R\$		Valor (R\$)
A		Atividade de 12 (doze) dias de faltas					R\$		8,00
B		Atividade de 12 (doze) dias de faltas					R\$		8,00
C		Atividade de 12 (doze) dias de faltas					R\$		8,00
		Total custo de reposição do profissional ausente					R\$		24,00
QUANTO RESUMO DO MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente									
4		Custo de reposição do profissional ausente					R\$		Valor (R\$)
4.1		Substituição em atividades legais					R\$		72,00
4.1.1		Atendimento Material					R\$		24,00
		Total Custo de Reposição do Profissional Ausente					R\$		96,00
MÓDULO 05 - RECURSOS DIVERSOS									
5		Recursos Diversos					R\$		Valor (R\$)
A		Salário base					R\$		1.402,00
		Total Recursos Diversos					R\$		1.402,00
MÓDULO 6 - CUSTOS REPERTE, TRIBUTOS E LUCRO									
6		Custos Indiretos, Repetidos e Lucro					R\$		Valor (R\$)
A		Custos indiretos					R\$		8,00
B		Lucro					R\$		8,00
C		Tributos					R\$		8,00
D		Tributos					R\$		8,00
E		Tributos					R\$		8,00
F		Tributos					R\$		8,00
G		Tributos					R\$		8,00
H		Tributos					R\$		8,00
I		Tributos					R\$		8,00
J		Tributos					R\$		8,00
K		Tributos					R\$		8,00
L		Tributos					R\$		8,00
M		Tributos					R\$		8,00
N		Tributos					R\$		8,00
O		Tributos					R\$		8,00
P		Tributos					R\$		8,00
Q		Tributos					R\$		8,00
R		Tributos					R\$		8,00
S		Tributos					R\$		8,00
T		Tributos					R\$		8,00
U		Tributos					R\$		8,00
V		Tributos					R\$		8,00
W		Tributos					R\$		8,00
X		Tributos					R\$		8,00
Y		Tributos					R\$		8,00
Z		Tributos					R\$		8,00
		Total custos indiretos, repetidos e lucros					R\$		688,00
ANEXO 8 - QUANTO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO									
8		Custo por empregado					R\$		Valor (R\$)
A		Salário base					R\$		1.402,00
B		Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					R\$		1.034,00
C		Precatório para precatório					R\$		32,00
D		Custo de reposição do profissional ausente					R\$		72,00
E		Recursos Diversos					R\$		1.402,00
F		Custos Indiretos, Repetidos e Lucro					R\$		96,00
G		Tributos					R\$		8,00
H		Tributos					R\$		8,00
I		Tributos					R\$		8,00
J		Tributos					R\$		8,00
K		Tributos					R\$		8,00
L		Tributos					R\$		8,00
M		Tributos					R\$		8,00
N		Tributos					R\$		8,00
O		Tributos					R\$		8,00
P		Tributos					R\$		8,00
Q		Tributos					R\$		8,00
R		Tributos					R\$		8,00
S		Tributos					R\$		8,00
T		Tributos					R\$		8,00
U		Tributos					R\$		8,00
V		Tributos					R\$		8,00
W		Tributos					R\$		8,00
X		Tributos					R\$		8,00
Y		Tributos					R\$		8,00
Z		Tributos					R\$		8,00
		Total custos indiretos, repetidos e lucros					R\$		688,00
ANEXO 9 - QUANTO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO									
9		Custo por empregado					R\$		Valor (R\$)
A		Salário base					R\$		1.402,00
B		Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					R\$		1.034,00
C		Precatório para precatório					R\$		32,00
D		Custo de reposição do profissional ausente					R\$		72,00
E		Recursos Diversos					R\$		1.402,00
F		Custos Indiretos, Repetidos e Lucro					R\$		96,00
G		Tributos					R\$		8,00
H		Tributos					R\$		8,00
I		Tributos					R\$		8,00
J		Tributos					R\$		8,00
K		Tributos					R\$		8,00
L		Tributos					R\$		8,00
M		Tributos					R\$		8,00
N		Tributos					R\$		8,00
O		Tributos					R\$		8,00
P		Tributos					R\$		8,00
Q		Tributos					R\$		8,00
R		Tributos					R\$		8,00
S		Tributos					R\$		8,00
T		Tributos					R\$		8,00
U		Tributos					R\$		8,00
V		Tributos					R\$		8,00
W		Tributos					R\$		8,00
X		Tributos					R\$		8,00
Y		Tributos					R\$		8,00
Z		Tributos					R\$		8,00
		Total custos indiretos, repetidos e lucros					R\$		688,00
ANEXO 10 - QUANTO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO									
10		Custo por empregado					R\$		Valor (R\$)
A		Salário base					R\$		1.402,00
B		Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					R\$		1.034,00
C		Precatório para precatório					R\$		32,00
D		Custo de reposição do profissional ausente					R\$		72,00
E		Recursos Diversos					R\$		1.402,00
F		Custos Indiretos, Repetidos e Lucro					R\$		96,00
G		Tributos					R\$		8,00
H		Tributos					R\$		8,00
I		Tributos					R\$		8,00
J		Tributos					R\$		8,00
K		Tributos					R\$		8,00
L		Tributos					R\$		8,00
M		Tributos					R\$		8,00
N		Tributos					R\$		8,00
O		Tributos					R\$		8,00
P		Tributos					R\$		8,00
Q		Tributos					R\$		8,00
R		Tributos					R\$		8,00
S		Tributos					R\$		8,00
T		Tributos					R\$		8,00
U		Tributos					R\$		8,00
V		Tributos					R\$		8,00
W		Tributos					R\$		8,00
X		Tributos					R\$		8,00
Y		Tributos					R\$		8,00
Z		Tributos					R\$		8,00
		Total custos indiretos, repetidos e lucros					R\$		688,00

INFORMAÇÃO DE DADOS PARA CÁLCULO

Informe todos os dados em COL 7 (DATA, NOME, PROFISSÃO) e em qualquer outro valor não nulo.

Colunas de COL8 (7) COL9 (8) COL10 (9) COL11 (10) COL12 (11) COL13 (12) COL14 (13) COL15 (14) COL16 (15) COL17 (16) COL18 (17) COL19 (18) COL20 (19) COL21 (20) COL22 (21) COL23 (22) COL24 (23) COL25 (24) COL26 (25) COL27 (26) COL28 (27) COL29 (28) COL30 (29) COL31 (30) COL32 (31) COL33 (32) COL34 (33) COL35 (34) COL36 (35) COL37 (36) COL38 (37) COL39 (38) COL40 (39) COL41 (40) COL42 (41) COL43 (42) COL44 (43) COL45 (44) COL46 (45) COL47 (46) COL48 (47) COL49 (48) COL50 (49) COL51 (50) COL52 (51) COL53 (52) COL54 (53) COL55 (54) COL56 (55) COL57 (56) COL58 (57) COL59 (58) COL60 (59) COL61 (60) COL62 (61) COL63 (62) COL64 (63) COL65 (64) COL66 (65) COL67 (66) COL68 (67) COL69 (68) COL70 (69) COL71 (70) COL72 (71) COL73 (72) COL74 (73) COL75 (74) COL76 (75) COL77 (76) COL78 (77) COL79 (78) COL80 (79) COL81 (80) COL82 (81) COL83 (82) COL84 (83) COL85 (84) COL86 (85) COL87 (86) COL88 (87) COL89 (88) COL90 (89) COL91 (90) COL92 (91) COL93 (92) COL94 (93) COL95 (94) COL96 (95) COL97 (96) COL98 (97) COL99 (98) COL100 (99) COL101 (100) COL102 (101) COL103 (102) COL104 (103) COL105 (104) COL106 (105) COL107 (106) COL108 (107) COL109 (108) COL110 (109) COL111 (110) COL112 (111) COL113 (112) COL114 (113) COL115 (114) COL116 (115) COL117 (116) COL118 (117) COL119 (118) COL120 (119) COL121 (120) COL122 (121) COL123 (122) COL124 (123) COL125 (124) COL126 (125) COL127 (126) COL128 (127) COL129 (128) COL130 (129) COL131 (130) COL132 (131) COL133 (132) COL134 (133) COL135 (134) COL136 (135) COL137 (136) COL138 (137) COL139 (138) COL140 (139) COL141 (140) COL142 (141) COL143 (142) COL144 (143) COL145 (144) COL146 (145) COL147 (146) COL148 (147) COL149 (148) COL150 (149) COL151 (150) COL152 (151) COL153 (152) COL154 (153) COL155 (154) COL156 (155) COL157 (156) COL158 (157) COL159 (158) COL160 (159) COL161 (160) COL162 (161) COL163 (162) COL164 (163) COL165 (164) COL166 (165) COL167 (166) COL168 (167) COL169 (168) COL170 (169) COL171 (170) COL172 (171) COL173 (172) COL174 (173) COL175 (174) COL176 (175) COL177 (176) COL178 (177) COL179 (178) COL180 (179) COL181 (180) COL182 (181) COL183 (182) COL184 (183) COL185 (184) COL186 (185) COL187 (186) COL188 (187) COL189 (188) COL190 (189) COL191 (190) COL192 (191) COL193 (192) COL194 (193) COL195 (194) COL196 (195) COL197 (196) COL198 (197) COL199 (198) COL200 (199) COL201 (200) COL202 (201) COL203 (202) COL204 (203) COL205 (204) COL206 (205) COL207 (206) COL208 (207) COL209 (208) COL210 (209) COL211 (210) COL212 (211) COL213 (212) COL214 (213) COL215 (214) COL216 (215) COL217 (216) COL218 (217) COL219 (218) COL220 (219) COL221 (220) COL222 (221) COL223 (222) COL224 (223) COL225 (224) COL226 (225) COL227 (226) COL228 (227) COL229 (228) COL230 (229) COL231 (230) COL232 (231) COL233 (232) COL234 (233) COL235 (234) COL236 (235) COL237 (236) COL238 (237) COL239 (238) COL240 (239) COL241 (240) COL242 (241) COL243 (242) COL244 (243) COL245 (244) COL246 (245) COL247 (246) COL248 (247) COL249 (248) COL250 (249) COL251 (250) COL252 (251) COL253 (252) COL254 (253) COL255 (254) COL256 (255) COL257 (256) COL258 (257) COL259 (258) COL260 (259) COL261 (260) COL262 (261) COL263 (262) COL264 (263) COL265 (264) COL266 (265) COL267 (266) COL268 (267) COL269 (268) COL270 (269) COL271 (270) COL272 (271) COL273 (272) COL274 (273) COL275 (274) COL276 (275) COL277 (276) COL278 (277) COL279 (278) COL280 (279) COL281 (280) COL282 (281) COL283 (282) COL284 (283) COL285 (284) COL286 (285) COL287 (286) COL288 (287) COL289 (288) COL290 (289) COL291 (290) COL292 (291) COL293 (292) COL294 (293) COL295 (294) COL296 (295) COL297 (296) COL298 (297) COL299 (298) COL300 (299) COL301 (300) COL302 (301) COL303 (302) COL304 (303) COL305 (304) COL306 (305) COL307 (306) COL308 (307) COL309 (308) COL310 (309) COL311 (310) COL312 (311) COL313 (312) COL314 (313) COL315 (314) COL316 (315) COL317 (316) COL318 (317) COL319 (318) COL320 (319) COL321 (320) COL322 (321) COL323 (322) COL324 (323) COL325 (324) COL326 (325) COL327 (326) COL328 (327) COL329 (328) COL330 (329) COL331 (330) COL332 (331) COL333 (332) COL334 (333) COL335 (334) COL336 (335) COL337 (336) COL338 (337) COL339 (338) COL340 (339) COL341 (340) COL342 (341) COL343 (342) COL344 (343) COL345 (344) COL346 (345) COL347 (346) COL348 (347) COL349 (348) COL350 (349) COL351 (350) COL352 (351) COL353 (352) COL354 (353) COL355 (354) COL356 (355) COL357 (356) COL358 (357) COL359 (358) COL360 (359) COL361 (360) COL362 (361) COL363 (362) COL364 (363) COL365 (364) COL366 (365) COL367 (366) COL368 (367) COL369 (368) COL370 (369) COL371 (370) COL372 (371) COL373 (372) COL374 (373) COL375 (374) COL376 (375) COL377 (376) COL378 (377) COL379 (378) COL380 (379) COL381 (380) COL382 (381) COL383 (382) COL384 (383) COL385 (384) COL386 (385) COL387 (386) COL388 (387) COL389 (388) COL390 (389) COL391 (390) COL392 (391) COL393 (392) COL394 (393) COL395 (394) COL396 (395) COL397 (396) COL398 (397) COL399 (398) COL400 (399) COL401 (400) COL402 (401) COL403 (402) COL404 (403) COL405 (404) COL406 (405) COL407 (406) COL408 (407) COL409 (408) COL410 (409) COL411 (410) COL412 (411) COL413 (412) COL414 (413) COL415 (414) COL416 (415) COL417 (416) COL418 (417) COL419 (418) COL420 (419) COL421 (420) COL422 (421) COL423 (422) COL424 (423) COL425 (424) COL426 (425) COL427 (426) COL428 (427) COL429 (428) COL430 (429) COL431 (430) COL432 (431) COL433 (432) COL434 (433) COL435 (434) COL436 (435) COL437 (436) COL438 (437) COL439 (438) COL440 (439) COL441 (440) COL442 (441) COL443 (442) COL444 (443) COL445 (444) COL446 (445) COL447 (446) COL448 (447) COL449 (448) COL450 (449) COL451 (450) COL452 (451) COL453 (452) COL454 (453) COL455 (454) COL456 (455) COL457 (456) COL458 (457) COL459 (458) COL460 (459) COL461 (460) COL462 (461) COL463 (462) COL464 (463) COL465 (464) COL466 (465) COL467 (466) COL468 (467) COL469 (468) COL470 (469) COL471 (470) COL472 (471) COL473 (472) COL474 (473) COL475 (474) COL476 (475) COL477 (476) COL478 (477) COL479 (478) COL480 (479) COL481 (480) COL482 (481) COL483 (482) COL484 (483) COL485 (484) COL486 (485) COL487 (486) COL488 (487) COL489 (488) COL490 (489) COL491 (490) COL492 (491) COL493 (492) COL494 (493) COL495 (494) COL496 (495) COL497 (496) COL498 (497) COL499 (498) COL500 (499) COL501 (500) COL502 (501) COL503 (502) COL504 (503) COL505 (504) COL506 (505) COL507 (506) COL508 (507) COL509 (508) COL510 (509) COL511 (510) COL512 (511) COL513 (512) COL514 (513) COL515 (514) COL516 (515) COL517 (516) COL518 (517) COL519 (518) COL520 (519) COL521 (520) COL522 (521) COL523 (522) COL524 (523) COL525 (524) COL526 (525) COL527 (526) COL528 (527) COL529 (528) COL530 (529) COL531 (530) COL532 (531) COL533 (532) COL534 (533) COL535 (534) COL536 (535) COL537 (536) COL538 (537) COL539 (538) COL540 (539) COL541 (540) COL542 (541) COL543 (542) COL544 (543) COL545 (544) COL546 (545) COL547 (546) COL548 (547) COL549 (548) COL550 (549) COL551 (550) COL552 (551) COL553 (552) COL554 (553) COL555 (554) COL556 (555) COL557 (556) COL558 (557) COL559 (558) COL560 (559) COL561 (560) COL562 (561) COL563 (562) COL564 (563) COL565 (564) COL566 (565) COL567 (566) COL568 (567) COL569 (568) COL570 (569) COL571 (570) COL572 (571) COL573 (572) COL574 (573) COL575 (574) COL576 (575) COL577 (576) COL578 (577) COL579 (578) COL580 (579) COL581 (580) COL582 (581) COL583 (582) COL584 (583) COL585 (584) COL586 (585) COL587 (586) COL588 (587) COL589 (588) COL590 (589) COL591 (590) COL592 (591) COL593 (592) COL594 (593) COL595 (594) COL596 (595) COL597 (596) COL598 (597) COL599 (598) COL600 (599) COL601 (600) COL602 (601) COL603 (602) COL604 (603) COL605 (604) COL606 (605) COL607 (606) COL608 (607) COL609 (608) COL610 (609) COL611 (610) COL612 (611) COL613 (612) COL614 (613) COL615 (614) COL616 (615) COL617 (616) COL618 (617) COL619 (618) COL620 (619) COL621 (620) COL622 (621) COL623 (622) COL624 (623) COL625 (624) COL626 (625) COL627 (626) COL628 (627) COL629 (628) COL630 (629) COL631 (630) COL632 (631) COL633 (632) COL634 (633) COL635 (634) COL636 (635) COL637 (636) COL638 (637) COL639 (638) COL640 (639) COL641 (640) COL642 (641) COL643 (642) COL644 (643) COL645 (644) COL646 (645) COL647 (646) COL648 (647) COL649 (648) COL650 (649) COL651 (650) COL652 (651) COL653 (652) COL654 (653) COL655 (654) COL656 (655) COL657 (656) COL658 (657) COL659 (658) COL660 (659) COL661 (660) COL662 (661) COL663 (662) COL664 (663) COL665 (664) COL666 (665) COL667 (666) COL668 (667) COL669 (668) COL670 (669) COL671 (670) COL672 (671) COL673 (672) COL674 (673) COL675 (674) COL676 (675) COL677 (676) COL678 (677) COL679 (678) COL680 (679) COL681 (680) COL682 (681) COL683 (682) COL684 (683) COL685 (684) COL686 (685) COL687 (686) COL688 (687) COL689 (688) COL690 (689) COL691 (690) COL692 (691) COL693 (692) COL694 (693) COL695 (694) COL696 (695) COL697 (696) COL698 (697) COL699 (698) COL700 (699) COL701 (700) COL702 (701) COL703 (702) COL704 (703) COL705 (704) COL706 (705) COL707 (706) COL708 (707) COL709 (708) COL710 (709) COL711 (710) COL712 (711) COL713 (712) COL714 (713) COL715 (714) COL716 (715) COL717 (716) COL718 (717) COL719 (718) COL720 (719) COL721 (720) COL722 (721) COL723 (722) COL724 (723) COL725 (724) COL726 (725) COL727 (726) COL728 (727) COL729 (728) COL730 (729) COL731 (730) COL732 (731) COL733 (732) COL734 (733) COL735 (734) COL736 (735) COL737 (736) COL738 (737) COL739 (738) COL740 (739) COL741 (740) COL742 (741) COL743 (742) COL744 (743) COL745 (744) COL746 (745) COL747 (746) COL748 (747) COL749 (748) COL750 (749) COL751 (750) COL752 (751) COL753 (752) COL754 (753) COL755 (754) COL756 (755) COL757 (756) COL758 (757) COL759 (758) COL760 (759) COL761 (760) COL762 (761) COL763 (762) COL764 (763) COL765 (764) COL766 (765) COL767 (766) COL768 (767) COL769 (768) COL770 (769) COL771 (770) COL772 (771) COL773 (772) COL774 (773) COL775 (774) COL776 (775) COL777 (776) COL778 (777) COL779 (778) COL780 (779) COL781 (780) COL782 (781) COL783 (782) COL784 (783) COL785 (784) COL786 (785) COL787 (786) COL788 (787) COL789 (788) COL790 (789) COL791 (790) COL792 (791) COL793 (792) COL794 (793) COL795 (794) COL796 (795) COL797 (796) COL798 (797) COL799 (798) COL800 (799) COL801 (800) COL802 (801) COL803 (802) COL804 (803) COL805 (804) COL806 (805) COL807 (806) COL808 (807) COL809 (808) COL810 (809) COL811 (810) COL812 (811) COL813 (812) COL814 (813) COL815 (814) COL816 (815) COL817 (816) COL818 (817) COL819 (818) COL820 (819) COL821 (820) COL822 (821) COL823 (822) COL824 (823) COL825 (824) COL826 (825) COL827 (826) COL828 (827) COL829 (828) COL830 (829) COL831 (830) COL832 (831) COL833 (832) COL834 (833) COL835 (834) COL836 (835) COL837 (836) COL838 (837) COL839 (838) COL840 (839) COL841 (840) COL842 (841) COL843 (842) COL844 (843) COL845 (844) COL846 (845) COL847 (846) COL848 (847) COL849 (848) COL850 (849) COL851 (850) COL852 (851) COL853 (852) COL854 (853) COL855 (854) COL856 (855) COL857 (856) COL858 (857) COL859 (858) COL860 (859) COL861 (860) COL862 (861) COL863 (862) COL864 (863) COL865 (864) COL866 (865) COL867 (866) COL868 (867) COL869 (868) COL870 (869) COL871 (870) COL872 (871) COL873 (872) COL874 (873) COL875 (874) COL876 (875) COL877 (876) COL878 (877) COL879 (878) COL880 (879) COL881 (880) COL882 (881) COL883 (882) COL884 (883) COL885 (884) COL886 (885) COL887 (886) COL888 (887) COL889 (888) COL890 (889) COL891 (890) COL892 (891) COL893 (892) COL894 (893) COL895 (894) COL896 (895) COL897 (896) COL898 (897) COL899 (898) COL900 (899) COL901 (900) COL902 (901) COL903 (902) COL904 (903) COL905 (904) COL906 (905) COL907 (906) COL908 (907) COL909 (908) COL910 (909) COL911 (910) COL912 (911) COL913 (912) COL914 (913) COL915 (914) COL916 (915) COL917 (916) COL918 (917) COL919 (918) COL920 (919) COL921 (920) COL922 (921) COL923 (922) COL924 (923) COL925 (924) COL926 (925) COL927 (926) COL928 (927) COL929 (928) COL930 (929) COL931 (930) COL932 (931) COL933 (932) COL934 (933) COL935 (934) COL936 (935) COL937 (936) COL938 (937) COL939 (938) COL940 (939) COL941 (940) COL942 (941) COL943 (942) COL944 (943) COL945 (944) COL946 (945) COL947 (946) COL948 (947) COL949 (948) COL950 (949) COL951 (950) COL952 (951) COL953 (952) COL954 (953) COL955 (954) COL956 (955) COL957 (956) COL958 (957) COL959 (958) COL960 (959) COL961 (960) COL962 (961) COL963 (962) COL964 (963) COL965 (964) COL966 (965) COL967 (966) COL968 (967) COL969 (968) COL970 (969) COL971 (970) COL972 (971) COL973 (972) COL974 (973) COL975 (974) COL976 (975) COL977 (976) COL978 (977) COL979 (978) COL980 (979) COL981 (980) COL982 (981) COL983 (982) COL984 (983) COL985 (984) COL986 (985) COL987 (986) COL988 (987) COL989 (988) COL990 (989) COL991 (990) COL992 (991) COL993 (992) COL994 (993) COL995 (994) COL996 (995) COL997 (996) COL998 (997) COL999 (998) COL1000 (999) COL1001 (1000) COL1002 (1001) COL1003 (1002) COL1004 (1003) COL1005 (1004) COL1006 (1005) COL1007 (1006) COL1008 (1007) COL1009 (1008) COL1010 (1009) COL1011 (1010) COL1012 (1011) COL1013 (1012) COL1014 (1013) COL1015 (1014) COL1016 (1015) COL1017 (1016) COL1018 (1017) COL1019 (1018) COL1020 (1019) COL1021 (1020) COL1022 (1021) COL1023 (1022) COL1024 (1023) COL1025 (1024) COL1026 (1025) COL1027 (1026) COL1028 (1027) COL1029 (1028) COL1030 (1029) COL1031 (1030) COL1032 (1031) COL1033 (1032) COL1034 (1033) COL1035 (1034) COL1036 (1035) COL1037 (1036) COL1038 (1037) COL1039 (1038) COL1040 (1039) COL1041 (1040) COL1042 (1041) COL1043 (1042) COL1044 (1043) COL1045 (1044) COL1046 (1045) COL1047 (1046) COL1048 (1047) COL1049 (1048) COL1050 (1049) COL1051 (1050) COL1052 (1051) COL1053 (1052) COL1054 (1053) COL1055 (1054) COL1056 (1055) COL1057 (1056) COL1058 (1057) COL1059 (1058) COL1060 (1059) COL1061 (1060) COL1062 (1061) COL1063 (1062) COL1064 (1063) COL1065 (1064) COL1066 (1065) COL1067 (1066) COL1068 (1067) COL1069 (1068) COL1070 (1069) COL1071 (1070) COL1072 (1071) COL1073 (1072) COL1074 (1073) COL1075 (1074) COL1076 (1075) COL1077 (1076) COL1078 (1077) COL1079 (1078) COL1080 (1079) COL1081 (1080) COL1082 (1081) COL1083 (1082) COL1084 (1083) COL1085 (1084) COL1086 (1085) COL1087 (1086) COL1088 (1087) COL1089 (1088) COL1090 (1089) COL1091 (1090) COL1092 (1091) COL1093 (1092) COL1094 (1093) COL1095 (1094) COL1096 (1095) COL1097 (1096) COL1098 (1097) COL1099 (1098) COL1100 (1099) COL1101 (1100) COL1102 (1101) COL1103 (1102) COL1104 (1103) COL1105 (1104) COL1106 (1105) COL1107 (1106) COL1108 (1107) COL1109 (1108) COL1110 (1109) COL1111 (1110) COL1112 (1111) COL1113 (1112) COL1114 (1113) COL1115 (1114) COL1116 (1115) COL1117 (1116) COL1118 (1117) COL1119 (1118) COL1120 (1119) COL1121 (1120) COL1122 (1121) COL1123 (1122) COL1124 (1123) COL1125 (1124) COL1126 (1125) COL1127 (1126) COL1128 (1127) COL1129 (1128) COL1130 (1129) COL1131 (1130) COL1132 (1131) COL1133 (1132) COL1134 (1133) COL1135 (1134) COL1136 (1135) COL1137 (1136) COL1138 (1137) COL1139 (1138) COL1140 (1139) COL1141 (1140) COL1142 (1141) COL1143 (1142) COL1144 (1143) COL1145 (1144) COL1146 (1145) COL1147 (1146) COL1148 (1147) COL1149 (1148) COL1150 (1149) COL1151 (1150) COL1152 (1151) COL1153 (1152) COL1154 (1153) COL1155 (1154) COL1156 (1155) COL1157 (1156) COL1158 (1157) COL1159 (1158) COL1160 (1159) COL1161 (1160) COL1162 (1161) COL1163 (1162) COL1164 (1163) COL1165 (1164) COL1166 (1165) COL1167 (1166) COL1168 (1167) COL1169 (1168) COL1170 (1169) COL1171 (1170) COL1172 (1171) COL1173 (1172) COL1174 (1173) COL1175 (1174) COL1176 (1175) COL1177 (1176) COL1178 (1177) COL1179 (1178) COL1180 (1179) COL1181 (1180) COL1182 (1181) COL1183 (1182) COL1184 (1183) COL1185 (1184) COL1186 (1185) COL1187 (1186) COL1188 (1187) COL1189 (1188) COL1190 (1189) COL1191 (1190) COL1192 (1191) COL1193 (1192) COL1194 (1193) COL1195 (1194) COL1196 (1195) COL1197 (1196) COL1198 (1197) COL1199 (1198) COL1200 (1199) COL1201 (1200) COL1202 (1201) COL1203 (1202) COL1204 (1203) COL1205 (1204) COL1206 (1205) COL1207 (1206) COL1208 (1207) COL1209 (1208) COL1210 (1209) COL1211 (1210) COL1212 (1211) COL1213 (1212) COL1214 (1213) COL1215 (1214) COL1216 (1215) COL1217 (1216) COL1218 (1217) COL1219 (1218) COL1220 (1219) COL1221 (1220) COL1222 (1221) COL1223 (1222) COL1224 (1223) COL1225 (1224) COL1226 (1225) COL1227 (1226) COL1228 (1227) COL1229 (1228) COL1230 (1229) COL1231 (1230) COL1232 (1231) COL1233 (1232) COL1234 (1233) COL1235 (1234) COL1236 (1235) COL1237 (1236) COL1238 (1237) COL1239 (1238) COL1240 (1239) COL1241 (1240) COL1242 (1241) COL1243 (1242) COL1244 (1243) COL1245 (1244) COL1246 (1245) COL1247 (1246) COL1248 (1247) COL1249 (1248) COL1250 (1249) COL1251 (1250) COL1252 (1251) COL1253 (1252) COL1254 (1253) COL1255 (1254) COL1256 (1255) COL1257 (1256) COL1258 (1257) COL1259 (1258) COL1260 (1259) COL1261 (1260) COL1262 (1261) COL1263 (1262) COL1264 (1263) COL1265 (1264) COL1266 (1265) COL1267 (1266) COL1268 (1267) COL1269 (1268) COL1270 (1269) COL1271 (1270) COL1272 (1271) COL1273 (1272) COL1274 (1273) COL1275 (1274) COL1276 (1275) COL1277 (1276) COL1278 (1277) COL1279 (1278) COL1280 (1279) COL1281 (1280) COL1282 (1281) COL1283 (1282) COL1284 (1283) COL1285 (1284) COL1286 (1285) COL1287 (1286) COL1288 (1287) COL1289 (1288) COL1290 (1289) COL1291 (1290) COL1292 (1291) COL1293 (1292) COL1294 (1293) COL1295 (1294) COL1296 (1295) COL1297 (1296) COL1298 (1297) COL1299 (1298) COL1300 (1299) COL1301 (1300) COL1302 (1301) COL1303 (1302) COL1304 (1303) COL1305 (1304) COL1306 (1305) COL1307 (1306) COL1308 (1307) COL1309 (1308) COL1310 (1309) COL1311 (1310) COL1312 (1311) COL1313 (1312) COL1314 (1313) COL1315 (1314) COL1316 (1315) COL1317 (1316) COL1318 (1317) COL1319 (1318) COL1320 (1319) COL1321 (1320) COL1322 (1321) COL1323 (1322) COL1324 (1323) COL1325 (1324) COL1

ANEXO II – PLANO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SUPERVISOR – SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO									
MÓDULO II: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO									
Nº	Descrição da remuneração							Valor (R\$)	
A	Salário Base						R\$	2.376,30	
Total Remuneração:							R\$	2.376,30	
MÓDULO III: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ADICIONAIS, MENSAIS E DIÁRIOS									
Subitem 2.1 – 12% sobre o salário e adicional de férias									
2.1	12% sobre o adicional de férias						(%)	Valor (R\$)	
A	12% sobre o						8,33%	R\$	342,08
B	Adicional de Férias						3,78%	R\$	80,82
C	Salário						11,11%	R\$	320,88
D	Indenização da ausência de 2/3 sobre o 12% Salário Férias e Adicional de Férias						7,34%	R\$	285,21
Total							18,88%	R\$	988,71
Subitem 2.2 – Encargos previdenciários (PIS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições									
2.2	PIS, FGTS e outras contribuições						(%)	Valor (R\$)	
A	PIS						3,000%	R\$	882,78
B	PASEP (PIS)						3,00%	R\$	52,77
C	Seguro Costeado de Trabalho (SAT CAT)						0,60%	R\$	134,86
D	R\$ 32,00 x R\$ 8,00						1,90%	R\$	45,08
E	R\$ 38,00 x R\$ 10,00						1,00%	R\$	20,11
F	R\$ 28,00 x R\$ 10,00						3,00%	R\$	11,37
G	R\$ 28,00 x R\$ 10,00						0,20%	R\$	3,83
H	R\$ 30,75 x R\$ 10,00						3,00%	R\$	232,87
Total							18,68%	R\$	1.198,84
Subitem 2.3 – Benefícios Mensais e Diários									
2.3	Benefícios Mensais e Diários						(%)	Valor (R\$)	
A	Tatiquete						R\$	34,20	
	SSBMSO	Valor Mensal	Parcelas	Diak	Diário				
	9	R\$ 6,00	3	6					
B	Auxílio-Fórmula/Indenização - AC7						R\$	87,20	
		9	R\$	18,00	6	30,00%			
C	Contribuição Social								
Total Benefícios mensais e diários								R\$	87,20
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ADICIONAIS, MENSAIS E DIÁRIOS									
2	Encargos e Benefícios Adicionais, Mensais e Diários						(%)	Valor (R\$)	
2.1	12% sobre o salário, Salário e Adicional de Férias						R\$	923,43	
2.2	PIS, PASEP e outras contribuições						R\$	1.198,84	
2.3	Benefícios Mensais e Diários						R\$	87,20	
Total Encargos, Benefícios mensais, mensais e diários								R\$	1.768,43
MÓDULO III: PRECÍZÃO PARA RESCISÃO									
3	Previdência para Rescisão						(%)	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado						0,62%	R\$	33,22
B	Indenização de FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado						0,03%	R\$	0,87
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e Substituição						0,00%	R\$	1.18,38
D	Aviso Prévio Trabalhistas						1,91%	R\$	88,07
E	Indenização das emendas do subitem 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhistas						0,77%	R\$	22,41
Total previsto para rescisão							7,10%	R\$	288,82
MÓDULO III: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE									
4.1	Substituição nas atividades gerais						(%)	Valor (R\$)	
A	Substituição da Colocação de Férias						R\$		
B	Substituição da Colocação das Atividades Gerais - até 30 dias FGTS 12						0,28%	R\$	8,16
C	Substituição da Colocação da Colocação Patrimonial						0,00%	R\$	0,00
D	Indenização das emendas do subitem 2.2 sobre o tempo de 12						0,00%	R\$	0,00
E	Substituição da Colocação das Atividades por Acidente de Trabalho - até 131 dias						0,33%	R\$	18,81
F	Substituição na colocação de Atividades por doença						0,00%	R\$	0,00
G	Indenização das emendas do FGTS da ausência de 2/3 sobre o adicional para acidente de trabalho e por doença						0,00%	R\$	0,00
Total previsto para reposição								R\$	27,97
Subitem 4.1.1 - Afastamento Materialidade									
4.1.1	Afastamento Materialidade						(%)	Valor (R\$)	
A	Férias acrescidas de 1/3 sobre o adicional de férias 128 dias de reposição						R\$	1,88	
B	Aviso prévio das emendas do subitem 2.2 sobre os férias acrescidas de 1/3 sobre o adicional de férias 128 dias de reposição						R\$	0,00	
C	Indenização de FGTS sobre o adicional de férias e 1/3 sobre o adicional de férias 128 dias de reposição						R\$	0,76	
Total previsto para reposição								R\$	2,64
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional AUSENTE									
4	Custo de reposição do profissional ausente						(%)	Valor (R\$)	
4.1	Substituição nas atividades gerais						R\$	27,97	
4.1.1	Afastamento Materialidade						R\$	2,64	
Total Custo de Reposição do Profissional AUSENTE								R\$	30,61
MÓDULO III: RECURSOS EXTERNOS									
5	Recursos Externos						(%)	Valor (R\$)	
A	Outros							-	
Total recursos externos							R\$	-	
MÓDULO IV: CUSTOS INDIRETOS, TERCEIROS E LUCRO									
6	Custos Indiretos, Terceiros e Lucro						(%)	Valor (R\$)	
A	Custos indiretos						R\$	621,00	
B	Lucro						R\$	0,00	
C	Tributos								
D	Tributos								
Res de subitem 6									0,00
	C	Tributo Federal	PIS				1,83%	R\$	18,17
	C	Tributo Estadual	ICMS				7,42%	R\$	1.016,74
	C	Tributo Municipal	ISS				3,00%	R\$	209,18
Total custos indiretos, terceiros e lucros							R\$	826,89	
ANEXO - B									
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO									
Custo de uma hora trabalhada - Afastamento materialidade (valor por empregado)							(%)	Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Colocação de Férias						R\$	2.970,80	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Adicionais, Mensais e Diários						R\$	1.768,43	
C	Módulo 3 - Previdencia para Rescisão						R\$	288,82	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional AUSENTE						R\$	30,61	
E	Módulo 5 - Recursos Externos						R\$	0,00	
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)							R\$	5.058,63	
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Terceiros e Lucro						R\$	826,89	
VALOR MÍNIMO POR EMPREGADO							R\$	5.785,52	

[illegible]

¹ Considerando as adaptações do formulário do-74 para este estudo, 256 estudantes responderam ao formulário por e-mail, 100 responderam no questionário de avaliação do curso e 100 responderam no formulário de avaliação do curso.

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – DIÁRIAS			
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Dado de identificação do projeto (obrigatório)		
B	Indicação UF		
C	Ata Acordo, Convenção ou Instrumento Normativo em Unidade Costeira		
D	Nº de ordem de execução contratual		
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
1	Tipo de Serviço		Dados Básicos
2	Unidade de Medida		
ANEXO - A			
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL			
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra			
1	Carga profissional		
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
3	Salário Normal da Categoria Profissional - Adicional		
4	Categoria profissional		
5	Data base da categoria		
MÓDULO III: COMPOSIÇÃO DA SOMA			
1	Composição da remuneração		Valor (R\$)
A	Diária	R\$	140,00
B	Custos (específicos)	R\$	
	Total Remuneração	R\$	140,00
	Total Insumos diversos	R\$	--
MÓDULO IV: CUSTOS INDIRETOS, IMPOSTOS E LUCRO			
B	Custos indiretos, tributos e lucro	(%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos	IS	--
B	Lucro	IS	--
C	Tributos		
	Cálculo		0,00%
	Base de cálculo dos tributos		140,00
	C.T. Tributos Federais	IRF	1,00%
	C.O. Tributos Estaduais	COPIS	1,00%
	C.T. Tributos Municipais	ISS	0,00%
	Total custos indiretos, tributos e lucros	IS	22,20
ANEXO - B			
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			
A	Módulo 1 – Composição da remuneração	R\$	140,00
B	Módulo 2 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$	--
C	Módulo 3 – Preços por insumos	R\$	--
D	Módulo 4 – Custo de execução do Profissional Assalado	R\$	--
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$	--
	SUBTOTAL (A+B+C+D+E)	R\$	140,00
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	R\$	22,20
	VALOR MENSAL POR EMPREGADO	R\$	162,20

ANEXO II - PDI 01/2010

INFORMAÇÕES E DADOS PARA CÁLCULO
Informe a base de remuneração do Profissional
Informe o valor mensal para cada Município e UF
Informe qual COT, Base e Anu, caso esteja a ela vinculado
Informe Nº de Ordem de Execução Contratual de Acordo com o Termo de Referência
Informe a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência
Informe a Unidade de Medida de Acordo com o Termo de Referência

Informe o cargo profissional
Informe a CBO do profissional
Informe o Salário Normal da categoria do COT
Informe a Categoria Profissional
Informe a Data Base da categoria

Valor líquido da diária. Para o cálculo do valor líquido, utilizar apenas os tributos na planilha.

Informe dos percentuais e valores de A e B

Informe dos percentuais A e B, multiplicado pelo percentual referente à taxa de administração
Base de cálculo para o lucro multiplicado pelo percentual referente à taxa de lucro
Informe a soma dos tributos IRF, COPIS e ISS
Base de cálculo para o lucro líquido e lucro bruto, dividido pelo coeficiente
Base de cálculo multiplicado pelo alíquota do ISS
Base de cálculo multiplicado pelo alíquota do ISS

Total do Módulo 01
Total do Módulo 02
Total do Módulo 03
Total do Módulo 04
Total do Módulo 05
Soma dos Módulos A e B
Total do Módulo 06
Soma dos Módulos A e B + F



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO III

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE UNIFORMES

AUXILIAR													
TIPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ⁽¹⁾	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	DESVIO	COEFICIENTE E	MÉDIA	MEDIANA	VALOR MÉDIO UTILIZADO (R\$) ⁽²⁾	CUSTO ESTIMADO (R\$) ^{(1) x (2)}
UNIFORME	1	Colete de identificação na cor cinza, ajustável nas laterais por elástico ou fivelas, com logo da empresa impressa ou bordada em bolso frontal (estilo canguru), confeccionado em tecido de rápida secagem e com texto "a serviço da Justiça Eleitoral" impresso ou bordado nas costas.	unid.	1	R\$ 22,96	R\$ 21,00	R\$ 29,71	4,5692487	18,60%	R\$ 24,56	R\$ 22,96	R\$ 24,56	R\$ 24,56
UNIFORME - CONSUMO ESTIMADO POR PROFISSIONAL/PERÍODO DA CONTRATAÇÃO (2 MESES)													R\$ 12,28
SUPERVISOR													
TIPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ⁽¹⁾	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	DESVIO	COEFICIENTE	MÉDIA	MEDIANA	VALOR MÉDIO UTILIZADO (R\$) ⁽²⁾	CUSTO ESTIMADO (R\$) ^{(1) x (2)}
UNIFORME	1	Camisa polo em algodão, cor cinza, manga curta, gola em ribana, abotoamento de lapela duplo ou triplo, com logo da empresa bordada ou impressa em bolso.	unid.	2	R\$ 39,49	R\$ 50,00	R\$ 44,35	5,2599461	11,79%	R\$ 44,61	R\$ 44,35	R\$ 44,61	R\$ 89,22
	2	Calça jeans casual, na cor índigo, modelo tradicional.	unid.	2	R\$ 69,90	R\$ 67,90	R\$ 70,00	1,1846237	1,71%	R\$ 69,27	R\$ 69,90	R\$ 69,27	R\$ 138,54
	3	Sapato casual, tipo sapatênis (masculino) ou	par	0,5	R\$ 87,00	R\$ 73,90	R\$ 67,00	10,1589041	13,37%	R\$ 75,97	R\$ 73,90	R\$ 75,97	R\$ 37,99
		Sapatilha (feminino).	par	0,5	R\$ 75,50	R\$ 62,00	R\$ 55,00	10,4203327	16,24%	R\$ 64,17	R\$ 62,00	R\$ 64,17	R\$ 32,09
UNIFORME - CONSUMO ESTIMADO POR PROFISSIONAL/PERÍODO DA CONTRATAÇÃO (4 MESES)													R\$ 74,46
Metodologia aplicada a Pesquisa de Preços / Análise dos dados da Tabela Comparativa de Preços													
A Pesquisa de Preços para composição dos custos com uniformes foi elaborada com base nos parâmetros regulamentados No Art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021/SEGES/ME, de 07/07/2021. Priorizou-se a busca de preços praticados por órgãos da Administração Pública, através de pesquisa no site Banco de Preços, sítio https://www.bancodeprecos.com.br/Cotacoes , conforme incisos I a III do art. 5º da IN nº 65/2021. Para as referidas consultas, utilizou-se como "chaves" a descrição do item de pesquisa. Os dados coletados foram analisados conforme preceitos do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça, edição 2021. Lançamos na planilha de cálculo os valores encontrados na pesquisa de preços. Para os itens com coeficiente de variação igual ou inferior a 25%, utilizamos para definição do preço de referência o critério do valor da média; em se tratando de coeficientes de variação superiores a 25%, utilizamos para definição do preço de referência o critério do valor da mediana.													

DOC SEI 3272689



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO IV

**QUADRO RESUMO DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO /
PREÇO GLOBAL MÁXIMO ADMITIDO**

ITEM I – AUXILIAR DE APOIO ÀS ELEIÇÕES 2026 – SERVIÇOS ORDINÁRIOS – GRUPO 1 (G1)

1º TURNO

SETEMBRO										
ÍTEM	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO TERMO	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR - HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	QTD. DE POSTOS	SUBTOTAL
1	1	Rachão		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	2	Rachão		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	3	Rachão		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	4	Rachão	Farmato de Natividade	2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	5	Rachão		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	6	Rachão		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	7	Rachão		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	8	Rachão		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	9	Rachão		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	10	Olinda		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	11	São Lourenço da Mata		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	12	Olinda		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	13	Olinda		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	14	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	15	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	16	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	17	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	18	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	19	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	20	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	21	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	22	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	23	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	24	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	25	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	26	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	27	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	28	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	29	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	30	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	31	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	32	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	33	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	34	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	35	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	36	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	37	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	38	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	39	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	40	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	41	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	42	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	43	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	44	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	45	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	46	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	47	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	48	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	49	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	50	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	51	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	52	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	53	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	54	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	55	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	56	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	57	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	58	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	59	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	60	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	61	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	62	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	63	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	64	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	65	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	66	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	67	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	68	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	69	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	70	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	71	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	72	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	73	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	74	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	75	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	76	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	77	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	78	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	79	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	80	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	81	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	82	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	83	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	84	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	85	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	86	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	87	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	88	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	89	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	90	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	91	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	92	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	93	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	94	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	95	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	96	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	97	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	98	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	99	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14
1	100	Caruaru		2	30	29	R\$ 4.996,45	R\$ 152,32	3	R\$ 13.243,14

Anexo IV - AAE - GI

13	81	Santa Maria de Boa Vista		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
13	83	Penitência		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
13	107	Arinos	Donnerberg	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
13	137	Lagoa Grande		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
13	144	Penitência		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
13	145	Penitência		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
14	11	Jabotão dos Guararapes		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
14	15	Cabo de Santo Agostinho		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
14	96	Indaial		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
14	101	Jabotão dos Guararapes		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
14	118	Jabotão dos Guararapes		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
14	121	Cabo de Santo Agostinho		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
14	147	Jabotão dos Guararapes		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
15	12	Paulista		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
15	25	Goiana		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
15	83	Igarassu	Anapólia	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
15	114	Paulista		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
15	119	Atoré e Lima		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
15	131	Itapicuruá	Nepesuma	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
15	146	Paulista		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
16	24	Limeira		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
16	90	Macapanã	Valença e São Vicente Ferrer	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
16	91	Passira	Cumaru	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
16	130	Faixa Nova	Lagoa de Itaunga	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
17	44	São Caetano	Cachoeirinha e Tacaratu	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
17	45	Bejo Jardim	Sanhado	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
17	48	Araruama	Itapicuruá	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
17	52	São Bento do Una		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
17	94	Lajedo	Jurema e Calçado	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
18	50	Tubaro	Ingaçu	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
18	62	Seridó		2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
18	86	Alagoinha da Engenharia	Igarassu	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
18	88	São José do Egito	Tupacemba	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
18	88	Carneiros	Goatuba, Solidão	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
18	89	Itapirito	Brinjal, Santa Teresinha	2	30	29	R\$ 4.596,45	R\$ 152,22	3	R\$ 13.243,14	
SUBTOTAL										364	R\$ 1.686.634,32

OUTUBRO										
POLO	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO TERMO	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEN MÊS	VALOR HOMEN DIA	QTD. DE POSTOS	SUBTOTAL
1	1	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	3	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	3	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	4	Rachão	Fernando de Noronha	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	5	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	6	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	7	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	8	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	9	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	10	Olinda		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	13	São Lourenço do Maranhão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	100	Olinda		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	117	Olinda		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	127	Caruaru		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	136	Caruaru		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	149	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
1	150	Rachão		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
2	14	Moreno		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
2	18	Volta de Santo Antônio		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
2	19	Olinda		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
2	21	Glória do Góia	Chã de Alegria	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
2	30	Gravata		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
2	31	Ararajó	Chã Grande e Primavera	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
2	102	Volta de Santo Antônio	Pombal	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
3	17	Paulista		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
3	20	Cajuru	Lagoa do Canto	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
3	23	Nazaré da Mata	Buenos Aires e Tracunhaçu	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
3	27	Itambé	Caruaru e Pombal	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
3	34	Passira		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
3	126	Caruaru	Itapicuruá e Ararajó	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
4	26	Rio Formoso	Tremembé e Santa Maria	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
4	28	Serra do	Caruaru e Garanhuns	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
4	37	Passira		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
4	38	Agua Preta	Novos e Joaquim Nabuco	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
4	42	Batistas	São José da Coroa Grande	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
4	43	Calendas	Maracá, Salim de Maria e Jacuara	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
4	47	Quipará	São Benedito do Sul e Pombal	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
5	33	Bejo Jardim	Gratão	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
5	34	Sulzão	Cauernis, Ventania do Lito	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
5	48	Ventania	Frei Miguelinho e Santa Maria do Caracol	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
5	51	Tupacemba	de Norte	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
5	84	Alto Alegre	Salgueiro e Machados	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
5	109	Santa Cruz do Capibaribe		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
5	112	Torilândia		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
6	35	Bezerros		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
6	39	Bonito	Barragem de Guaraná	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
6	41	Cariacou	Rachão das Américas	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
6	54	Bejo da Madre de Deus	Jatobá	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
6	88	Agrestina	Cupira e Lagoa dos Galois	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
6	105	Caruaru		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
6	106	Caruaru		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
6	130	Caruaru de São Félix	Santa e São Joaquim do Monte	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
7	36	Garanhuns		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
7	59	Garanhuns	Lagoa do Ouro e Palmeiras	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
7	61	Bom Conselho	Tremembé	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
7	84	Agua Preta		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
7	92	Garanhuns	Bejo, Passira, Jacuara e Jacuara	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
7	116	São João	Agrestina e Caruaru	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
7	130	Copacabana		1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26
7	138	Sulzão	Ita	1	8	8	R\$ 4.596,45	R\$ 147,39	3	R\$ 3.536,26

Anexo IV - AAE - GI

ANEXO IV – ADE-GS											
8	53	Prosperita	Popoia	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	57	Acumorte		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	58	Pacha		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	60	Buque		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	120	Wenawaka	Algarinho	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	143	Baia	Yupanahua	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	65	Cusobla		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	67	Flores	Tratado	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	69	Movavito	Corredor do Pardo	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	71	Santa Teresita	Santa Cruz do Baixo Verde	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	74	São José do Beltrão		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
8	144	Ararica	Colombi	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
10	63	Alca	Moran	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
10	70	Panabloria		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
10	72	Flores		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
10	75	Belén do São Francisco	Alvarado	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
10	89	Tacurata	Jalisco	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
10	128	Herman		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
11	75	Silgavito	Verdejar	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
11	76	Carito	Cabo	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
11	77	Colombi	Orac	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
11	78	Panablorin	Terra Nova	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
12	79	Tau	Monte Nova	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
12	80	Babara	Gratia	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
12	82	Cusur	Santa Cruz e Santa Filomena	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
12	84	Ararica		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
12	133	Tacurata	Ipala	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
13	81	Santa Maria de Boa Vista		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
13	83	Pachara		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
13	107	Alfaca	Buenavista	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
13	137	Lagoa Grande		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
13	144	Pachara		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
13	145	Pachara		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
14	11	Jatobello dos Guaranés		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
14	15	Cabo de Santo Agostinho		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
14	16	Ipacica		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
14	121	Jatobello dos Guaranés		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
14	118	Jatobello dos Guaranés		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
14	121	Cabo de Santo Agostinho		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
14	147	Jatobello dos Guaranés		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
15	12	Pachara		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
15	25	Solara		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
15	85	Ipacica	Araçatuba	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
15	114	Pachara		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
15	119	Arara e Lima		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
15	121	Pachara	Ipacica	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
15	148	Pachara		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
16	54	Livorno		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
16	80	Macaparra	Volante e São Vicente Ferri	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
16	91	Ipacica	Cabana	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
16	135	Pachara	Lagoa de Santa	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
17	64	São Carlos	Cachoeira e Tacandá	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
17	85	Ipacica	Leopoldo	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
17	88	Alfaca	Ipacica	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
17	92	São Bento de Una		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
17	94	Lagoa	Arara e Colado	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
18	50	Tau	Ipacica	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
18	62	Sedina		1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
18	66	Alfaca de Inglaterra	Ipacica	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
18	68	São José do Egito	Yupanahua	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
18	86	Correia	Correia, Saldia	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
18	90	Ipacica	Brigida, Santa Teresita	1	8	0	R\$ 4.590,45	R\$ 147,30	3	R\$ 3.033,20	
SUBTOTAL										364	R\$ 428.937,88
TOTAL 1º TURNO (G1)											R\$ 2.035.771,92

2º TURNO										
OUTUBRO										
POLO	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO TERMO	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	QTD. DE POSTOS	SUBTOTAL
1	1	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	2	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	3	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	4	Recife	Fernando de Noronha	9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	5	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	6	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	7	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	8	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	9	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	10	Olinda		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	13	São Lourenço da Mata		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	100	Olinda		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	117	Olinda		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	127	Camaraugiba		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	138	Camaraugiba		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	149	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
1	150	Recife		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
2	14	Moreno		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
2	18	Vitória de Santo Antão		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
2	19	Escada		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
2	21	Gloria do Góia	Chã de Alegria	9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
2	30	Gravata		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
2	31	Amaraji	Chã Grande e Primavera	9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
2	102	Vitória de Santo Antão	Pombos	9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
3	17	Paudalho		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
3	20	Carpina	Lagoa do Camo	9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
3	23	Nazare da Mata	Buenos Aires e Tracunhaém	9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
3	27	Igarapé	Camutanga e Famosos	9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
3	36	Timbaúba		9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
3	125	Condado	Itaquilanga e Alencar	9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10
4	26	Pou Formoso	Tamandaré e Sionvalim	9	27	19	R\$ 4.566,45	R\$ 147,30	3	R\$ 8.396,10

Página 1

Anexo IV - AAE - GI

4	38	Itaúba	Carlinhos e Sarmiento	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	27	Pedreira		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	36	Agua Preta	Meio e Jacqui Nobilio	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	42	Araruama	São José da Cruz e Costa	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	43	Catanduva	Marcelo, Delfino, da Silva e Jacques	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	47	Casual	São Benedito de São e Paranaíba	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	102	Itaúba		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	24	Barão	Carlinhos, Vicente do Lobo	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	46	Vendentes	Fra. Miguelito e Santa Maria do Carmo	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	131	Tupaciguara do Norte		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	200	São João	Salgadinho e Macielas	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	128	Santa Cruz do Capão		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	112	Tejupira		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	35	Alcântara		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	20	Itaúba	Barragem de Guatambú	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	41	Cavala	Rocha dos Anjos	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	14	Imperatriz	Imperatriz	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	40	Agostinho	Capim e Lagoa dos Batos	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	105	Cavala		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	126	Cavala		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	112	Cavala	São e São Joaquim do Monte	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
7	89	Guatambú		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
7	89	Guatambú	Lagoa do Córrego e Palmeira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
7	91	Agua Preta	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
7	94	Agua Preta		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
7	82	Guatambú	Imperatriz, Imperatriz e São	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
7	118	São João	Agostinho e Cavatambú	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
7	132	Capitão	Capitão	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
7	136	Itaúba	Itaúba	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	83	Imperatriz	Imperatriz	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	37	Agostinho		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	44	Tejupira		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	80	Tejupira		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	120	Tejupira	Agostinho	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	145	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	85	Tejupira		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	47	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	99	Tejupira	Tejupira e São Paulo	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	71	Tejupira	São João da Cruz e Costa	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	74	São João da Cruz		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	108	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	83	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	70	Tejupira		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	72	Tejupira		0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	73	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	49	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	124	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	76	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	70	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	77	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	76	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	79	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	80	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	81	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	133	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	81	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	83	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	127	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	137	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	148	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	148	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	11	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	12	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	16	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	131	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	118	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	121	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	147	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	12	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	25	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	85	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	114	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	119	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	137	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	146	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	14	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	91	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	115	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	17	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	45	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	88	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	17	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	87	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	82	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	42	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	86	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	88	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	88	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
4	89	Tejupira	Tejupira	0	27	10	R\$ 4.588,40	R\$ 147,00	0	R\$ 0,00	
SUBTOTAL										384	R\$ 1.016.726,80
TOTAL 2º TURNO (G)											R\$ 1.016.726,80
TOTAL 1 E 2º TURNOS (G)											R\$ 2.033.453,60

ANEXO IV - QUADRO RESUMO DOS CUSTOS DA CONTRATAÇÃO									
ITEM 1 - AUXÍLIO DE APOIO ÀS ELEIÇÕES 2016 - SERVIÇOS ORDINÁRIOS - GRUPO 2 (52)									
1º TURNO									
SETEMBRO									
POLO	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO TURNO	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE VOTOS	VALOR NOMEINICIAL	VALOR NOMEINICIAL	QTD. DE VOTOS
1	1	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	1
1	2	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	2
1	3	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	3
1	4	Acidú	Fernanda de Noronha	19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	4
1	5	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	5
1	6	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	6
1	7	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	7
1	8	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	8
1	9	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	9
1	10	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	10
1	11	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	11
1	12	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	12
1	13	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	13
1	14	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	14
1	15	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	15
1	16	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	16
1	17	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	17
1	18	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	18
1	19	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	19
1	20	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	20
1	21	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	21
1	22	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	22
1	23	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	23
1	24	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	24
1	25	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	25
1	26	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	26
1	27	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	27
1	28	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	28
1	29	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	29
1	30	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	30
1	31	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	31
1	32	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	32
1	33	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	33
1	34	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	34
1	35	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	35
1	36	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	36
1	37	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	37
1	38	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	38
1	39	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	39
1	40	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	40
1	41	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	41
1	42	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	42
1	43	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	43
1	44	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	44
1	45	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	45
1	46	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	46
1	47	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	47
1	48	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	48
1	49	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	49
1	50	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	50
1	51	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	51
1	52	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	52
1	53	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	53
1	54	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	54
1	55	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	55
1	56	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	56
1	57	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	57
1	58	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	58
1	59	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	59
1	60	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	60
1	61	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	61
1	62	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	62
1	63	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	63
1	64	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	64
1	65	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	65
1	66	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	66
1	67	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	67
1	68	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	68
1	69	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	69
1	70	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	70
1	71	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	71
1	72	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	72
1	73	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	73
1	74	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	74
1	75	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	75
1	76	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	76
1	77	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	77
1	78	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	78
1	79	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	79
1	80	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	80
1	81	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	81
1	82	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	82
1	83	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	83
1	84	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	84
1	85	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	85
1	86	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	86
1	87	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	87
1	88	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	88
1	89	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	89
1	90	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	90
1	91	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	91
1	92	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	92
1	93	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	93
1	94	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	94
1	95	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	95
1	96	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	96
1	97	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	97
1	98	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	98
1	99	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	99
1	100	Acidú		19	20	27	R\$ 0,000,00	R\$ 112,22	100

[illegible]81

4	28	Agua Preta	Itaboraí e Jangadeiros (Itaboraí)	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
5	32	Maravens	Alto das Cadeias (Rio de Janeiro)	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
6	43	Caracas	Alameda, Bairro do Itaipu e Jacuipira	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
7	47	Alto das Cadeias	Alto das Cadeias (Rio de Janeiro)	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
8	53	Monte Alegre	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
9	55	Três Marias	Carapicuíba, Vila Verde do Leste	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
10	56	Alto das Cadeias	Primeira Avenida e Santa Maria do Carmo (Rio de Janeiro)	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
11	57	Três Marias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
12	58	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
13	60	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
14	61	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
15	62	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
16	63	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
17	64	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
18	65	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
19	66	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
20	67	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
21	68	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
22	69	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
23	70	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
24	71	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
25	72	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
26	73	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
27	74	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
28	75	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
29	76	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
30	77	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
31	78	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
32	79	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
33	80	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
34	81	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
35	82	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
36	83	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
37	84	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
38	85	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
39	86	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
40	87	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00
41	88	Alto das Cadeias	Gratão	9	25	17	R\$ 3.800,00	R\$ 147,13	2	R\$ 3.820,00</

TOTAL 1º E 2º TURNOS (G2)	R\$ 1.837.230,56
---------------------------	------------------

ITEM II – SUPERVISÃO – SERVIÇOS ORDINÁRIOS							
1º TURNO							
AGOSTO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	28	31	4	R\$ 7.182,63	R\$ 231,70	R\$ 3.707,20
							R\$ 3.707,20
SETEMBRO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	1	30	30	R\$ 7.182,63	R\$ 239,42	R\$ 28.730,52
							R\$ 28.730,52
OUTUBRO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	1	31	31	R\$ 7.182,63	R\$ 231,70	R\$ 28.730,52
							R\$ 28.730,52
NOVEMBRO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	1	30	30	R\$ 7.182,63	R\$ 239,42	R\$ 28.730,52
							R\$ 28.730,52
DEZEMBRO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	1	31	31	R\$ 7.182,63	R\$ 231,70	R\$ 28.730,52
							R\$ 28.730,52
TOTAL 1º TURNO							R\$ 118.629,28

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

1º TURNO

SETEMBRO							
ITEM	PROFISSIONAL	VALOR HOMEM-MÊS EXTRAORDINÁRIO	VALOR DA HORA A 50%	VALOR DA HORA A 100%	QTD. DE HORA A 50%	QTD. DE HORA A 100%	SUBTOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições	R\$ 3.286,16	R\$ 22,41	R\$ 29,87	6.020	456	R\$ 148.528,92
II	Supervisor	R\$ 5.780,09	R\$ 39,41	R\$ 52,55	120	32	R\$ 6.410,80
							R\$ 154.939,72

OUTUBRO							
ITEM	PROFISSIONAL	VALOR HOMEM-MÊS EXTRAORDINÁRIO	VALOR DA HORA A 50%	VALOR DA HORA A 100%	QTD. DE HORA A 50%	QTD. DE HORA A 100%	SUBTOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições	R\$ 3.286,16	R\$ 22,41	R\$ 29,87	4.816	7.224	R\$ 323.707,44
II	Supervisor	R\$ 5.780,09	R\$ 39,41	R\$ 52,55	32	40	R\$ 3.363,12
							R\$ 327.070,56

TOTAL ESTIMADO HE 1º TURNO	R\$ 482.010,28
----------------------------	----------------

2º TURNO

OUTUBRO							
ITEM	PROFISSIONAL	VALOR HOMEM-MÊS EXTRAORDINÁRIO	VALOR DA HORA A 50%	VALOR DA HORA A 100%	QTD. DE HORA A 50%	QTD. DE HORA A 100%	SUBTOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições	R\$ 3.286,16	R\$ 22,41	R\$ 29,87	9.632	7.224	R\$ 431.634,00
II	Supervisor	R\$ 5.780,09	R\$ 39,41	R\$ 52,55	152	72	R\$ 9.773,92
							R\$ 441.407,92

TOTAL ESTIMADO HE 2º TURNO	R\$ 441.407,92
----------------------------	----------------

TOTAL ESTIMADO HE 1º e 2º TURNOS	R\$ 923.418,20
----------------------------------	----------------

DIÁRIAS

1º TURNO

SETEMBRO / OUTUBRO					
ITEM	PROFISSIONAL	QTD. ESTIMADA DE DIÁRIAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	TOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições	1.534	R\$ 140,00	R\$ 163,26	R\$ 250.440,84
TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS 1º TURNO					R\$ 250.440,84

2º TURNO

OUTUBRO					
ITEM	PROFISSIONAL	QTD. ESTIMADA DE DIÁRIAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	TOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições	876	R\$ 140,00	R\$ 163,26	R\$ 143.015,76
TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS 2º TURNO					R\$ 143.015,76

TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS 1º E 2º TURNOS	R\$ 393.456,60
---------------------------------------	----------------

ITEM	1º TURNO				2º TURNO (SE HOUVER)				TOTAL (1º E 2º TURNOS)
	SERVIÇOS ORDINÁRIOS ⁽¹⁾	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS ⁽²⁾	DIÁRIAS ⁽³⁾	TOTAL ⁽¹⁾⁺⁽²⁾⁺⁽³⁾	SERVIÇOS ORDINÁRIOS ⁽⁴⁾	SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS ⁽⁵⁾	DIÁRIAS ⁽⁶⁾	TOTAL ⁽⁴⁾⁺⁽⁵⁾⁺⁽⁶⁾	
I	R\$ 3.077.026,68	R\$ 472.236,36	R\$ 250.440,84	R\$ 3.799.703,88	R\$ 1.614.702,60	R\$ 431.634,00	R\$ 143.015,76	R\$ 2.189.352,36	R\$ 5.989.056,24
II	R\$ 118.629,28	R\$ 9.773,92	R\$ 0,00	R\$ 128.403,20	R\$ 0,00	R\$ 9.773,92	R\$ 0,00	R\$ 9.773,92	R\$ 138.177,12
				R\$ 3.928.107,08				R\$ 2.199.126,28	R\$ 6.127.233,36

DOC SEI 3272691



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO V

MODELO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

MODELO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ABE - SERVIÇO ORÇAMENTÁRIO									
MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO								Valor (R\$)	
1. Composição da remuneração									
A. Salário base									
B. Outros (preço fixo)									
Total Remuneração (R\$)									
MÓDULO 02 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANAIS S. MENSUAIS S. DIÁRIOS									
Subtotal 02.1 - 12% (até no máximo) sobre o adicional de férias									
2.1. 12% sobre o adicional de férias								(%)	Valor (R\$)
A. 12% sobre o adicional de férias									
B. Adicional de férias									
C. Salário									
D. Benefícios da subitem 2.1 sobre o 12% sobre o adicional de férias									
Total									
Subtotal 02.2 - Encargos previdenciários (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outros contribuintes									
2.2. INSS, FGTS e outros contribuintes								(%)	Valor (R\$)
A. INSS									
B. Salário de férias									
C. Plano de Saúde da Previdência Social									
D. INSS - INSS									
E. INSS - INSS									
F. INSS - INSS									
G. INSS - INSS									
H. INSS - INSS									
I. INSS - INSS									
J. INSS - INSS									
Total									
Subtotal 02.3 - Benefícios Mensais e Diários									
2.3. Benefícios Mensais e Diários								Valor (R\$)	
A. Transporte									
B. Aluguel									
C. Aluguel									
D. Aluguel									
E. Aluguel									
F. Aluguel									
G. Aluguel									
H. Aluguel									
I. Aluguel									
J. Aluguel									
Total Benefícios mensais e diários									
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 02 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANAIS S. MENSUAIS S. DIÁRIOS									
2.1. 12% (até no máximo) sobre o adicional de férias								Valor (R\$)	
2.2. INSS, FGTS e outros contribuintes									
2.3. Benefícios Mensais e Diários									
Total Encargos, Benefícios mensais, previdenciários e diários								R\$	
MÓDULO 03 - PROVISÃO PARA RESCISÃO									
3. Provisão para Rescisão								(%)	Valor (R\$)
A. Provisão para Rescisão									
B. Provisão para Rescisão									
C. Provisão para Rescisão									
D. Provisão para Rescisão									
E. Provisão para Rescisão									
F. Provisão para Rescisão									
G. Provisão para Rescisão									
H. Provisão para Rescisão									
I. Provisão para Rescisão									
J. Provisão para Rescisão									
Total provisões para rescisão									
MÓDULO 04 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AJUSTE									
4.1. Substituição em substituição legal								(%)	Valor (R\$)
A. Substituição em substituição legal									
B. Substituição em substituição legal									
C. Substituição em substituição legal									
D. Substituição em substituição legal									
E. Substituição em substituição legal									
F. Substituição em substituição legal									
G. Substituição em substituição legal									
H. Substituição em substituição legal									
I. Substituição em substituição legal									
J. Substituição em substituição legal									
Total custo de reposição do profissional ajuste									
Subtotal 04.1 - Substituição em substituição legal									
4.1.1. Substituição em substituição legal								(%)	Valor (R\$)
A. Substituição em substituição legal									
B. Substituição em substituição legal									
C. Substituição em substituição legal									
D. Substituição em substituição legal									
E. Substituição em substituição legal									
F. Substituição em substituição legal									
G. Substituição em substituição legal									
H. Substituição em substituição legal									
I. Substituição em substituição legal									
J. Substituição em substituição legal									
Total custo de reposição do profissional ajuste									
MÓDULO 05 - INSS E DIÁRIOS									
5. Inss e Diários								Valor (R\$)	
A. Inss e Diários									
B. Inss e Diários									
C. Inss e Diários									
D. Inss e Diários									
E. Inss e Diários									
F. Inss e Diários									
G. Inss e Diários									
H. Inss e Diários									
I. Inss e Diários									
J. Inss e Diários									
Total Inss e Diários								R\$	
MÓDULO 06 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AJUSTE									
6. Custo de reposição do profissional ajuste								(%)	Valor (R\$)
A. Custo de reposição do profissional ajuste									
B. Custo de reposição do profissional ajuste									
C. Custo de reposição do profissional ajuste									
D. Custo de reposição do profissional ajuste									
E. Custo de reposição do profissional ajuste									
F. Custo de reposição do profissional ajuste									
G. Custo de reposição do profissional ajuste									
H. Custo de reposição do profissional ajuste									
I. Custo de reposição do profissional ajuste									
J. Custo de reposição do profissional ajuste									
Total custo de reposição do profissional ajuste								R\$	
ANEXO - B									
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREENDIMENTO								Valor (R\$)	
A. Custo de reposição do profissional ajuste									
B. Custo de reposição do profissional ajuste									
C. Custo de reposição do profissional ajuste									
D. Custo de reposição do profissional ajuste									
E. Custo de reposição do profissional ajuste									
F. Custo de reposição do profissional ajuste									
G. Custo de reposição do profissional ajuste									
H. Custo de reposição do profissional ajuste									
I. Custo de reposição do profissional ajuste									
J. Custo de reposição do profissional ajuste									
Total custo de reposição do profissional ajuste									
VALOR MÍNIMO POR EMPREENDIMENTO									

MODELO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ANE - SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO									
MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA MANUTENÇÃO									
1	Composição da manutenção								Valor (R\$)
2	Materiais								
3	Obras e serviços								
								Total Manutenção: R\$	
MÓDULO 02: ENCARGOS E DESPESAS ADICIONAIS, MENORES E DÍVIDAS									
Subitem 2.1 - 12% (doze por cento) sobre o subitem de Obras									
2.1	12% sobre o subitem de Obras								(%) Valor (R\$)
3	Adicional de Férias								
4	Substância								
5	Contribuição de subitem 2.2 sobre o 12% Substância Menor e Adicional de Férias								
								Total	
Subitem 2.2 - Despesas previdenciárias (PPE), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições									
2.2	INSS, PIS/PASEP e outras contribuições								(%) Valor (R\$)
3	INSS								
4	PIS/PASEP								
5	Seguro Acidente de Trabalho (SAT)								
6	FGTS								
7	INSS - INSS								
8	INSS - INSS								
9	INSS - INSS								
10	INSS - INSS								
								Total	
Subitem 2.3 - Benefícios Mensais e Diários									
2.3	Benefícios Mensais e Diários								Valor (R\$)
3	Benefício		Subitem	Valor Mensal	Parcelas	Diária	Diário		
4	Benefício		Subitem	Valor	Parcelas	Diária	Diário		
5	Benefício Mensal/Parcelado								
6	Benefício Mensal								
7	Benefício Mensal								
8	Benefício Mensal								
								Total Benefícios mensais e diários	
QUADRO RESUMO DO SUBITEM 2 - ENCARGOS E DESPESAS ADICIONAIS, MENORES E DÍVIDAS									
2	Encargos e Despesas Adicionais, Menores e Dívidas								Valor (R\$)
3	12% sobre o subitem 2.1 sobre o 12% Substância Menor								R\$
4	INSS, PIS/PASEP e outras contribuições								R\$
5	Benefícios Mensais e Diários								R\$
								Total Encargos, Benefícios mensais, menores e dívidas	R\$
MÓDULO 03: PREÇOS PARA RECURSOS									
3	Preço para Recurso								(%) Valor (R\$)
4	Preço para Recurso								
5	Contribuição de PIS/PASEP sobre o Preço para Recurso								
6	Preço para Recurso								
7	Preço para Recurso								
8	Preço para Recurso								
9	Preço para Recurso								
10	Preço para Recurso								
								Total preço para recurso	
MÓDULO 04: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL ADIANTE									
4.1	Substituição em ausência temporária								(%) Valor (R\$)
5	Substituição em ausência temporária								
6	Substituição em ausência temporária								
7	Substituição em ausência temporária								
8	Substituição em ausência temporária								
9	Substituição em ausência temporária								
10	Substituição em ausência temporária								
11	Substituição em ausência temporária								
12	Substituição em ausência temporária								
13	Substituição em ausência temporária								
14	Substituição em ausência temporária								
15	Substituição em ausência temporária								
16	Substituição em ausência temporária								
17	Substituição em ausência temporária								
18	Substituição em ausência temporária								
19	Substituição em ausência temporária								
20	Substituição em ausência temporária								
21	Substituição em ausência temporária								
22	Substituição em ausência temporária								
23	Substituição em ausência temporária								
24	Substituição em ausência temporária								
25	Substituição em ausência temporária								
26	Substituição em ausência temporária								
27	Substituição em ausência temporária								
28	Substituição em ausência temporária								
29	Substituição em ausência temporária								
30	Substituição em ausência temporária								
31	Substituição em ausência temporária								
32	Substituição em ausência temporária								
33	Substituição em ausência temporária								
34	Substituição em ausência temporária								
35	Substituição em ausência temporária								
36	Substituição em ausência temporária								
37	Substituição em ausência temporária								
38	Substituição em ausência temporária								
39	Substituição em ausência temporária								
40	Substituição em ausência temporária								
41	Substituição em ausência temporária								
42	Substituição em ausência temporária								
43	Substituição em ausência temporária								
44	Substituição em ausência temporária								
45	Substituição em ausência temporária								
46	Substituição em ausência temporária								
47	Substituição em ausência temporária								
48	Substituição em ausência temporária								
49	Substituição em ausência temporária								
50	Substituição em ausência temporária								
51	Substituição em ausência temporária								
52	Substituição em ausência temporária								
53	Substituição em ausência temporária								
54	Substituição em ausência temporária								
55	Substituição em ausência temporária								
56	Substituição em ausência temporária								
57	Substituição em ausência temporária								
58	Substituição em ausência temporária								
59	Substituição em ausência temporária								
60	Substituição em ausência temporária								
61	Substituição em ausência temporária								
62	Substituição em ausência temporária								
63	Substituição em ausência temporária								
64									

CENTA INCLUIE: VALORES POR PROVINCIA/PAÍS		
TÍTULO	4. ESTÁT.	5. MONEDAS
10. Bienes Personales		4.316
Prima y 20 días (Seguro de vida)		11.170
Multa sobre 10% de contribución anual		
Costo 1 año (por concepto de 1 año +		
seguro personalizado)		1.070
Costo de Indemnidad 2.2 años (por	14. NET / 1.000	2.000
12. Contribuciones a la Salud y 12	14. NET / 1.000	1.000
(Contribuciones a la Salud)	14. NET / 1.000	1.000

MODELO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUPERVISOR - SERVIÇO ORDINÁRIO									
MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO									
1 Composição da remuneração								Valor (R\$)	
A Salário base									
B Gratia (se houver)									
Total Remuneração									
MÓDULO 02 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSUAIS E DIÁRIOS									
Subtotal 02.1 - 12ª parcela (mensal) relativa à adicinal de férias									
2.1 12ª parcela a adicinal de férias									
A 12ª parcela									
B Adicional de férias									
C Incidência									
D Incidência de subitem 2.2 sobre o 12º Salário base e Adicional de férias									
Total									
Subtotal 02.2 - Encargos previdenciários (SPB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições									
2.2 SPB, FGTS e outras contribuições								Valor (R\$)	
A SPB									
B Salário e base de cálculo									
C Seguros Sociais do Trabalho - INSS									
D INSS - INSS									
E INSS - INSS									
F INSS - INSS									
G INSS - INSS									
H INSS - INSS									
I INSS - INSS									
J INSS - INSS									
Total									
Subtotal 02.3 - Benefícios Mensais e Diários									
2.3 Benefícios Mensais e Diários								Valor (R\$)	
A 12ª parcela									
B Adicional de férias									
C Incidência									
D Incidência de subitem 2.2 sobre o 12º Salário base e Adicional de férias									
Total Benefícios mensais e diários									
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSUAIS E DIÁRIOS									
2 Encargos e Benefícios Anuais, Mensuais e Diários								Valor (R\$)	
2.1 12ª parcela (mensal) relativa à adicinal de férias									
2.2 SPB, FGTS e outras contribuições									
2.3 Benefícios Mensais e Diários									
Total Encargos, Benefícios anuais, mensais e diários									
MÓDULO 03 - PROJEÇÃO PARA RESCISÃO									
3 Projeção para rescisão								Valor (R\$)	
A Anos de serviço									
B Incidência de FGTS sobre o Anos de serviço									
C Saldo do FGTS sobre o Anos de serviço									
D Anos de serviço									
E Incidência de encargos de subitem 2.2 sobre o Anos de serviço									
Total projeção para rescisão									
MÓDULO 04 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE									
4.1 Substituição aos ausentes legais								Valor (R\$)	
A Substituição na Cobertura de Férias									
B Substituição na Cobertura das Ausências Legais - subitem 4.1.1									
C Substituição na Cobertura de Licença Prorrogada									
D Incidência dos encargos de subitem 2.2 sobre o Anos de serviço									
E Substituição na Cobertura das Ausências Legais por Ausência de Trabalho - subitem 4.1.2									
F Substituição na Cobertura de Ausências por doença									
G Incidência dos encargos de subitem 2.2 sobre o Anos de serviço									
Subtotal 4.1.1 - Ausências Legais									
4.1.1 Ausências Legais								Valor (R\$)	
A Férias acumuladas de 120 dias no período de 120 dias de ausência									
B Incidência dos encargos de subitem 2.2 sobre o Anos de serviço de 120 dias de ausência									
C Incidência de FGTS sobre o Anos de serviço de 120 dias de ausência									
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente									
4 Custo de reposição do profissional ausente								Valor (R\$)	
4.1 Substituição aos ausentes legais									
4.1.1 Ausências Legais									
Total Custo de Reposição do Profissional Ausente									
MÓDULO 05 - INSS E OUTROS ENCARGOS									
5 Inss e outros encargos								Valor (R\$)	
A Inss e outros encargos									
MÓDULO 06 - CUSTOS DE MATERIAIS, TRIBUTOS E LÍQUIDOS									
6 Custos de materiais, tributos e líquidos								Valor (R\$)	
A Custos de materiais									
B Tributos									
C Tributos									
D Tributos									
E Tributos									
F Tributos									
G Tributos									
H Tributos									
I Tributos									
J Tributos									
K Tributos									
L Tributos									
M Tributos									
N Tributos									
O Tributos									
P Tributos									
Q Tributos									
R Tributos									
S Tributos									
T Tributos									
U Tributos									
V Tributos									
W Tributos									
X Tributos									
Y Tributos									
Z Tributos									
Total custos de materiais, tributos e líquidos									
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 6 - Custo de Materiais, Tributos e Líquidos									
6 Custos de materiais, tributos e líquidos								Valor (R\$)	
A Custos de materiais									
B Tributos									
C Tributos									
D Tributos									
E Tributos									
F Tributos									
G Tributos									
H Tributos									
I Tributos									
J Tributos									
K Tributos									
L Tributos									
M Tributos									
N Tributos									
O Tributos									
P Tributos									
Q Tributos									
R Tributos									
S Tributos									
T Tributos									
U Tributos									
V Tributos									
W Tributos									
X Tributos									
Y Tributos									
Z Tributos									
Total custos de materiais, tributos e líquidos									
VALOR MÁXIMO POR EMPREGADO									

SÍNTESE RESUMO DO CUSTO DE EMPREGADO			
ITEM	VALOR (R\$)	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
12ª parcela (mensal) relativa à adicinal de férias	120,00	100,00	120,00
SPB, FGTS e outras contribuições	120,00	100,00	120,00
Benefícios mensais e diários	120,00	100,00	120,00
Custo de reposição do profissional ausente	120,00	100,00	120,00
Inss e outros encargos	120,00	100,00	120,00
Custos de materiais, tributos e líquidos	120,00	100,00	120,00
Total	720,00	600,00	720,00

MODELO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUPERVISOR - SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO									
MÓDULO III - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO								Valor (R\$)	
1	Composição da remuneração								
A	Fórmula base								
B	Outras (especificar)								
Total Remuneração									
Subtotalizado 2.1 - 10ª tabela (verificar) salário e adicional de férias									
2.1	10ª tabela e adicional de férias							(%)	Valor (R\$)
A	10ª tabela								
B	Adicional de férias								
C	Subtotal								
D	Incidência da subitemizada 2.2 sobre o 10ª Tabela (Verificar) Adicional de Férias								
								Total	
Subtotalizado 2.2 - Encargos previdenciários (SPF), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições									
2.2	SPF, FGTS e outras contribuições							(%)	Valor (R\$)
A	SPF								
B	Fundo de Garantia								
C	Seguro-Reserva de Trabalho (SR-TFR)		PPF			PPF			
D	INSS - INSS								
E	INSS - INSS								
F	INSS - INSS								
G	INSS - INSS								
H	INSS - INSS								
								Total	
Subtotalizado 2.3 - Benefícios Mensais e Diários									
2.3	Benefícios Mensais e Diários							Valor (R\$)	
A	Transporte	SRRTAC		Valor Mensal	Passagem		Diaria	Diário	
B	Aluguel de Imóvel	SRRTAC		Valor	Diaria		Diário		
C	Outros benefícios								
D	Contribuição Social								
Total Benefícios mensais e diários									
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 3 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ADICIONAIS, RESALVAS E DEDUÇÕES									
2.3	Encargos e Benefícios Adicionais, Reservas e Deduções							Valor (R\$)	
A	Encargos e Benefícios Adicionais								
B	Reservas e Deduções								
C	Subtotal								
Total Encargos, Benefícios adicionais, reservas e deduções									
MÓDULO III - PROJEÇÃO PARA RESCISÃO									
3	Projeção para Rescisão							(%)	Valor (R\$)
A	Projeção para Rescisão								
B	Projeção para Rescisão								
C	Projeção para Rescisão								
D	Projeção para Rescisão								
E	Projeção para Rescisão								
								Total projeção para rescisão	
MÓDULO III - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL ASSISTENTE									
3.1	Custo de reposição do profissional assistente							(%)	Valor (R\$)
A	Custo de reposição do profissional assistente								
B	Custo de reposição do profissional assistente								
C	Custo de reposição do profissional assistente								
D	Custo de reposição do profissional assistente								
E	Custo de reposição do profissional assistente								
F	Custo de reposição do profissional assistente								
G	Custo de reposição do profissional assistente								
								Total custo de reposição do profissional assistente	
Subtotalizado 3.1 - Atendimento Material									
3.1.1	Atendimento Material							(%)	Valor (R\$)
A	Atendimento Material								
B	Atendimento Material								
C	Atendimento Material								
D	Atendimento Material								
E	Atendimento Material								
F	Atendimento Material								
G	Atendimento Material								
								Total custo de atendimento material	
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Assessor									
4	Custo de reposição do profissional assessor							Valor (R\$)	
4.1	Custo de reposição do profissional assessor								
4.1.1	Custo de reposição do profissional assessor								
								Total Custo de Reposição do Profissional Assessor	
MÓDULO III - BOMBAIS INVERSIDO									
5	Bombas Invercidas							Valor (R\$)	
A	Bombas Invercidas								
								Total Bombas Invercidas (R\$)	
MÓDULO IV - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS									
6	Custos de Reposição de Materiais e Serviços							(%)	Valor (R\$)
A	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
B	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
C	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
D	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
E	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
F	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
G	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
H	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
I	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
J	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
K	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
L	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
M	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
N	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
O	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
P	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
Q	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
R	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
S	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
T	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
U	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
V	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
W	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
X	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
Y	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
Z	Custos de Reposição de Materiais e Serviços								
Total custos de materiais, serviços e locação									
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO									
Módulo de custos e despesas - 100% (valor por empregado)								Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração								
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Adicionais, Reservas e Deduções								
C	Módulo 3 - Projeção para rescisão								
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Assessor								
E	Módulo 5 - Encargos Diversos								
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)									
F	Módulo 6 - Custos de materiais, serviços e locação								
VALOR FINAL POR EMPREGADO									

[illegible][illegible]

MODELO - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - DIÁRIAS									
Licitação nº		PE XXXX/XXXX		Órgão		CPF		UASG nº	
Data do Pregão		DDMMAAAA		Horário		XX:XX h			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES A CONTRATAÇÃO)									
A	Data de apresentação da proposta (diarist/ano)								
B	Município UF								
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo								
D	Nº de meses de execução contratual								
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO									
1	Tipo de Serviço								Diárias ELDIÇÃO
2	Unidade de Medida								
ANEXO - A MÃO-DE-OBRA VINCULADA A EXECUÇÃO CONTRATUAL									
Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra									
1	Cargo profissional								
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)								
3	Estatuto Normativo da Categoria Profissional - 44/nam								
4	Categoria profissional								
5	Data base de categoria								
MÓDULO 01: COMPOSIÇÃO DA DIÁRIA									
1	Composição da remuneração								Valor (R\$)
A	Diária								R\$ -
B	Outros (especificar)								R\$ -
Total Remuneração								R\$ -	
Total Insumos diversos								R\$ -	
MÓDULO 02: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO									
6	Custos indiretos, tributos e lucro								(%) Valor (R\$)
A	Custos indiretos								R\$ -
B	Lucro								R\$ -
C	Tributos								R\$ -
	Cofcotas								R\$ -
	Rest. de lucro: 0% a 10%								R\$ -
	C.1	Tributos Federais	R\$					R\$ -	
	C.2	COFINS	R\$					R\$ -	
	C.3	Tributos Municipais	R\$					R\$ -	
Total custos indiretos, tributos e lucros								R\$ -	
ANEXO - B QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO									
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)								Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração								R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários								R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão								R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reparação do Profissional Acidentado								R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos								R\$ -
SUBTOTAL (A+B+C+D+E)								R\$ -	
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro								R\$ -
VALOR MENSAL POR EMPREGADO								R\$ -	

DOC SEI 3272693



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO VI

MODELO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DE UNIFORMES

AUXILIAR						
TIPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ⁽¹⁾	VALOR (R\$) ⁽²⁾	CUSTO ESTIMADO (R\$) ^{(1) x (2)}
UNIFORME	1	Colete de identificação na cor cinza, ajustável nas laterais por elástico ou fivelas, com logo da empresa impressa ou bordada em bolso frontal (estilo canguru), confeccionado em tecido de rápida secagem e com texto "a serviço da Justiça Eleitoral" impresso ou bordado nas costas.	unid	1		
UNIFORME - CONSUMO ESTIMADO POR PROFISSIONAL/PERÍODO DA CONTRATAÇÃO (2 MESES)						R\$ 0,00
SUPERVISOR						
TIPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ⁽¹⁾	VALOR (R\$) ⁽²⁾	CUSTO ESTIMADO (R\$) ^{(1) x (2)}
UNIFORME	1	Camisa polo em algodão, cor cinza, manga curta, gola em ribana, abotoamento de lapela duplo ou triplo, com logo da empresa bordada ou impressa em bolso.	unid	2		
	2	Calça jeans casual, na cor índigo, modelo tradicional.	unid	2		
	3	Sapato casual, tipo sapatênis (masculino) ou sapatilha (feminino).	par	1		
UNIFORME - CONSUMO ESTIMADO POR PROFISSIONAL/PERÍODO DA CONTRATAÇÃO (4 MESES)						

DOC SEI 3272697



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO VII

MODELO DE QUADRO RESUMO DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

ITEM I – AUXILIAR DE APOIO ÀS ELEIÇÕES 2026 – SERVIÇOS ORDINÁRIOS – GRUPO 1 (01)									
1º TURNO									
SETEMBRO									
ÍNDICE	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO INTERIO	DATA INÍCIO	DATA FIM	DIA DE FÉRIAS	VALOR HORAS MÊS	VALOR HORAS DIA	SUBTOTAL
1	1	Recife		2	30	29			2
1	2	Recife		2	30	29			2
1	3	Recife		2	30	29			2
1	4	Recife	Fernando de Noronha	2	30	29			2
1	5	Recife		2	30	29			2
1	6	Recife		2	30	29			2
1	7	Recife		2	30	29			2
1	8	Recife		2	30	29			2
1	9	Recife		2	30	29			2
1	10	Olinda		2	30	29			2
1	13	São Lourenço da Mata		2	30	29			2
1	100	Olinda		2	30	29			2
1	117	Olinda		2	30	29			2
1	127	Camangaíba		2	30	29			2
1	138	Camangaíba		2	30	29			2
1	149	Recife		2	30	29			2
1	150	Recife		2	30	29			2
2	14	Moreno		2	30	29			2
2	18	Vila de Santo Antônio		2	30	29			2
2	19	Recife		2	30	29			2
2	21	Glória do Góes	Chã de Alegria	2	30	29			2
2	30	General		2	30	29			2
2	31	Amaral	Chã Grande e Primavera	2	30	29			2
2	102	Vila de Santo Antônio	Pombos	2	30	29			2
3	17	Paulista		2	30	29			2
3	20	Carpina	Lagoa do Carro	2	30	29			2
3	23	Nazaré da Mata	Sucesso Anís e Tracunhaém	2	30	29			2
3	27	Barcelos	Carmelândia e Fátima	2	30	29			2
3	28	Tinópolis		2	30	29			2
3	133	Condado	Itapetinga e Alagoa	2	30	29			2
4	26	Rio Formoso	Tamandará e Sincanhém	2	30	29			2
4	28	Ribeirão	Corão e Gamela	2	30	29			2
4	37	Palmares		2	30	29			2
4	38	Agua Preta	Xaxau e Joaquim Nabuco	2	30	29			2
4	42	Barraque	São José da Coroa Grande	2	30	29			2
4	43	Calenda	Itamará, Belém de Maria e Jacuina	2	30	29			2
4	47	Ouricuri	São Benedito do Sul e Pinares	2	30	29			2
5	33	Bom Jardim	Orobó	2	30	29			2
5	34	Surubim	Casimira, Variante do Lério	2	30	29			2
5	46	Varadour	Frei Miguelinho e Santa Maria do Cambuá	2	30	29			2
5	51	Tapetinga do Norte		2	30	29			2
5	55	João Alfredo	Sagapinho e Machados	2	30	29			2
5	109	Santa Cruz do Capibaribe		2	30	29			2
5	112	Torilândia		2	30	29			2
6	35	Barcelos		2	30	29			2
6	39	Bonito	Bela de Guabiruba	2	30	29			2
6	41	Caruari	Rio das Almas	2	30	29			2
6	54	Brço de Madre de Deus	Jatobá	2	30	29			2
6	56	Agrestina	Cupira e Lagoa dos Galos	2	30	29			2
6	105	Caruari		2	30	29			2
6	106	Caruari		2	30	29			2
6	132	Cerro do São Fátima	Será e São Joaquim do Monte	2	30	29			2
7	58	Gerimunda		2	30	29			2
7	59	Correntes	Lagoa do Curó e Palmarina	2	30	29			2
7	61	Bom Conselho	Tanque	2	30	29			2
7	64	Agua Preta		2	30	29			2
7	92	Gerimunda	Brço, Paranaíba, Jucati e Jupi	2	30	29			2
7	116	São João	Angelim e Canhotinho	2	30	29			2
7	130	Capoeiras	Caetés	2	30	29			2
7	138	Seró	Itaí	2	30	29			2
8	35	Parqueira	Peço	2	30	29			2
8	37	Aracati		2	30	29			2
8	58	Recife		2	30	29			2
8	60	Sulque		2	30	29			2
8	130	Venturosa	Alagoinha	2	30	29			2
8	142	Itaíba	Tupetinga	2	30	29			2
8	65	Custódia		2	30	29			2
8	67	Piçarra	Tirolândia	2	30	29			2
8	69	Maranhão	Carmelândia de Pinares	2	30	29			2
9	71	Santa Tereza	Santa Cruz de Belas Verde	2	30	29			2
9	74	São José do Belmonte		2	30	29			2
9	108	Belém	Cumbi	2	30	29			2
10	83	Itajaí	Manari	2	30	29			2
10	70	Petrolândia		2	30	29			2
10	72	Piora		2	30	29			2
10	73	Belém do São Francisco	Itacurubá	2	30	29			2
10	69	Tacuru	Jacobi	2	30	29			2
10	128	Itambém		2	30	29			2
11	75	Saquarema	Verdejante	2	30	29			2
11	76	Santa	Cadri	2	30	29			2
11	77	Cabrobó	Orobó	2	30	29			2
11	78	Paranambim	Terra Nova	2	30	29			2
12	79	Sou	Morelândia	2	30	29			2
12	80	Itodol	Grêmio	2	30	29			2
12	82	Ouricuri	Santa Cruz e Santa Filomena	2	30	29			2
12	84	Aracati		2	30	29			2
12	132	Trindade	Iguá	2	30	29			2

13	51	Santa Maria de Boa Vista		2	30	29			3
13	53	Patrolina		2	30	29			3
13	107	Alfama	Correntes	2	30	29			3
13	137	Lagoa Grande		2	30	29			3
13	144	Patrolina		2	30	29			3
13	145	Patrolina		2	30	29			3
14	11	Jaboatão dos Guararapes		2	30	29			3
14	15	Cabo de Santo Agostinho		2	30	29			3
14	16	Ipojuca		2	30	29			3
14	101	Jaboatão dos Guararapes		2	30	29			3
14	115	Jaboatão dos Guararapes		2	30	29			3
14	121	Cabo de Santo Agostinho		2	30	29			3
14	147	Jaboatão dos Guararapes		2	30	29			3
15	12	Paulista		2	30	29			3
15	25	Goiana		2	30	29			3
15	55	Igarassu	Araçatuba	2	30	29			3
15	114	Paulista		2	30	29			3
15	119	Abreu e Lima		2	30	29			3
15	131	Itamaracá	Itapissuma	2	30	29			3
15	146	Paulista		2	30	29			3
16	24	Limoeiro		2	30	29			3
16	93	Macapiranga	Vicência e São Vicente Ferrer	2	30	29			3
16	21	Petrolina	Cururu	2	30	29			3
16	135	Ferreiros	Lagoa de Itanga	2	30	29			3
17	44	São Caetano	Cachoeirinha e Tacaimbó	2	30	29			3
17	45	São Jardim	Senhoró	2	30	29			3
17	45	Alinho	Ibipubá	2	30	29			3
17	52	São Bento do Una		2	30	29			3
17	94	Lajedo	Jurema e Capoto	2	30	29			3
18	32	Paulista	Ingazeira	2	30	29			3
18	63	Sarandá		2	30	29			3
18	66	Alojado da Ingazeira	Ingazeira	2	30	29			3
18	66	São José do Egito	Tupacuma	2	30	29			3
18	95	Carnaíba	Curuba, Solidão	2	30	29			3
18	99	Itapetim	Brejinho, Santa Teresinha	2	30	29			3
SUBTOTAL									384
									R\$ 0,00

OUTUBRO										
POLO	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO LÍDER	DATA INÍCIO	DATA FIM	DIF. DE DIAS	VALOR HOMEN MES	VALOR HOMEN DIA	DIF. DE POSTOS	SUBTOTAL
1	1	Recife		1	5	5			3	
1	2	Recife		1	5	5			3	
1	3	Recife		1	5	5			3	
1	4	Recife	Remando de Noronha	1	5	5			3	
1	5	Recife		1	5	5			3	
1	6	Recife		1	5	5			3	
1	7	Recife		1	5	5			3	
1	8	Recife		1	5	5			3	
1	9	Recife		1	5	5			3	
1	10	Olinda		1	5	5			3	
1	13	São Lourenço da Mata		1	5	5			3	
1	100	Olinda		1	5	5			3	
1	117	Olinda		1	5	5			3	
1	127	Camaragoba		1	5	5			3	
1	135	Camaragoba		1	5	5			3	
1	149	Recife		1	5	5			3	
1	150	Recife		1	5	5			3	
2	14	Moreno		1	5	5			3	
2	15	Vitória de Santo Antão		1	5	5			3	
2	19	Sacaca		1	5	5			3	
2	21	Goiana do Goiás	Chã de Alegria	1	5	5			3	
2	30	Gravata		1	5	5			3	
2	31	Amarej	Chã Grande e Primavera	1	5	5			3	
2	102	Vitória de Santo Antão	Pombas	1	5	5			3	
3	17	Paulista		1	5	5			3	
3	20	Capitão	Lagoa do Carro	1	5	5			3	
3	23	Nazare de Mata	Quatro Aires e Tracunhaém	1	5	5			3	
3	27	Iambá	Camutanga e Fátima	1	5	5			3	
3	36	Timbóba		1	5	5			3	
3	123	Condeado	Itaquitinga e Alagoa	1	5	5			3	
4	26	Rio Formoso	Tamandará e Srinheim	1	5	5			3	
4	26	Ribeirão	Corde e Gamela	1	5	5			3	
4	27	Palmareis		1	5	5			3	
4	35	Água Preta	Yandê e Joaquim Nabuco	1	5	5			3	
4	42	Barnand	São José da Coroa Grande	1	5	5			3	
4	43	Caland	Marial, Belém de Maria e Jaqueira	1	5	5			3	
4	47	Quipap	São Benedito do Sul e Panelas	1	5	5			3	
5	33	Bom Jardim	Orobó	1	5	5			3	
5	34	Sulubim	Casimira, Verônica do Lério	1	5	5			3	
5	46	Verantia	Frei Miguelinho e Santa Maria do Cambucá	1	5	5			3	
5	51	Taquaritinga do Norte		1	5	5			3	
5	55	João Alfredo	Sagado e Machado	1	5	5			3	
5	109	Santa Cruz do Capibaribe		1	5	5			3	
5	112	Torilama		1	5	5			3	
5	35	Bacarias		1	5	5			3	
5	39	Bonito	Bela de Guabiruba	1	5	5			3	
5	41	Caruaru	Rio das Almas	1	5	5			3	
5	54	Bejo de Madre de Deus	Jatobá	1	5	5			3	
5	55	Agratuna	Cupira e Lagoa dos Gatos	1	5	5			3	
5	103	Caruaru		1	5	5			3	
5	106	Caruaru		1	5	5			3	
5	132	Caruon de São Félix	Sarê e São Joaquim do Monte	1	5	5			3	
7	56	Geratuna		1	5	5			3	
7	59	Correntes	Lagoa do Curu e Primavera	1	5	5			3	
7	61	Bom Conselho	Terezinha	1	5	5			3	
7	64	Água Santa		1	5	5			3	
7	92	Geratuna	Brejão, Paratama, Jucá e Jupi	1	5	5			3	
7	116	São João	Angelim e Caruaru	1	5	5			3	
7	130	Capitães	Casali	1	5	5			3	
7	136	Selós	Iati	1	5	5			3	

Anexo VII - Modelo - AAa - G1

5	55	Panguera	Pação	1	5	5			3	
5	57	Arvore		1	5	5			3	
5	58	Pedra		1	5	5			3	
5	60	Sulque		1	5	5			3	
5	120	Venturosa	Alagoinha	1	5	5			3	
5	142	Itaba	Tupetinga	1	5	5			3	
5	65	Cutidade		1	5	5			3	
5	67	Flores	Triunfo	1	5	5			3	
5	69	Miranda	Carnaubais de Pintas	1	5	5			3	
5	71	Santa Tereza	Santa Cruz de São Verde	1	5	5			3	
5	74	São José do Belmonte		1	5	5			3	
5	102	Selma	Calumbi	1	5	5			3	
10	63	Inaja	Manan	1	5	5			3	
10	70	Petrolândia		1	5	5			3	
10	72	Floresta		1	5	5			3	
10	73	Belém do São Francisco	Recurba	1	5	5			3	
10	86	Tacuru	Jatobá	1	5	5			3	
10	125	Sinhim		1	5	5			3	
11	75	Sagiano	Vendegate	1	5	5			3	
11	76	Santa	Cedro	1	5	5			3	
11	77	Calobô	Oroco	1	5	5			3	
11	78	Panamirim	Terra Nova	1	5	5			3	
12	79	Itu	Morandiba	1	5	5			3	
12	80	Bodocô	Granito	1	5	5			3	
12	82	Ouricuri	Santa Cruz e Santa Fomense	1	5	5			3	
12	84	Aracajá		1	5	5			3	
12	132	Trindade	Ituba	1	5	5			3	
12	81	Santa Maria de São Vito		1	5	5			3	
12	83	Petrolina		1	5	5			3	
12	107	Alfama	Comentes	1	5	5			3	
12	127	Lagoa Grande		1	5	5			3	
12	144	Petrolina		1	5	5			3	
12	145	Petrolina		1	5	5			3	
14	11	Jaboão dos Guaranés		1	5	5			3	
14	15	Cabo de Santo Agostinho		1	5	5			3	
14	16	Itajucá		1	5	5			3	
14	101	Jaboão dos Guaranés		1	5	5			3	
14	115	Jaboão dos Guaranés		1	5	5			3	
14	127	Cabo de Santo Agostinho		1	5	5			3	
14	147	Jaboão dos Guaranés		1	5	5			3	
15	12	Paulista		1	5	5			3	
15	25	Colina		1	5	5			3	
15	55	Igarassu	Aracajá	1	5	5			3	
15	114	Paulista		1	5	5			3	
15	119	Abreu e Lima		1	5	5			3	
15	131	Itamaracá	Itapissuma	1	5	5			3	
15	140	Paulista		1	5	5			3	
16	24	Limoeiro		1	5	5			3	
16	50	Macaparna	Vicência e São Vicente Ferrer	1	5	5			3	
16	91	Realeza	Carnaú	1	5	5			3	
16	135	Faria Nova	Lagoa de Itaenga	1	5	5			3	
17	44	São Caetano	Cachoeirinha e Tacaimbó	1	5	5			3	
17	45	São Jardim	Sentado	1	5	5			3	
17	46	Alfama	Itajubá	1	5	5			3	
17	52	São Bento do Una		1	5	5			3	
17	54	Lagoa	Jurema e Calçado	1	5	5			3	
18	50	Tabela	Ingaçu	1	5	5			3	
18	62	Seridó		1	5	5			3	
18	66	Alagados de Ingazeira	Igaraci	1	5	5			3	
18	68	São José do Egito	Tupacuma	1	5	5			3	
18	98	Caruaru	Ouricuri, Sordão	1	5	5			3	
18	99	Itapetim	Bejinho, Santa Tereza	1	5	5			3	
SUBTOTAL									384	R\$ 0,00
TOTAL 1º TURNO (G1)										R\$ 0,00

2º TURNO

OUTUBRO										
ÍNDICE	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO 1º TURNO	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HORAS MES	VALOR HORAS DIA	QTD. DE POSTOS	SUBTOTAL
1	1	Recife		9	27	19			3	
1	2	Recife		9	27	19			3	
1	3	Recife		9	27	19			3	
1	4	Recife	Remando de Vitoria	9	27	19			3	
1	5	Recife		9	27	19			3	
1	6	Recife		9	27	19			3	
1	7	Recife		9	27	19			3	
1	8	Recife		9	27	19			3	
1	9	Recife		9	27	19			3	
1	10	Olinda		9	27	19			3	
1	13	São Lourenço da Mata		9	27	19			3	
1	100	Olinda		9	27	19			3	
1	117	Olinda		9	27	19			3	
1	127	Camaragiba		9	27	19			3	
1	135	Camaragiba		9	27	19			3	
1	140	Recife		9	27	19			3	
1	150	Recife		9	27	19			3	
2	14	Itororo		9	27	19			3	
2	15	Vila de Santo Antônio		9	27	19			3	
2	19	Sacaca		9	27	19			3	
2	21	Glória do Góia	Chá de Alegria	9	27	19			3	
2	30	Gravata		9	27	19			3	
2	31	Amarej	Chá Grande e Primavera	9	27	19			3	
2	102	Vila de Santo Antônio	Pombos	9	27	19			3	
3	17	Paulista		9	27	19			3	
3	20	Carnaú	Lagoa do Cervo	9	27	19			3	
3	22	Itacaré de Vito	Quencia Aires e Tacunhaém	9	27	19			3	
3	27	Itambé	Cumaru e Fereiros	9	27	19			3	
3	36	Timbóba		9	27	19			3	
3	123	Condeado	Itaquingá e Alencar	9	27	19			3	
4	26	Rio Formoso	Tamandará e Sinhão	9	27	19			3	

4	25	Ribeirão	Corde e Gamela	9	27	19				
4	37	Palmeira	Xadô e Joaquim Nabuco	9	27	19				
4	35	Água Preta		9	27	19				
4	42	Bananeira	São José de Corde Grande	9	27	19				
4	43	Calenda	Marcel, Belém de Maria e Jaqueline	9	27	19				
4	47	Quipapá	São Benedito do Sul e Penelas	9	27	19				
5	33	Bom Jardim	Orós	9	27	19				
5	34	Surubim	Casinhas, Variante do Lério	9	27	19				
5	45	Varanias	Frei Miguelinho e Santa Maria do Cambucá	9	27	19				
5	51	Tapetinga do Norte		9	27	19				
5	55	João Alfredo	Sagadinho e Machados	9	27	19				
5	105	Santa Cruz do Capibaribe		9	27	19				
5	112	Totama		9	27	19				
6	35	Bacanga		9	27	19				
6	39	Solito	Serra de Guabinha	9	27	19				
6	41	Caruaru	Rio das Águas	9	27	19				
6	54	Grão de Madre de Deus	Jatobá	9	27	19				
6	55	Agrestina	Cupira e Lagoa dos Gatos	9	27	19				
6	105	Caruaru		9	27	19				
6	106	Caruaru		9	27	19				
6	132	Carimão de São Félix	Santé e São Joaquim do Monte	9	27	19				
7	55	Garanhuns		9	27	19				
7	59	Caruaru	Lagoa do Curup e Palmeiras	9	27	19				
7	61	Bom Conselho	Terezinha	9	27	19				
7	64	Águas Belas		9	27	19				
7	92	Garanhuns	Grão, Paracatu, Jucá e Jupi	9	27	19				
7	116	São João	Angelim e Cantolândia	9	27	19				
7	130	Capoeiras	Casale	9	27	19				
7	136	Selão	Iati	9	27	19				
8	55	Passagem	Poço	9	27	19				
8	57	Aracaju		9	27	19				
8	55	Padre		9	27	19				
8	60	Bulhões		9	27	19				
8	120	Venturosa	Alagoinha	9	27	19				
8	142	Itaíba	Tupacatinga	9	27	19				
9	65	Curióbia		9	27	19				
9	67	Flores	Trinão	9	27	19				
9	69	Montevidéu	Carmelópolis de Petrópolis	9	27	19				
9	71	Santa Tereza	Santa Cruz de Boa Vista	9	27	19				
9	74	São José da Belmonte		9	27	19				
9	105	Belém	Calumbi	9	27	19				
10	63	Itajaí	Manan	9	27	19				
10	70	Petrolândia		9	27	19				
10	72	Floresta		9	27	19				
10	73	Belém do São Francisco	Itacuruba	9	27	19				
10	89	Tacuru	Jatobá	9	27	19				
10	122	Bomim		9	27	19				
11	75	Salgueiro	Vendelândia	9	27	19				
11	76	Santa	Cedro	9	27	19				
11	77	Cabrobó	Oros	9	27	19				
11	78	Paranambim	Terra Nova	9	27	19				
12	79	Ita	Morelandia	9	27	19				
12	80	Botocó	Gratão	9	27	19				
12	85	Ouricuri	Santa Cruz e Santa Filomena	9	27	19				
12	84	Aracaju		9	27	19				
12	133	Tombador	Iguai	9	27	19				
12	81	Santa Maria de Boa Vista		9	27	19				
13	83	Petrolina		9	27	19				
13	107	Alcino	Domantas	9	27	19				
13	137	Lagoa Grande		9	27	19				
13	144	Petrolina		9	27	19				
13	145	Petrolina		9	27	19				
14	11	Jacobão dos Guaranyas		9	27	19				
14	15	Cabo de Santo Agostinho		9	27	19				
14	16	Ipilupe		9	27	19				
14	101	Jacobão dos Guaranyas		9	27	19				
14	115	Jacobão dos Guaranyas		9	27	19				
14	121	Cabo de Santo Agostinho		9	27	19				
14	147	Jacobão dos Guaranyas		9	27	19				
15	12	Paulista		9	27	19				
15	25	Corona		9	27	19				
15	55	Ingazeira	Aracaju	9	27	19				
15	114	Paulista		9	27	19				
15	119	Abreu e Lima		9	27	19				
15	131	Itamaracá	Itapocuma	9	27	19				
15	148	Paulista		9	27	19				
16	24	Limoeiro		9	27	19				
16	90	Macapirama	Viçosa e São Vicente Ferrer	9	27	19				
16	91	Passira	Cumaru	9	27	19				
16	133	Ferreira Nova	Lagoa de Itaipó	9	27	19				
17	44	São Caetano	Cachoeirinha e Tacambó	9	27	19				
17	45	São Jardim	Santard	9	27	19				
17	48	Alcino	Itajubá	9	27	19				
17	52	São Bento do Lins		9	27	19				
17	94	Lajedo	Jurema e Calçado	9	27	19				
18	50	Tatira	Ingazeira	9	27	19				
18	62	Santana		9	27	19				
18	66	Alagados de Ingazeira	Ingazeira	9	27	19				
18	68	São José do Egito	Tupacatinga	9	27	19				
18	95	Carnaíba	Quatara, Solado	9	27	19				
18	99	Itapetim	Grão, Santa Terezinha	9	27	19				
RUBRICAS										
										384 R\$ 0,00
TOTAL 1º TURNO (G1)										R\$ 0,00
TOTAL 1 E 2º TURNO (G1)										R\$ 0,00

ITEM I – AUXÍLIO DE APOIO ÀS ELEIÇÕES 2020 – SERVIÇOS ORDINÁRIOS – GRUPO 2 (CZ)

1º TURNO

SISTEMAS										
POLO	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO TERCEIRO	DATA INÍCIO	DATA FIM	DIAZ DE DIAS	VALOR HORAS MÊS	VALOR HORAS DIA	QTD. DE POSTOS	SUBTOTAL
1	1	Rachão		10	30	21			3	
1	2	Rachão		10	30	21			2	
1	3	Rachão		10	30	21			3	
1	4	Rachão	Fernando de Noronha	10	30	21			3	
1	5	Rachão		10	30	21			3	
1	6	Rachão		10	30	21			2	
1	7	Rachão		10	30	21			2	
1	8	Rachão		10	30	21			2	
1	9	Rachão		10	30	21			2	
1	10	Olinda		10	30	21			2	
1	13	São Lourenço de Mata		10	30	21			3	
1	100	Olinda		10	30	21			3	
1	117	Olinda		10	30	21			3	
1	127	Camangaíba		10	30	21			1	
1	138	Camangaíba		10	30	21			0	
1	149	Rachão		10	30	21			3	
1	150	Rachão		10	30	21			3	
2	14	Moreno		10	30	21			1	
2	15	Vila de Santo Antônio		10	30	21			2	
2	19	Esada		10	30	21			1	
2	21	Glória do Góia	Chã de Alegria	10	30	21			0	
2	20	Gravata		10	30	21			1	
2	21	Amaraji	Chã Grande e Primavera	10	30	21			2	
2	102	Vila de Santo Antônio	Pombos	10	30	21			1	
3	17	Paulista		10	30	21			1	
3	20	Capim	Lagoa do Carmo	10	30	21			3	
3	23	Nazareth de Mata	Buenos Aires e Tracunhaém	10	30	21			2	
3	27	Barbã	Camutanga e Femeiros	10	30	21			3	
3	28	Timbó		10	30	21			1	
3	125	Condeado	Itaquitinga e Alencar	10	30	21			4	
4	26	Rio Formoso	Tamandará e Sinhaém	10	30	21			6	
4	28	Ribeirão	Corde e Camelaia	10	30	21			3	
4	27	Palmeiras		10	30	21			1	
4	38	Água Preta	Xacou e Joaquim Nabuco	10	30	21			2	
4	42	Belenos	São José de Coroa Grande	10	30	21			2	
4	43	Calene	Marechal, Góia de Maria e Jacuira	10	30	21			5	
4	47	Guape	São Benedito do Sul e Pameiros	10	30	21			4	
5	33	Bom Jardim	Orobó	10	30	21			2	
5	34	Surubim	Caninhas, Varanda do Lago	10	30	21			3	
5	45	Veredas	Praça Miguelino e Santa Maria do Cambucá	10	30	21			3	
5	51	Itaquitinga do Norte		10	30	21			0	
5	58	João Alfredo	Salgadinho e Machados	10	30	21			4	
5	109	Santa Cruz do Capibaribe		10	30	21			1	
5	112	Torilama		10	30	21			0	
6	35	Belenos		10	30	21			1	
6	39	Bomito	Serra da Guadalupe	10	30	21			1	
6	41	Caruaru	Rio das Águas	10	30	21			3	
6	54	Brço da Mãe de Deus	Jatobá	10	30	21			3	
6	58	Agratino	Cujubé e Lagoa dos Galos	10	30	21			2	
6	105	Caruaru		10	30	21			5	
6	108	Caruaru		10	30	21			4	
6	132	Carmom de São Félix	Serê e São Joaquim do Monte	10	30	21			3	
7	56	Genorinho		10	30	21			2	
7	59	Caruaru	Lagoa do Curú e Palmeiras	10	30	21			1	
7	61	Bom Conselho	Teresopolis	10	30	21			1	
7	64	Águas Belas		10	30	21			1	
7	92	Genorinho	Grão, Paracatu, Jucá e Jucá	10	30	21			4	
7	116	São João	Angelim e Carlinhos	10	30	21			3	
7	130	Capoeiras	Carla	10	30	21			0	
7	138	Serra	Itá	10	30	21			1	
8	55	Parqueira	Popó	10	30	21			3	
8	57	Arcoverde		10	30	21			2	
8	58	Pedra		10	30	21			0	
8	60	Guape		10	30	21			1	
8	120	Venturosa	Alagoinha	10	30	21			0	
8	142	Itaíba	Tupenatinga	10	30	21			1	
9	65	Custódia		10	30	21			0	
9	67	Serra	Trunfo	10	30	21			2	
9	69	Mirandiba	Caruaru e da Penha	10	30	21			1	
9	71	Santa Tadeu	Santa Cruz da Barra Verde	10	30	21			3	
9	74	São José do Belmonte		10	30	21			1	
9	105	Belém	Carumbé	10	30	21			1	
10	63	Itajá	Nanan	10	30	21			1	
10	70	Peirão		10	30	21			0	
10	72	Serra		10	30	21			1	
10	73	Belém do São Francisco	Itacurubá	10	30	21			1	
10	89	Tacuru	Jatobá	10	30	21			1	
10	128	Itambé		10	30	21			0	
11	75	Salgueiro	Verdejante	10	30	21			2	
11	76	Santa	Cadô	10	30	21			2	
11	77	Cabrobó	Orobó	10	30	21			1	
11	78	Paranatin	Terra Nova	10	30	21			1	
12	79	Sou	Morelandia	10	30	21			1	
12	80	Bocó	Grato	10	30	21			0	
12	82	Cunhã	Santa Cruz e Santa Filomena	10	30	21			4	
12	84	Anápolis		10	30	21			3	
12	133	Trindade	Itupi	10	30	21			3	

ABRIL 2018 - POSIÇÃO - AVALIAÇÃO

13	81	Santa Helena de São João		10	30	21			1	
13	82	Patrocínio		10	30	21			2	
13	107	Alfama	Dormantas	10	30	21			3	
13	137	Lagoa Grande		10	30	21			0	
13	144	Patrocínio		10	30	21			3	
13	145	Patrocínio		10	30	21			4	
14	11	Jaboticatuba		10	30	21			5	
14	15	Cabo de São Agostinho		10	30	21			1	
14	16	Itajuba		10	30	21			3	
14	101	Jaboticatuba		10	30	21			3	
14	118	Jaboticatuba		10	30	21			4	
14	121	Cabo de São Agostinho		10	30	21			3	
14	147	Jaboticatuba		10	30	21			4	
15	12	Paulista		10	30	21			1	
15	25	Guiana		10	30	21			3	
15	55	Itapetininga	Aracaju	10	30	21			3	
15	114	Paulista		10	30	21			1	
15	119	Abreu e Lima		10	30	21			1	
15	131	Itapetininga	Itapetininga	10	30	21			2	
15	146	Paulista		10	30	21			1	
16	24	Limoeiro		10	30	21			1	
16	30	Itapetininga	Viçosa e São Vicente Ferrer	10	30	21			3	
16	31	Passira	Cumaru	10	30	21			1	
16	135	Faria Nova	Lagoa de Itaipava	10	30	21			2	
17	44	São Caetano	Cachoeirinha e Tacombó	10	30	21			3	
17	45	São Jardim	Sertão	10	30	21			3	
17	46	Alinho	Itapetininga	10	30	21			1	
17	52	São Bento do Una		10	30	21			0	
17	94	Itajuba	Jurema e Carado	10	30	21			3	
18	30	Tatobá	Itapetininga	10	30	21			1	
18	62	Serânia		10	30	21			0	
18	66	Alagoinhas de Itapetininga	Itapetininga	10	30	21			1	
18	68	São João do Egito	Tupacatiara	10	30	21			1	
18	95	Camela	Cucaba, Solânea	10	30	21			1	
18	99	Itapetininga	Itapetininga, Santa Teresinha	10	30	21			1	
SUBTOTAL									228	R\$ 6,00

DUFURNO										
ÍNDICE	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO TERMO	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HORAS MES	VALOR HORAS DIA	QTD. DE POSIÇÕES	SUBTOTAL
1	1	Rafael		1	5	5			3	
1	2	Rafael		1	5	5			2	
1	3	Rafael		1	5	5			3	
1	4	Rafael	Fernando de Noronha	1	5	5			3	
1	5	Rafael		1	5	5			2	
1	6	Rafael		1	5	5			2	
1	7	Rafael		1	5	5			2	
1	8	Rafael		1	5	5			2	
1	9	Rafael		1	5	5			2	
1	10	Clinda		1	5	5			2	
1	13	São Lourenço de Matos		1	5	5			3	
1	100	Clinda		1	5	5			2	
1	117	Clinda		1	5	5			3	
1	127	Camaragiba		1	5	5			1	
1	135	Camaragiba		1	5	5			0	
1	149	Rafael		1	5	5			3	
1	150	Rafael		1	5	5			3	
2	14	Moreno		1	5	5			1	
2	15	Viçosa e São Vicente Ferrer		1	5	5			2	
2	16	Itapetininga		1	5	5			1	
2	21	Glória do Góia	Chá de Alegria	1	5	5			0	
2	30	Guatambú		1	5	5			1	
2	31	Amaral	Chá Grande e Primavera	1	5	5			2	
2	102	Viçosa e São Vicente Ferrer	Pombal	1	5	5			1	
2	17	Paulista		1	5	5			1	
2	22	Coppe	Lagoa do Carro	1	5	5			2	
2	23	Nazareth de Matos	Buenos Aires e Tacupetininga	1	5	5			2	
2	27	Itapetininga	Camulanga e Fátima	1	5	5			3	
2	38	Timbó		1	5	5			1	
2	125	Conde	Itapetininga e Alagoas	1	5	5			4	
2	26	Rio Formoso	Tamandará e Simão	1	5	5			6	
2	28	Ribeirão	Cordeiro e Gamela	1	5	5			3	
2	37	Palmeiras		1	5	5			1	
2	38	Água Preta	Itapetininga e Itapetininga	1	5	5			2	
2	43	Bom Jardim	São João de Cordeiro	1	5	5			2	
2	43	Caldeira	Nazareth, São João de Matos e Jacaré	1	5	5			3	
2	47	Cupira	São Benedito do Sul e Palmeira	1	5	5			4	
2	53	Bom Jardim	Orós	1	5	5			2	
2	54	Surubim	Casimiro, Varzea do Lério	1	5	5			3	
2	48	Varzea	Frei Miguelinho e Santa Maria do Cambuí	1	5	5			3	
2	51	Itapetininga do Norte		1	5	5			0	
2	55	João Alfredo	Salgado e Machado	1	5	5			4	
2	109	Santa Cruz do Capibaribe		1	5	5			1	
2	112	Tombá		1	5	5			0	
2	35	Beberibe		1	5	5			1	
2	39	Santa	Santa de Guadalupe	1	5	5			1	
2	41	Caruaru	Rio das Almas	1	5	5			3	
2	54	Rio de Matos de Deus	Jacaré	1	5	5			3	
2	68	Agostinho	Cupira e Lagoa dos Góes	1	5	5			3	
2	105	Caruaru		1	5	5			3	
2	108	Caruaru		1	5	5			4	
2	122	Caruaru de São Paulo	Santa e São Joaquim do Monte	1	5	5			3	
2	56	Caruaru		1	5	5			3	
2	59	Caruaru	Lagoa do Ouro e Palmeira	1	5	5			1	
2	61	Bom Conselho	Teresina	1	5	5			1	
2	64	Água Preta		1	5	5			1	
2	92	Caruaru	Rio de Matos, Palmeira, Jacaré e Jupi	1	5	5			4	
2	116	São João	Agostinho e Caruaru	1	5	5			3	
2	120	Caruaru	Cafelândia	1	5	5			0	
2	128	Sacão	Ita	1	5	5			1	

5	55	Paequira	Popó	1	5	5			3
5	57	Arcoverde		1	5	5			2
5	58	Petra		1	5	5			0
5	60	Bulque		1	5	5			1
5	120	Verluzes	Algozine	1	5	5			0
5	142	Itaíba	Tupenanga	1	5	5			1
9	85	Custódia		1	5	5			0
9	87	Flores	Trunfo	1	5	5			2
9	89	Mirandiba	Carnaubela de Parana	1	5	5			1
9	71	Serra Talhada	Santa Cruz de baixa Verde	1	5	5			3
9	74	São José do Belmonte		1	5	5			1
9	105	Belém	Colúmbi	1	5	5			1
10	63	Itaú	Itamar	1	5	5			1
10	70	Petrolândia		1	5	5			0
10	72	Floresta		1	5	5			1
10	73	Belém do São Francisco	Itacuruba	1	5	5			1
10	59	Tacaratu	Jatobá	1	5	5			1
10	125	Itambém		1	5	5			0
11	75	Sequeiro	Verdejaré	1	5	5			2
11	76	Santa	Cabo	1	5	5			2
11	77	Cabrobó	Oroco	1	5	5			1
11	78	Panamirim	Terra Nova	1	5	5			1
12	79	Sou	Morelandia	1	5	5			1
12	80	Botoçó	Gratão	1	5	5			0
12	82	Cunhã	Santa Cruz e Santa Flomina	1	5	5			4
12	84	Aracama		1	5	5			3
12	123	Trindade	Iguai	1	5	5			3
12	81	Santa Maria da Boa Vista		1	5	5			1
12	83	Patrolina		1	5	5			3
13	107	Alfama	Dormantas	1	5	5			3
13	127	Legião Grande		1	5	5			0
13	144	Patrolina		1	5	5			2
13	145	Patrolina		1	5	5			4
14	11	Jabão dos Guaranés		1	5	5			3
14	15	Cabo de Santo Agostinho		1	5	5			1
14	16	Itaquara		1	5	5			3
14	101	Jabão dos Guaranés		1	5	5			3
14	113	Jabão dos Guaranés		1	5	5			3
14	121	Cabo de Santo Agostinho		1	5	5			3
14	147	Jabão dos Guaranés		1	5	5			4
15	12	Paulista		1	5	5			1
15	25	Goiana		1	5	5			2
15	85	Camamu	Aracaba	1	5	5			2
15	114	Paulista		1	5	5			1
15	119	Abreu e Lima		1	5	5			1
15	131	Itamaracá	Itapissuma	1	5	5			2
15	148	Paulista		1	5	5			1
16	24	Limoeiro		1	5	5			1
16	90	Nacoparana	Viçência e São Vicente Ferrer	1	5	5			3
16	91	Pasarna	Cumaru	1	5	5			1
16	123	Ferreira Nova	Legião de Itanga	1	5	5			2
17	44	São Caetano	Cachoeira e Teófilo	1	5	5			3
17	45	São Jacinto	Sereno	1	5	5			3
17	46	Alinho	Brasão	1	5	5			1
17	52	São Bento do Una		1	5	5			0
17	94	Lajeado	Junim e Capado	1	5	5			3
18	50	Yabira	Ingazeira	1	5	5			0
18	62	Seridita		1	5	5			0
18	68	Alojado de Ingazeira	Igarapé	1	5	5			1
18	69	São José do Egito	Tupacema	1	5	5			1
18	95	Carabala	Quatara, Solição	1	5	5			1
18	99	Itapem	Grejo, Santa Teresinha	1	5	5			1
SUBTOTAL									238
TOTAL 1º TURNO (02)									R\$ 0,00

2º TURNO									
OUTUBRO									
POLO	ZONA	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO 12º/NO	DATA INÍCIO	DATA FIM	DTD. DE DIAS	VALOR HOMEN MES	VALOR HOMEN DIA	DTD. DE POSIÇÕES
1	1	Racão		9	25	17			3
1	2	Racão		9	25	17			2
1	3	Racão		9	25	17			3
1	4	Racão	Pernambuco de Noronha	9	25	17			3
1	5	Racão		9	25	17			2
1	6	Racão		9	25	17			2
1	7	Racão		9	25	17			2
1	8	Racão		9	25	17			2
1	9	Racão		9	25	17			2
1	10	Olinda		9	25	17			2
1	13	São Lourenço de Mata		9	25	17			3
1	100	Olinda		9	25	17			2
1	117	Olinda		9	25	17			3
1	127	Camaragoba		9	25	17			1
1	128	Camaragoba		9	25	17			0
1	149	Racão		9	25	17			3
1	150	Racão		9	25	17			3
2	14	Moreno		9	25	17			1
2	18	Viçosa de Santo Antônio		9	25	17			2
2	19	Sacaca		9	25	17			1
2	21	Glória do Góia	Chá de Alegria	9	25	17			0
2	30	Gratão		9	25	17			1
2	31	Amorim	Chá Grande e Primavera	9	25	17			2
2	102	Viçosa de Santo Antônio	Pombosa	9	25	17			1
3	17	Paulista		9	25	17			1
3	20	Cargine	Legião do Carmo	9	25	17			2
3	23	Nazare de Mata	Quença Aires e Tracunhaém	9	25	17			2
3	27	Sembé	Camuanga e Pernambuco	9	25	17			3
3	36	Timbeleza		9	25	17			1
3	125	Condado	Regulinda e Alencar	9	25	17			4
4	26	Rio Formoso	Tamandá e Simão	9	25	17			6
4	28	Ribeirão	Cordeiro e Camaleão	9	25	17			3
4	37	Pernambuco		9	25	17			1

4	35	Água Preta	Jesus e Joaquim Nabuco	9	25	17			2	
4	42	Bananeiras	São José da Corte Grande	9	25	17			2	
4	42	Calendas	Maratá, Belém de Maria e Jacueta	9	25	17			3	
4	47	Cupajuba	São Benedito do Sul e Pameias	9	25	17			4	
5	33	Bom Jardim	Drobo	9	25	17			2	
5	34	Surubim	Cachinhos, Venâncio do Leite	9	25	17			3	
5	45	Venturosa	Frei Miguelinho e Santa Maria do Cambuá	9	25	17			3	
5	51	Tapetinga do Norte	Jatobá	9	25	17			0	
5	55	João Alfredo	Salgadinho e Machado	9	25	17			4	
5	109	Santa Cruz do Capibaribe		9	25	17			1	
5	112	Torilama		9	25	17			0	
6	35	Bezerros		9	25	17			1	
6	39	Bonito	Serra de Guabiruba	9	25	17			1	
6	41	Cavutu	Racho das Almas	9	25	17			3	
6	54	Brejo de Vieira de Deus	Jatobá	9	25	17			1	
6	55	Agrestina	Cupira e Lagoa dos Gatos	9	25	17			3	
6	105	Cavutu		9	25	17			5	
6	106	Cavutu		9	25	17			4	
6	122	Camocim de São Félix	Será e São Joaquim do Monte	9	25	17			3	
7	55	Geremúns		9	25	17			3	
7	55	Correntes	Lagoa do Ouro e Palmeiras	9	25	17			1	
7	61	Bom Conselho	Tacacua	9	25	17			1	
7	64	Águas Belas		9	25	17			1	
7	92	Geremúns	Brejo, Panamela, Jucá e Jupá	9	25	17			4	
7	116	São João	Angelim e Cantolinho	9	25	17			3	
7	130	Cajazeiras	Casika	9	25	17			0	
7	135	Serice	Itá	9	25	17			1	
8	35	Paqueta	Poção	9	25	17			3	
8	57	Aracaju		9	25	17			1	
8	55	Petra		9	25	17			0	
8	60	Bulque		9	25	17			1	
8	120	Venturosa	Alagoinha	9	25	17			0	
8	142	Itaíba	Tupacatinga	9	25	17			1	
9	65	Curidópolis		9	25	17			0	
9	67	Flores	Turvo	9	25	17			2	
9	69	Minicó	Carraúbas da Penha	9	25	17			1	
9	71	Serra Talhada	Santa Cruz de São Verde	9	25	17			3	
9	74	São José do Bonfim		9	25	17			1	
9	105	Belém	Carumbá	9	25	17			1	
10	62	Inajá	Maratá	9	25	17			1	
10	70	Patrolândia		9	25	17			0	
10	72	Paracuru		9	25	17			1	
10	73	Belém do São Francisco	Jacurutuba	9	25	17			1	
10	89	Tacuru	Jatobá	9	25	17			1	
10	125	Itambém		9	25	17			0	
11	75	Salgueiro	Verdejante	9	25	17			2	
11	76	Santa	Cedro	9	25	17			2	
11	77	Cabrobó	Croco	9	25	17			1	
11	78	Paracuru	Terra Nova	9	25	17			1	
12	79	Sou	Moradópolis	9	25	17			1	
12	80	Bodó	Granito	9	25	17			0	
12	82	Curicut	Santa Cruz e Santa Filomena	9	25	17			4	
12	84	Aracaju		9	25	17			3	
12	133	Trindade	Iguai	9	25	17			3	
12	51	Santa Maria de Boa Vista		9	25	17			1	
12	83	Patrolândia		9	25	17			3	
12	107	Alvinópolis	Domenas	9	25	17			3	
12	137	Lagoa Grande		9	25	17			0	
12	144	Patrolândia		9	25	17			3	
13	145	Patrolândia		9	25	17			4	
14	11	Jatobão dos Guararapes		9	25	17			5	
14	15	Cabo de Santo Agostinho		9	25	17			1	
14	16	Olinda		9	25	17			3	
14	101	Jatobão dos Guararapes		9	25	17			3	
14	118	Jatobão dos Guararapes		9	25	17			4	
14	121	Cabo de Santo Agostinho		9	25	17			3	
14	147	Jatobão dos Guararapes		9	25	17			4	
15	12	Paulista		9	25	17			1	
15	35	Goiânia		9	25	17			2	
15	55	Igarassu	Aracaju	9	25	17			3	
15	114	Paulista		9	25	17			1	
15	119	Abreu e Lima		9	25	17			1	
15	131	Bananais	Itapetuma	9	25	17			2	
15	146	Paulista		9	25	17			1	
16	24	Limoeiro		9	25	17			1	
16	90	Itacapeirama	Viçosa e São Vicente Ferrer	9	25	17			3	
16	91	Petrolina	Cumaru	9	25	17			1	
16	135	Santa Inês	Lagoa de Itaipó	9	25	17			2	
17	44	São Clemente	Cachoeirinha e Tacambó	9	25	17			3	
17	45	São Jardim	Seriano	9	25	17			3	
17	45	Alinho	Brajuba	9	25	17			1	
17	52	São Bento do Una		9	25	17			0	
17	94	Lajedo	Jurema e Calçado	9	25	17			3	
18	50	Petrolina	Ingazeira	9	25	17			1	
18	82	Serânia		9	25	17			0	
18	65	Alfagosa de Ingazeira	Guarani	9	25	17			1	
18	65	São José do Egito	Tupacatinga	9	25	17			1	
18	95	Carabá	Quixaba, Solidão	9	25	17			1	
18	99	Itapetim	Brejinho, Santa Tereza	9	25	17			1	
SUBTOTAL									238	R\$ 0,00
TOTAL 2º TURNO (B2)										R\$ 0,00
TOTAL 1º E 2º TURNO (B2)										R\$ 0,00

ITEM II – SUPERVISÃO – SERVIÇOS ORDINÁRIOS							
1º TURNO							
AGOSTO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	28	31	4			
							R\$ 0,00
SETEMBRO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	1	30	30			
							R\$ 0,00
OUTUBRO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	1	31	31			
							R\$ 0,00
NOVEMBRO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	1	30	30			
							R\$ 0,00
DEZEMBRO							
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	LOCAL	DATA INÍCIO	DATA FIM	QTD. DE DIAS	VALOR HOMEM MÊS	VALOR HOMEM DIA	SUBTOTAL
4	COAD/COGETIC	1	31	31			
							R\$ 0,00
TOTAL 1º TURNO							R\$ 0,00

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

1º TURNO

SETEMBRO							
ITEM	PROFISSIONAL	VALOR HOMEM-MÊS EXTRAORDINÁRIO	VALOR DA HORA A 50%	VALOR DA HORA A 100%	QTD. DE HORA A 50%	QTD. DE HORA A 100%	SUBTOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições				8.020	456	R\$ 0,00
II	Supervisor				120	32	R\$ 0,00
							R\$ 0,00

OUTUBRO							
ITEM	PROFISSIONAL	VALOR HOMEM-MÊS EXTRAORDINÁRIO	VALOR DA HORA A 50%	VALOR DA HORA A 100%	QTD. DE HORA A 50%	QTD. DE HORA A 100%	SUBTOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições				4.816	7.224	R\$ 0,00
II	Supervisor				32	40	R\$ 0,00
							R\$ 0,00

TOTAL E ESTIMADO HE 1º TURNO	R\$ 0,00
------------------------------	----------

2º TURNO

OUTUBRO							
ITEM	PROFISSIONAL	VALOR HOMEM-MÊS EXTRAORDINÁRIO	VALOR DA HORA A 50%	VALOR DA HORA A 100%	QTD. DE HORA A 50%	QTD. DE HORA A 100%	SUBTOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições				9.632	7.224	R\$ 0,00
II	Supervisor				152	72	R\$ 0,00
							R\$ 0,00

TOTAL E ESTIMADO HE 2º TURNO	R\$ 0,00
------------------------------	----------

TOTAL E ESTIMADO HE 1º e 2º TURNOS	R\$ 0,00
------------------------------------	----------

DIÁRIAS

1º TURNO

SETEMBRO / OUTUBRO					
ITEM	PROFISSIONAL	QTD. ESTIMADA DE DIARIAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	TOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições	1.534			
TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS 1º TURNO					R\$ 0,00

2º TURNO

OUTUBRO					
ITEM	PROFISSIONAL	QTD. ESTIMADA DE DIÁRIAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	TOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições	876			
TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS 2º TURNO					R\$ 0,00

TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS 1º E 2º TURNOS	R\$ 0,00
---------------------------------------	----------

ITEM	1º TURNO				2º TURNO (SE HOUVER)				TOTAL (1º E 2º TURNO)
	SERVICOS ORDINARIOS ¹⁾	SERVICOS EXTRAORDINARIOS ²⁾	DIAS ³⁾	TOTAL ¹⁺²⁺³	SERVICOS ORDINARIOS ¹⁾	SERVICOS EXTRAORDINARIOS ²⁾	DIAS ³⁾	TOTAL ¹⁺²⁺³	
I									R\$ 0,00
II									R\$ 0,00
				R\$ 0,00				R\$ 0,00	R\$ 0,00

DOC SEI 3272699



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO VIII

ENDEREÇOS DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Zona Eleitoral	Endereço	Telefone	Celular	Email
1ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9001 / 3194-9601 / 3194-9701	(81) 99900-4180	ze001@tre-pe.jus.br
2ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9002 / 3194-9602 / 3194-9702	(81) 99900-2156	ze002@tre-pe.jus.br
3ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9003 / 3194-9703 / 3194-9148	(81) 99900-0516	ze003@tre-pe.jus.br
4ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9004 / 3194-9604 / 3194-9704	(81) 99900-9544	ze004@tre-pe.jus.br
5ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9005 / 3194-9605 / 3194-9705	(81) 99900-9303	ze005@tre-pe.jus.br
6ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9006 / 3194-9606 / 3194-9706	(81) 99900-3737	ze006@tre-pe.jus.br
7ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9007 / 3194-9607 / 3194-9707	(81) 99734-0103	ze007@tre-pe.jus.br
8ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9008 / 3194-9608 / 3194-9708	(81) 99900-2046	ze008@tre-pe.jus.br
9ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9009 / 3194-9709 / 3194-9151	(81) 99900-0936	ze009@tre-pe.jus.br
10ª - Olinda	Rua Dr. Manoel de Almeida Belo, 1091, Bairro Novo, 53030-010	(81) 3194-9010 / 3194-9610 / 3194-9710	(81) 99900-3181	ze010@tre-pe.jus.br
11ª - Jaboatão dos Guararapes	Av. dos Guararapes, s/n (Fórum Eleitoral), Guararapes, 54325-012	(81) 3194-9011 / 3194-9611 / 3194-9711	(81) 99900-9362	ze011@tre-pe.jus.br

Zona Eleitoral	Endereço	Telefone	Celular	Email
12ª - Paulista	Rua do Rosarinho, 1525 - Centro -Paulista - Ao lado do Term Pelópidas, Centro, 53401-480	(81) 3194-9012 / 3194-9712	(81) 99949-0323	ze012@tre-pe.jus.br
13ª - São Lourenço da Mata	Rua Joaquim Nabuco, 114, Centro, 54735-300	(81) 3194-9013 / 3194-9713	(81) 99856-0258	ze013@tre-pe.jus.br
14ª - Moreno	Praça da Bandeira, 27, Centro, 54800-000	(81) 3194-9014 / 3194-9714	(81) 99900-1096	ze014@tre-pe.jus.br
15ª - Cabo de Santo Agostinho	Antiga BR 101-Sul, km33 - Loteamento AD/DIPER, Centro, 54510-450	(81) 3194-9015 / 3194-9715	(81) 99900-9371	ze015@tre-pe.jus.br
16ª - Ipojuca	Rua Coronel João de Souza Leão, 125, Centro, 55590-000	(81) 3194-9016 / 3194-9716	(81) 99892-1212	ze016@tre-pe.jus.br
17ª - Paudalho	Praça Joaquim Nabuco, 74, Centro, 55825-000	(81) 3194-9017 / 3194-9717	(81) 99900-4155	ze017@tre-pe.jus.br
18ª - Vitória de Santo Antão	Rua A, n.º 04, Redenção, 55612-010	(81) 3194-9018 / 3194-9718	(81) 99900-9661	ze018@tre-pe.jus.br
19ª - Escada	Rua Dr. Ezequiel de Barros, s/n (Fórum TJ), Bairro do Maracujá, 55500-000	(81) 3194-9019 / 3194-9719	(81) 99900-4279	ze019@tre-pe.jus.br
20ª - Carpina	Rua Jornal Voz do Planalto, s/n (Fórum Eleitoral), Santa Cruz, 55815-155	(81) 3194-9020 / 3194-9720	(81) 99900-9586	ze020@tre-pe.jus.br
21ª - Glória do Goitá	Av. Rui Barbosa, 249, Centro, 55620-000	(81) 3194-9021 / 3194-9721	(81) 99900-9360	ze021@tre-pe.jus.br
23ª - Nazaré da Mata	Rua Sete de Setembro, 136, Centro, 55800-000	(81) 3194-9023 / 3194-9723	(81) 99900-0737	ze023@tre-pe.jus.br
24ª - Limoeiro	Rua Taquaritinga do Norte, s/n (Fórum Eleitoral), Bairro do Juá, 55700-000	(81) 3194-9024 / 3194-9724	(81) 99900-9797	ze024@tre-pe.jus.br
25ª - Goiana	Rua Historiador Antonio Correia de Oliveira A. Filho, s/n (Fórum TJ), Loteamento Boa Vista, 55900-000	(81) 3194-9025/9725/9104	(81) 99900-3969	ze025@tre-pe.jus.br
26ª - Rio Formoso	Rua São José, 147, Centro, 55570-000	(81) 3194-9026 / 3194-9726	(81) 99900-9691	ze026@tre-pe.jus.br
27ª - Itambé	Rua Pascoal Carrazzone, 198, Centro, 55920-000	(81) 3194-9027 / 3194-9727	(81) 99900-0517	ze027@tre-pe.jus.br

Zona Eleitoral	Endereço	Telefone	Celular	Email
28ª - Ribeirão	Praça Elizeu Lins, s/n (Fórum TJ), Centro, 55520-000	(81) 3194.9028 / 3194-9728	(81) 99856-9614	ze028@tre-pe.jus.br
30ª - Gravatá	Rua Manoel Antônio de Souza, 15, Centro, 55641-670	(81) 3194.9030 / 3194-9730	(81) 99900-9751	ze030@tre-pe.jus.br
31ª - Amaraí	Rua das Flores, 60, João Paulo II, 55515-000	(81) 3194-9031 / 3194-9731	(81) 99900-7531	ze031@tre-pe.jus.br
33ª - Bom Jardim	Rua José Bezerra, 64, Centro, 55730-000	(81) 3194-9033 / 3194-9733	(81) 99900-0604	ze033@tre-pe.jus.br
34ª - Surubim	Rua Euclides José da Silva, s/n (Fórum Eleitoral), Centro, 55750-000	(81) 3194.9034 / 3194-9734	(81) 99506-5010	ze034@tre-pe.jus.br
35ª - Bezerros	Av. Francisca de Moraes Lemos, s/n (Fórum TJ), São Pedro, 55660-000	(81) 3194-9035 / 3194-9735	(81) 99900-9370 (Whatsapp)	ze035@tre-pe.jus.br
36ª - Timbaúba	Rua Barão de Lucena, 65, Loteamento Brasília, Centro, 55870-000	(81) 3194-9036 / 3194-9736	(81) 99900-7865	ze036@tre-pe.jus.br
37ª - Palmares	Rodovia BR 101 Sul, Km 187, s/n (Fórum Eleitoral), Santa Rosa, 55540-000	(81) 3194-9037 / 3194-9737 / 3194-9648	(81) 99900-5229	ze037@tre-pe.jus.br
38ª - Água Preta	Praça dos Três Poderes, 3280, Centro, 55550-000	(81) 3194-9038 / 3194-9738	(81) 99900-1341	ze038@tre-pe.jus.br
39ª - Bonito	Avenida das Américas, 500 (Fórum TJ), Loteamento Jardim América, 55680-000	(81) 3194-9039 / 3194-9739	(81) 99900-1413	ze039@tre-pe.jus.br
41ª - Caruaru	Rua Olívio Ferreira de Azevedo, 263 (Fórum Eleitoral), Universitário, 55016-839	(81) 3194-9041 / 3194-9741	(81) 99900-1097	ze041@tre-pe.jus.br
42ª - Barreiros	Rua Dom Luiz, 346 (Fórum TJ), Centro, 55560-000	(81) 3194-9042 / 3194-9742	(81) 99900-9284	ze042@tre-pe.jus.br
43ª - Catende	Praça Costa Azevedo, 120 (Fórum TJ), Centro, 55400-000	(81) 3194.9043 / 3194-9743	(81) 99892-0135	ze043@tre-pe.jus.br
44ª - São Caetano	Rua Salustiano Ferreira de Lima, 106, Centro, 55130-000	(81) 3194.9044 / 3194-9744	(81) 99856-5872	ze044@tre-pe.jus.br
45ª - Belo Jardim	Praça João Torres Galindo, s/n (Fórum TJ), Edson Mororó Moura, 55150-590	(81) 3194-9045 / 3194-9745	(81) 99900-9587	ze045@tre-pe.jus.br

Zona Eleitoral	Endereço	Telefone	Celular	Email
46ª - Vertentes	Praça Agamenon Magalhães, 300 (Fórum TJ), Centro, 55770-000	(81) 3194-9046 / 3194-9746	(81) 99900-2896	ze046@tre-pe.jus.br
47ª - Quipapá	Rua Edson Lira Paula, s/n (Fórum TJ), Centro, 55415-000	(81) 3194.9047 / 3194-9747	(81) 99900-1282	ze047@tre-pe.jus.br
48ª - Altinho	Rua Dr. Sales, 97 - Térreo, Centro, 55490-000	(81) 3194.9048 / 3194-9748	(81) 99900-3005	ze048@tre-pe.jus.br
50ª - Tabira	Rodovia Estadual PE 320, s/n - (Fórum TJ), Riacho do Gado, 56780-000	87)3036-5450 / (81) 3194-9050	(87) 99954-0309	ze050@tre-pe.jus.br
51ª - Taquaritinga do Norte	Av. Sargento Otacilio Coelho da Mata, nº 690, Rodovia PE130 (Fórum TJ), Centro, 55790-000	(81) 3194-9051 / 3194-9751	(81) 99900-1258	ze051@tre-pe.jus.br
52ª - São Bento do Una	Av. Dr. Manoel Cândido, s/n (Fórum TJ), Centro, 55370-000	(81) 3194.9052 / 3194-9752	(81) 99892-0142	ze052@tre-pe.jus.br
54ª - Brejo da Madre de Deus	Rua Dom Luiz de Brito, 200, Centro, 55170-000	(81) 3194.9054 / 3194-9754	(81) 99900-9527	ze054@tre-pe.jus.br
55ª - Pesqueira	Largo Bernardo Vieira de Melo, s/nº (Fórum TJ), Centro, 55200-000	(87) 3036-5455 / (81) 3194.9055	(87) 99954-0371	ze055@tre-pe.jus.br
56ª - Garanhuns	Rua Barão de Nazaré, s/n (Fórum Eleitoral), Magano, 55294-580	(87) 3036-5456 / 5446 (81) 3194-9056	(87) 99609-1904	ze056@tre-pe.jus.br
57ª - Arcoverde	Rua Orlando Bispo de Queiroz, s/n (Fórum Eleitoral), São Miguel, 56509-330	(87) 3036-5457 / (81) 3194.9057	(87) 99663-6611	ze057@tre-pe.jus.br
58ª - Pedra	Rua João Galindo, s/n (Fórum TJ), Centro, 55280-000	(87) 3036-5458 / (81) 3194.9058	(87) 99949-0353	ze058@tre-pe.jus.br
59ª - Correntes	Praça Agamenon Magalhães, s/n (Fórum TJ), Centro, 55315-000	(87) 3036-5459 / (81) 3194.9059	(87) 99663-1881	ze059@tre-pe.jus.br
60ª - Buíque	Av. Jonas Camelo, s/n (Fórum TJ), Centro, 56520-000	(87) 3036-5460 / (81) 3194.9060	(87) 99987-0083	ze060@tre-pe.jus.br
61ª - Bom Conselho	Rua Monsenhor Marques, 64, Centro, 55330-000	(87) 3036-5461 / (81) 3194-9061	(87) 99949-0299	ze061@tre-pe.jus.br
62ª - Sertânia	Av. Agamenon Magalhães, 470, Centro, 56600-000	(87) 3036-5462 / (81) 3194-9062	(87) 99954-0359	ze062@tre-pe.jus.br
63ª - Inajá	Rua Tenente Domingos Gomes, 151, Centro, 56560-000	(87) 3036-5463 / (81) 3194.9063	(87) 99949-0254	ze063@tre-pe.jus.br

Zona Eleitoral	Endereço	Telefone	Celular	Email
64ª - Águas Belas	Praça Nossa Senhora da Conceição, 03, Centro, 55340-000	(87) 3036-5464 / (81) 3194-9064	(87) 99954-0302	ze064@tre-pe.jus.br
65ª - Custódia	Rua Antônio José de Moura, 50, Centro, 56640-000	(87) 3036-5465 / (81) 3194-9065	(87) 99609-4774	ze065@tre-pe.jus.br
66ª - Afogados da Ingazeira	Av. Padre Luiz de Campos Góes, s/n (Fórum Eleitoral), Manoela Valadares,, 56800-000	(87) 3036-5466 / (81) 3194-9066	(87) 99954-0368	ze066@tre-pe.jus.br
67ª - Flores	Rua Pedro Santos Estima, 87 (Fórum TJ), Centro, 56850-000	(87) 3036-5467 / (81) 3194-9067	(87) 99609-2854	ze067@tre-pe.jus.br
68ª - São José do Egito	Rua 25 de agosto, s/n, Centro, 56700-000	(87) 3036-5468 / (81) 3194-9068	(87) 99609-5090	ze068@tre-pe.jus.br
69ª - Mirandiba	Av. José Torres Aracua, s/n, Centro, 56980-000	(87) 3036-5469 / (81) 3194-9069	(87) 99609-4930	ze069@tre-pe.jus.br
70ª - Petrolândia	Av. Auspicio Valgueiro Barros, 1066 (Fórum Eleitoral), Centro, 56460-000	(87) 3036-5470 / (81) 3194-9070	(87) 99663-0506	ze070@tre-pe.jus.br
71ª - Serra Talhada	Rua Vereador Silvino Cordeiro de Siqueiro, s/n (Fórum Eleitoral), AAB, 56912-110	(87) 3036-5471 / (81) 3194-9071	(87) 99949-0222	ze071@tre-pe.jus.br
72ª - Floresta	Av. Deputado Audomar Ferraz, 52 (Fórum TJ), Centro, 56400-000	(87) 3036-5472 / (81) 3194-9072	(87) 99949-0368	ze072@tre-pe.jus.br
73ª - Belém de São Francisco	Av. Coronel Jerônimo Pires, 820 (Fórum TJ), Centro, 56440-000	(87) 3036-5473 / (81) 3194-9073	(87) 99931-4356	ze073@tre-pe.jus.br
74ª - São José do Belmonte	Rua São José, n.º 09, Centro, 56950-000	(87) 3036-5474 / (81) 3194-9074	(87) 99609-4600	ze074@tre-pe.jus.br
75ª - Salgueiro	Rua Joaquim Sampaio, s/n, Lote 5A, Quadra C (Fórum Eleitoral), Centro, 56000-000	(87) 3036-5475 / (81) 3194-9075	(87) 99609-8470	ze075@tre-pe.jus.br
76ª - Serrita	Praça Cel. Chico Romão, s/n (Fórum TJ), Centro, 56140-000	(87) 3036-5476 / (81) 3194-9076	(87) 99949-4114	ze076@tre-pe.jus.br
77ª - Cabrobó	Rua Vereador João Gonçalves dos Santos, s/n (Fórum TJ), Centro, 56180-000	(87) 3036-5477 / (81) 3194-9077	(87) 99949-0448	ze077@tre-pe.jus.br
78ª - Parnamirim	Rua Coronel Jambo, 39 (Fórum TJ), Centro, 56163-000	(87) 3036-5478 / (81) 3194-9078	(87) 99663-5557	ze078@tre-pe.jus.br

Zona Eleitoral	Endereço	Telefone	Celular	Email
79ª - Exu	Avenida Edmundo Dantas, s/n (Fórum TJ), Centro, 56230-000	(87) 3036-5479 / (81) 3194.9079	(87) 99609-4812	ze079@tre-pe.jus.br
80ª - Bodocó	Rua Teodózio Leandro Horas, s/n (Fórum TJ), Centro, 56220-000	(87) 3036-5480 / (81) 3194.9080	(87) 99663-6466	ze080@tre-pe.jus.br
81ª - Santa Maria da Boa Vista	Rua Projetada, s/n. Quadra 15 do Loteamento Santa Maria (Fórum TJ), Santa Luzia, 56380-000	(87)3036-5481 / (81) 3194.9081	(87) 99663-0505	ze081@tre-pe.jus.br
82ª - Ouricuri	Av. Fernando Bezerra, s/n (Fórum Eleitoral), Centro, 56200-000	(87) 3036-5482 / (81) 3194-9082	(87) 99949-8490 / (87) 99666-0078	ze082@tre-pe.jus.br
83ª - Petrolina	Rua Dona Justina Freire de Souza, s/n (Fórum Eleitoral), Vila Mocó, 56306-415	(87) 3036-5483 / (81)3194-9083	(87) 99609-4666	ze083@tre-pe.jus.br
84ª - Araripina	Rua Ana Ramos Lacerda, s/n (Fórum TJ), Centro, 56280-000	(87) 3036- 5484 / (81) 3194.9084	(87) 99609-7738	ze084@tre-pe.jus.br
85ª - Igarassu	Rua Joaquim Nabuco, s/n (Fórum Eleitoral), Centro, 53620-330	(81) 3194-9085 / 3194-9785	(81) 99900-9329	ze085@tre-pe.jus.br
86ª - Agrestina	PE120, s/n (Anexo do Fórum TJ), Loteamento Campo Novo, 55495-000	(81) 3194-9086 / 3194-9786	(81) 99900-4985	ze086@tre-pe.jus.br
88ª - João Alfredo	Av. Presidente Kennedy, s/n (Fórum TJ), Boa Vista, 55720-000	(81) 3194.9088 / 3194-9788	(81) 99900-9917	ze088@tre-pe.jus.br
89ª - Tacaratu	Av. Cônego Frederico, s/n, Centro, 56480-000	(87) 3036-5489 / (81) 3194-9089	(87) 99609-4845	ze089@tre-pe.jus.br
90ª - Macaparana	Rua Severino Costa, 97, Centro, 55865-000	(81) 3194-9090 / 3194-9790	(81) 99949-0484	ze090@tre-pe.jus.br
91ª - Passira	Rua da Matriz, nº 26, Centro, 55650-000	(81) 3194-9091 / 3194-9791	(81) 99900-9457	ze091@tre-pe.jus.br
92ª - Garanhuns	Rua Barão de Nazaré, s/n (Fórum Eleitoral), Magano, 55294-580	(87) 3036-5492 / 5442 / (81)3194-9092	(87) 99938-0078	ze092@tre-pe.jus.br
94ª - Lajedo	Praça Joaquim Nabuco, nº 112 D, Centro, 55385-000	(87) 3036-5494 / (81) 3194-9094	(87) 99931-2819	ze094@tre-pe.jus.br
98ª - Carnaíba	Rua José Martins, 286 , Centro, 56820-000	(87) 3036-5498 / (81) 3194-9098	(87) 99663-0231	ze098@tre-pe.jus.br
99ª - Itapetim	Rua São Pedro, 126 - Centro, Centro, 56720-000	(87) 3036-5499 / (81) 3194-9099	(87) 99803-3690	ze099@tre-pe.jus.br

Zona Eleitoral	Endereço	Telefone	Celular	Email
100ª - Olinda	Rua Dr. Manoel de Almeida Belo, 1091 , Bairro Novo, 53030-010	(81) 3194-9100 / 3194-9600 / 3194-9800	(81) 99900-9714	ze100@tre-pe.jus.br
101ª - Jaboatão dos Guararapes	Av. dos Guararapes, s/n (Fórum Eleitoral), Guararapes, 54325-012	(81) 3194-9101 / 3194-9651 / 3194-9801	(81) 99900-9937	ze101@tre-pe.jus.br
102ª - Vitória de Santo Antão	Rua A, n.º 04 , Redenção, 55612-010	(81) 3194-9102 / 3194-9802	(81) 99900-1493	ze102@tre-pe.jus.br
105ª - Caruaru	Rua Olívio Ferreira de Azevedo, 263 (Fórum Eleitoral), Bairro Universitário, 55016-839	(81) 3194-9105 / 3194-9805	(81) 99892-0160	ze105@tre-pe.jus.br
106ª - Caruaru	Rua Olívio Ferreira de Azevedo, 263 (Fórum Eleitoral), Bairro Universitário, 55016-839	(81) 3194-9106 / 3194-9806	(81) 99734-0087	ze106@tre-pe.jus.br
107ª - Afrânio	Av. Francisco Rodrigues, 229, Centro, 56360-000	(87) 3036-5407 / (81) 3194-9107	(87) 98132-9684	ze107@tre-pe.jus.br
108ª - Betânia	Rua Luiz Mestre, s/n (Fórum TJ), Centro, 56670-000	(87) 3036-5408 / (81) 3194.9108	(87) 99949-0533	ze108@tre-pe.jus.br
109ª - Santa Cruz do Capibaribe	Rua Maria Francisca, 39, Santo Antônio, 55192-448	(81) 3194-9109 / 3194-9809	(81) 99900-9375	ze109@tre-pe.jus.br
112ª - Toritama	Rua Heleno Rodrigues da Silva, 450 (Fórum TJ), Loteamento Monte Verde, 55125-000	(81) 3194-9112 / 3194-9812	(81) 99734-0118	ze112@tre-pe.jus.br
114ª - Paulista	Rua do Rosarinho, 1525 - Centro -Paulista - Ao lado do Term Pelôpidas, Centro, 53401-480	(81) 3194-9114 / 3194-9814	(81) 99900-7281	ze114@tre-pe.jus.br
116ª - São João	Av. José Clemente da Rocha, s/n (Fórum TJ), Centro, 55435-000	(87) 3036-5416 / (81) 3194.9116	(87) 99609-5139	ze116@tre-pe.jus.br
117ª - Olinda	Rua Dr. Manoel de Almeida Belo, 1091 , Bairro Novo, 53030-010	(81) 3194-9117 / 3194-9667 / 3194-9817	(81) 99900-2273	ze117@tre-pe.jus.br
118ª - Jaboatão dos Guararapes	Av. dos Guararapes, s/n (Fórum Eleitoral), Guararapes, 54325-012	(81) 3194-9118 / 3194-9668 / 3194-9818	(81) 99900-1358	ze118@tre-pe.jus.br
119ª - Abreu e Lima	Av. Duque de Caxias, 439 , Centro, 53520-010	(81) 3194.9119 / 3194-9819	(81) 99900-4177	ze119@tre-pe.jus.br
120ª - Venturosa	Rua Tenente Wastingney Wandenkolk Wanderley, s/n (Fórum TJ), Centro, 55270-000	(87) 3036-5420 / (81) 3194.9120	(87) 99663-3223	ze120@tre-pe.jus.br

Zona Eleitoral	Endereço	Telefone	Celular	Email
121ª - Cabo de Santo Agostinho	Antiga BR 101-Sul, km33 - Loteamento AD/DIPER, Centro, 54510-450	(81) 3194-9121 / 3194-9821	(81) 99900-9361	ze121@tre-pe.jus.br
125ª - Condado	Av. Olegario Fonseca, 1480 (Fórum TJ), Centro, 55940-000	(81) 3194-9125 / 3194-9825	(81) 99900-9677	ze125@tre-pe.jus.br
127ª - Camaragibe	Av. Dr. Belmino Correia, 40 - PE-05, Nazaré, 54753-000	(81) 3194-9127 / 3194-9827	(81) 99900-4720	ze127@tre-pe.jus.br
128ª - Ibimirim	Av. Castro Alves, 380 B, Centro, 56580-000	(87) 3036-5428 / (81) 3194.9128	(87) 99609-7281	ze128@tre-pe.jus.br
130ª - Capoeiras	Avenida Aprígio Inácio Cordeiro, s/n (Fórum TJ), Centro, 55365-000	(87) 3036-5430 / (81) 3194.9130	(87) 99931-0082	ze130@tre-pe.jus.br
131ª - Ilha de Itamaracá	Rua África do Sul, s/nº (Fórum TJ), Jaguaribe, 53900-000	(81) 3194-9131 / 3194-9831	(81) 99900-0515	ze131@tre-pe.jus.br
132ª - Camocim de São Félix	Rua Manoel Serafim dos Santos, n.º 26, Centro, 55665-000	(81) 3194-9132 / 3194-9832	(81) 99900-0661	ze132@tre-pe.jus.br
133ª - Trindade	Rua 25 de Abril, nº 226 (Fórum TJ), Centro, 56250-000	87)3036-5433 / (81) 3194.9133	(87) 99609-1957	ze133@tre-pe.jus.br
135ª - Feira Nova	Rua Sebastiao da Rocha, s/n (Fórum TJ), Centro, 55715-000	(81) 3194-9135 / 3194-9835	(81) 99856-8168	ze135@tre-pe.jus.br
136ª - Saloá	Av. Getúlio Vargas, s/n , Centro, 55350-000	(87) 3036-5436 / (81) 3194.9136	(87) 98167-2517	ze136@tre-pe.jus.br
137ª - Lagoa Grande	Rua Leste, 129, Centro, 56395-000	(87) 3036-5437 / (81) 3194-9137	(87) 99677-0120	ze137@tre-pe.jus.br
138ª - Camaragibe	Av. Dr. Belmino Correia, 40 - PE-05, Nazaré, 54753-000	(81) 3194-9138 / 3194-9838	(81) 99900-0669	ze138@tre-pe.jus.br
143ª - Itaíba	Rua Nova, 62, Centro, 56550-000	(87) 3036-5443 / (81) 3194-9143	(87) 99949-0700	ze143@tre-pe.jus.br
144ª - Petrolina	Rua Dona Justina Freire de Souza, s/n (Fórum Eleitoral), Vila Mocó, 56306-415	(87) 3036-5444 / (81) 3194-9144	(87) 99609-8768	ze144@tre-pe.jus.br
145ª - Petrolina	Rua Dona Justina Freire de Souza, s/n (Fórum Eleitoral), Vila Mocó, 56306-415	(87) 3036-5445 / (81) 3194-9145	(87) 99949-0534	ze145@tre-pe.jus.br
146ª - Paulista	Rua do Rosarinho, 1525 - Centro -Paulista - Ao lado do Term Pelópidas, Centro, 53401-480	(81) 3194-9146 / 3194-9846	(81) 99900-2020	ze146@tre-pe.jus.br

Zona Eleitoral	Endereço	Telefone	Celular	Email
147ª - Jaboatão dos Guararapes	Av. dos Guararapes, s/n (Fórum Eleitoral), Guararapes, 54325-012	(81) 3194-9147 / 3194-9647 / 3194-9847	(81) 99900-1235	ze147@tre-pe.jus.br
149ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9149 / 3194-9649 / 3194-9849	(81) 99892-0162	ze149@tre-pe.jus.br
150ª - Recife	Praça das Cinco Pontas, 321, São José, 50020-500	(81) 3194-9150 / 3194-9650 / 3194-9850	(81) 99900-0519	ze150@tre-pe.jus.br

Doc SEI 3272800



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO IX

DIMENSIONAMENTO FORÇA DE TRABALHO, DIÁRIAS E HORAS EXTRAS

QUANTIDADE ESTIMADA DE AUXILIARES DE APOIO ÀS ELEIÇÕES POR LOCALIDADE

1º TURNO

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	AUXILIAR DE APOIO ÀS ELEIÇÕES
04	602

2º TURNO

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	AUXILIAR DE APOIO ÀS ELEIÇÕES
04	602

DISTRIBUIÇÃO DE AUXILIARES DE APOIO ÀS ELEIÇÕES POR LOCALIDADE

POLO	ZE	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO TERMO	QUANTIDADE DE AAEs	
				Grupo G1	Grupo G2
1	1	Recife		3	3
1	2	Recife		3	2
1	3	Recife		3	3
1	4	Recife	Fernando de Noronha	3	3
1	5	Recife		3	2
1	6	Recife		3	2
1	7	Recife		3	2
1	8	Recife		3	2
1	9	Recife		3	2
1	10	Olinda		3	2
1	13	São Lourenço da Mata		3	3
1	100	Olinda		3	2
1	117	Olinda		3	3
1	127	Camaragibe		3	1
1	138	Camaragibe		3	0
1	149	Recife		3	3
1	150	Recife		3	3
2	14	Moreno		3	1
2	18	Vitória de Santo Antão		3	2

2	19	Escada		3	1
2	21	Glória do Goitá	Chã de Alegria	3	0
2	30	Gravatá		3	1
2	31	Amaraji	Chã Grande e Primavera	3	2
2	102	Vitória de Santo Antão	Pombos	3	1
3	17	Paudalho		3	1
3	20	Carpina	Lagoa do Carro	3	2
3	23	Nazaré da Mata	Buenos Aires, Tracunhaém	3	2
3	27	Itambé	Camutanga, Ferreiros	3	3
3	36	Timbaúba		3	1
3	125	Condado	Itaquitinga e Aliança	3	4
4	26	Rio Formoso	Tamandaré e Sirinhaém	3	6
4	28	Ribeirão	Cortês e Gameleira	3	3
4	37	Palmares		3	1
4	38	Água Preta	Xexéu e Joaquim Nabuco	3	2
4	42	Barreiros	São José da Coroa Grande	3	2
4	43	Catende	Maraial, Belém de Maria e Jaqueira	3	5
4	47	Quipapá	São Benedito do Sul e Panelas	3	4
5	33	Bom Jardim	Orobó	3	2
5	34	Surubim	Casinhas, Vertente do Lério	3	3
5	46	Vertentes	Frei Miguelinho e Santa Maria de Cambucá	3	3
5	51	Taquaritinga do Norte		2	0
5	88	João Alfredo	Salgadinho, Machados	3	4
5	109	Santa Cruz do Capibaribe		3	1
5	112	Toritama		2	0
6	35	Bezerros		3	1
6	39	Bonito	Barra de Guabiraba	3	1
6	41	Caruaru	Riacho das Almas	3	3
6	54	Brejo da Madre de Deus	Jataúba	3	3

6	86	Agrestina	Cupira e Lagoa dos Gatos	3	3
6	105	Caruaru		3	5
6	106	Caruaru		3	4
6	132	Camocim de São Félix	Sairé e São Joaquim do Monte	3	3
7	56	Garanhuns		3	3
7	59	Correntes	Lagoa do Ouro e Palmeirina	3	1
7	61	Bom Conselho	Terezinha	3	1
7	64	Águas Belas		3	1
7	92	Garanhuns	Brejão, Paranatama, Jucati, Jupi	3	4
7	116	São João	Angelim e Canhotinho	3	3
7	130	Capoeiras	Caetés	3	0
7	136	Saloá	Iati	3	1
8	55	Pesqueira	Poção	3	3
8	57	Arcoverde		3	2
8	58	Pedra		3	0
8	60	Buíque		3	1
8	120	Venturosa	Alagoinha	3	0
8	143	Itaíba	Tupanatinga	3	1
9	65	Custódia		3	0
9	67	Flores	Triunfo	3	2
9	69	Mirandiba	Carnaubeira da Penha	3	1
9	71	Serra Talhada	Santa Cruz da Baixa Verde	3	3
9	74	São José do Belmonte		3	1
9	108	Betânia	Calumbi	3	1
10	63	Inajá	Manari	3	1
10	70	Petrolândia		3	0
10	72	Floresta		3	1
10	73	Belém do São Francisco	Itacuruba	3	1
10	89	Tacaratu	Jatobá	3	1
10	128	Ibimirim		3	0
11	75	Salgueiro	Verdejante	3	2
11	76	Serrita	Cedro	3	2
11	77	Cabrobó	Orocó	3	1

11	78	Parnamirim	Terra Nova	3	1
12	79	Exu	Moreilândia	3	1
12	80	Bodocó	Granito	3	0
12	82	Ouricuri	Santa Cruz, Santa Filomena	3	4
12	84	Araripina		3	3
12	133	Trindade	Ipubi	3	3
13	81	Santa Maria da Boa Vista		3	1
13	83	Petrolina		3	3
13	107	Afrânio	Dormentes	3	3
13	137	Lagoa Grande		3	0
13	144	Petrolina		3	3
13	145	Petrolina		3	4
14	11	Jaboatão dos Guararapes		3	5
14	15	Cabo de Santo Agostinho		3	1
14	16	Ipojuca		3	3
14	101	Jaboatão dos Guararapes		3	3
14	118	Jaboatão dos Guararapes		3	4
14	121	Cabo de Santo Agostinho		3	3
14	147	Jaboatão dos Guararapes		3	4
15	12	Paulista		3	1
15	25	Goiana		3	2
15	85	Igarassu	Araçoiaba	3	3
15	114	Paulista		3	1
15	119	Abreu e Lima		3	1
15	131	Itamaracá	Itapissuma	3	2
15	146	Paulista		3	1
16	24	Limoeiro		3	1
16	90	Macaparana	Vicência e São Vicente Férrer	3	3
16	91	Passira	Cumaru	3	1

16	135	Feira Nova	Lagoa de Itaenga	3	2
17	44	São Caetano	Tacaimbó e Cachoeirinha	3	3
17	45	Belo Jardim	Sanharó	3	3
17	48	Altinho	Ibirajuba	3	1
17	52	São Bento do Una		3	0
17	94	Lajedo	Calçado e Jurema	3	3
18	50	Tabira	Ingazeira	3	1
18	62	Sertânia		3	0
18	66	Afogados da Ingazeira	Iguaraci	3	1
18	68	São José do Egito	Tuparetama	3	1
18	98	Carnaíba	Quixaba, Solidão	3	1
18	99	Itapetim	Brejinho, Santa Terezinha	3	1
Total				364	238

LOCAL DE CONTRATAÇÃO E DESLOCAMENTO DOS PROFISSIONAIS

A empresa deverá contratar os profissionais para execução dos serviços preferencialmente nos municípios sede do Polo ou Cartório em que deverão atuar.

Haverá deslocamento de profissionais durante o período de preparação. O deslocamento dos auxiliares de apoio às eleições se dará na circunscrição de cada polo eleitoral.

Nas localidades em que não houver previsão de pagamento de diárias, será responsabilidade da empresa contratada fornecer passagens para deslocamento dos profissionais de suas residências para os locais de preparação de urnas.

Deslocamentos para Preparação no 1º Turno

Polo	Município	Quantidade de Profissionais Deslocados dos cartórios para Local de Preparação	Número de Diárias Estimadas por Profissional	Número de Diárias Estimadas	Número estimado de profissionais que precisarão de passagem	Período previsto para o deslocamento
1	Recife	89	0	0	89	21/09 a 26/09
2	Vitória de Santo Antão	11	6	66	0	21/09 a 28/09
3	Carpina	11	5	55	0	22/09 a 28/09
4	Palmares	12	6	72	0	21/09 a 28/09
5	Surubim	10	6	60	0	21/09 a 28/09
6	Caruaru	16	7	112	0	21/09 a 28/09
7	Garanhuns	13	7	91	0	21/09 a 28/09
8	Arcoverde	13	5	65	0	22/09 a 28/09
9	Serra Talhada	10	5	50	0	22/09 a 28/09
10	Petrolândia	11	5	55	0	22/09 a 28/09
11	Salgueiro	10	3,5	35	0	23/09 a 26/09
12	Ouricuri	8	4,5	36	0	23/09 a 28/09
13	Petrolina	7	6	42	0	22/09 a 28/09
14	Jaboatão dos Guararapes	11	7	0	11	21/09 a 28/09
15	Igarassu	14	6	12	14	21/09 a 28/09
16	Limoeiro	10	3,5	35	0	23/09 a 26/09
17	Belo jardim	10	4	40	0	23/09 a 28/09
18	Afogados da Ingazeira	10	5	50	0	22/09 a 28/09
	Total			876		

Deslocamentos para Preparação no 2º Turno

Polo	Município	Quantidade de Profissionais Deslocados dos cartórios para Local de Preparação	Número de Diárias Estimadas por Profissional	Número de Diárias Estimadas	Número estimado de profissionais que precisarão de passagem	Período previsto para o deslocamento
1	Recife	89	0	0	89	13/10 a 19/10
2	Vitória de Santo Antão	11	6	66	0	13/10 a 20/10
3	Carpina	11	5	55	0	14/10 a 20/10
4	Palmares	12	6	72	0	13/10 a 20/10
5	Surubim	10	6	60	0	13/10 a 20/10
6	Caruaru	16	7	112	0	13/10 a 20/10
7	Garanhuns	13	7	91	0	13/10 a 20/10
8	Arcoverde	13	5	65	0	14/10 a 20/10
9	Serra Talhada	10	5	50	0	13/10 a 19/10
10	Petrolândia	11	5	55	0	14/10 a 20/10
11	Salgueiro	10	3,5	35	0	15/10 a 19/10
12	Ouricuri	8	4,5	36	0	15/10 a 20/10
13	Petrolina	7	6	42	0	14/10 a 20/10
14	Jaboatão dos Guararapes	11	7	0	11	13/10 a 20/10
15	Igarassu	14	6	12	14	13/10 a 20/10
16	Limoeiro	10	3,5	35	0	15/10 a 19/10
17	Belo jardim	10	4	40	0	15/10 a 20/10
18	Afogados da Ingazeira	10	5	50	0	14/10 a 20/10
	Total			876		

Dos locais e início dos serviços

Os serviços serão executados mediante alocação de postos de trabalho no TRE, nos Cartórios Eleitorais, locais de armazenamento de urnas e locais de votação.

Os serviços serão prestados nos períodos informados na tabela abaixo:

Turno	Grupo	AAE - G1	AAE - G2	Supervisor
1º Turno	Data de Início:	02/09/2026	10/09/2026	28/08/2026
	Data de Término:	08/10/2026	08/10/2026	31/12/2026
2º Turno (se houver)	Data de Início:	09/10/2026	09/10/2026	
	Data de Término:	27/10/2026	25/10/2026	

Do nivelamento técnico dos auxiliares de apoio às Eleições

O nivelamento técnico dos auxiliares de apoio às Eleições será realizado conforme quadro abaixo:

Nivelamento I: Simulado de Preparação (8 horas)

Local: Local de armazenamento de urnas de cada Polo Eleitoral

Período: vide tabela

Horário: 8h às 12h e 13h às 17h

Turmas: vide tabela

Polo	Turma	Quant. de Auxiliares	Diárias Estimadas	Data Prevista
1 – Recife	1	23	0	15/09
	2	22	0	15/09
	3	22	0	16/09
	4	22	0	16/09
2 – Vitória de Santo Antão	1	15	20	15/09
	2	14		16/09
3 – Carpina	1	16	26	16/09
	2	15		17/09
4 – Palmares	1	22	40	15/09
	2	22		16/09
5 – Surubim	1	16	26	15/09
	2	16		16/09
6 – Caruaru	1	24	3	15/09
	2	23	23	16/09

7 – Garanhuns	1	20	8	15/09
	2	18	18	16/09
8 – Arcoverde	1	13	22	16/09
	2	12		17/09
9 - Serra Talhada	1	13	21	16/09
	2	13		17/09
10 - Petrolândia	1	11	19	16/09
	2	11		17/09
11 - Salgueiro	1	9	13	17/09
	2	9		18/09
12 - Ouricuri	1	13	19	16/09
	2	13		17/09
13 – Petrolina	1	16	13	16/09
	2	16		17/09
14 - Jaboatão dos Guararapes	1	22	0	15/09
	2	22	0	16/09
15 – Igarassu	1	16	5	15/09
	2	16	0	16/09
16 - Limoeiro	1	10	15	16/09
	2	9		17/09
17 - Belo Jardim	1	13	19	17/09
	2	12		18/09
18 - Afogados da Ingazeira	1	12	19	16/09
	2	11		17/09
Total		602	329	

Nivelamento II: Simulado de Contingências (8 horas)

Local: Local de armazenamento de urnas de cada Polo Eleitoral

Período: vide tabela

Horário: 8h às 12h e 13h às 17h

Turmas: vide tabela

Polo	Turma	Quant. de Auxiliares	Diárias Estimadas	Data Prevista
1 – Recife	1	23	0	30/09
	2	22	0	30/09
	3	22	0	01/10
	4	22	0	01/10
2 – Vitória de Santo Antão	1	15	20	30/09
	2	14		01/10
3 – Carpina	1	16	26	30/09
	2	15		01/10
4 – Palmares	1	22	40	30/09
	2	22		01/10
5 – Surubim	1	16	26	30/09
	2	16		01/10
6 – Caruaru	1	24	3	30/09
	2	23	23	01/10
7 – Garanhuns	1	20	8	30/09
	2	18	18	01/10
8 – Arcoverde	1	13	22	30/09
	2	12		01/10
9 - Serra Talhada	1	13	21	30/09
	2	13		01/10
10 - Petrolândia	1	11	19	30/09
	2	11		01/10
11 - Salgueiro	1	9	13	30/09
	2	9		01/10
12 - Ouricuri	1	13	19	30/09
	2	13		01/10
13 – Petrolina	1	16	13	30/09
	2	16		01/10
14 - Jaboatão dos Guararapes	1	22	0	30/09
	2	22	0	01/10
15 – Igarassu	1	16	5	30/09
	2	16	0	01/10

16 - Limoeiro	1	10	15	30/09
	2	9		01/10
17 - Belo Jardim	1	13	19	30/09
	2	12		01/10
18 - Afogados da Ingazeira	1	23	19	30/09
	2			01/10
Total		602	329	

Previsão de Diárias

Faz-se necessária a previsão de diárias, tendo em vista que os profissionais precisarão se deslocar por todo o Estado de Pernambuco, entre as várias unidades da Justiça Eleitoral, realizando atividades de preparação e suporte às urnas eletrônicas.

Os deslocamentos dos Auxiliares de Apoio às Eleições serão realizados para participação nos nivelamentos e nas cerimônias de preparação de urnas, conforme previsto neste Termo de referência, mediante prévia autorização emitida pela fiscalização técnica/demandante.

Quantidade Estimada de Diárias:

Diárias	Quantidade
1º Turno	1.534
2º Turno	876
Total	2.410

Necessidade de Horas Extras

Há necessidade de previsão de pagamento de horas extras, tendo em vista o grande volume de trabalho concentrado em um curto espaço de tempo, fazendo com que a equipe alocada labore além de sua jornada semanal, sem possibilidade de compensação das horas trabalhadas a maior:

1º Turno - Setembro

CATEGORIA	QUANTIDADE		
	Segunda a Sexta	Sábado	Domingos/Feriados
Auxiliar de Apoio às Eleições	2408	3612	456

1º Turno - Outubro

CATEGORIA	QUANTIDADE		
	Segunda a Sexta	Sábado	Domingos/Feriados
Auxiliar de Apoio às Eleições	1204	3612	7224

2º Turno - Outubro

CATEGORIA	QUANTIDADE		
	Segunda a Sexta	Sábado	Domingos/Feriados
Auxiliar de Apoio às Eleições	2408	7224	7224



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO X

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E
COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Valor total do contrato

Valor Total dos Contratos

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10%

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. O licitante deverá informar todos os contratos vigentes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90026/2024 – ELETRÔNICO

ANEXO XI

CBO



Data: 06/02/2026

Hora: 10:38:55

Relatório da Família

Código	Títulos
4110	Agentes, assistentes e auxiliares administrativos

Títulos

4110-05 - AUXILIAR DE ESCRITÓRIO - Auxiliar administrativo, Auxiliar de compras, Escriturário

4110-10 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - Agente administrativo, Apoiador político partidário, Assistente administrativo sindical, Assistente de compras, Assistente de escritório, Assistente técnico - no serviço público

4110-15 - ATENDENTE DE JUDICIÁRIO

4110-20 - AUXILIAR DE JUDICIÁRIO

4110-25 - AUXILIAR DE CARTÓRIO

4110-30 - AUXILIAR DE PESSOAL - Apontador de cartões de ponto

4110-35 - AUXILIAR DE ESTATÍSTICA - Controlador de estatística

4110-40 - AUXILIAR DE SEGUROS - Auxiliar técnico de seguros

4110-45 - AUXILIAR DE SERVIÇOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - Auxiliar de tráfego de exportação e importação, Conferente de documentação de importação e exportação, Conferente de exportação

4110-50 - AGENTE DE MICROCRÉDITO - Agente de microfinanças, Assessor de microcrédito, Assessor de microfinanças, Coordenador de microcrédito

4110-55 - CAPTADOR DE RECURSOS - Mobilizador de recursos

Descrição sumária

Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Atuam na área de captação de recursos, planejando e implementando estratégias de captação e contato com doadores/parceiros.

Formação e experiência

Para o acesso às ocupações da família ocupacional requer-se o ensino médio completo, um a dois anos de experiência profissional e para algumas das ocupações, curso básico de qualificação. Para os captadores de recursos a exigência é formação superior em áreas diversas. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5. 598/2005.

Condições gerais de exercício

Trabalham nos mais variados ramos de atividades públicas ou privadas. São empregados com carteira e se organizam em equipe, tendo supervisão ocasional. O ambiente de trabalho é fechado e o horário é diurno. A categoria de "auxiliares" foi extinta nos órgãos públicos e suas funções são realizadas pelos assistentes administrativos. Já no caso da área privada, a categoria de "auxiliares e ajudantes" parece estar em processo de extinção e suas funções sendo incorporadas pelos assistentes ou pelos estagiários. Os agentes de microcrédito atuam junto às comunidades, em ambientes abertos. Os captadores de recursos podem atuar em equipe ou individualmente, com carteira assinada ou de forma autônoma.

Esta família não compreende

Consulte

Código internacional CIUO88

4121 - Empleados de contabilidad y cálculo de costos

4122 - Empleados de servicios estadísticos y financieros

Notas

Gacs

A - TRATAR DOCUMENTOS

A.1 - Registrar a entrada e saída de documentos

A.2 - Conferir notas fiscais, faturas de pagamentos e boletos

A.3 - Triar documentos

A.4 - Distribuir documentos

A.5 - Conferir dados e datas

A.6 - Verificar documentos

A.7 - Identificar irregularidades nos documentos

A.8 - Localizar documentos

A.9 - Classificar documentos

A.10 - Atualizar informações

A.11 - Solicitar cópias de documentos

A.12 - Tirar cópias de documentos

A.13 - Digitalizar documentos

A.14 - Receber documentos

A.15 - Protocolar documentos

A.16 - Formatar documentos

A.17 - Submeter pareceres

A.18 - Arquivar documentos

A.19 - Microfilmar documentos

A.20 - Monitorar conferência de documentos comprobatórios dos recursos captados

A.21 - Criar banco de dados de controle

B - PREENCHER DOCUMENTOS

B.1 - Digitar textos e planilhas

B.2 - Preencher formulários e/ou cadastros

B.3 - Preparar minutas

B.4 - Redigir escrituras de compra e venda

B.5 - Registrar óbitos, casamentos e nascimentos

B.6 - Emitir certificados e apólices

B.7 - Averbar transferências de propriedades

B.8 - Digitar notas de lançamentos contábeis

B.9 - Emitir cartas convite nos processos de compras e serviços

B.10 - Preencher propostas de endosso e renovações de seguros em geral

B.11 - Preencher ficha de movimentação de pessoal

B.12 - Redigir escrituras de doação, inventário e divórcio

B.13 - Redigir procuração pública

C - PREPARAR RELATÓRIOS, FORMULÁRIOS E PLANILHAS

C.1 - Coletar dados

C.2 - Verificar índices econômicos e financeiros
C.3 - Elaborar planilhas de cálculos
C.4 - Elaborar organogramas, fluxogramas e cronogramas
C.5 - Efetuar cálculos
C.6 - Conferir cálculos
C.7 - Redigir atas
C.8 - Elaborar correspondência e/ou documentos, relatórios e apresentações
C.9 - Dar apoio operacional para elaboração de manuais técnicos
C.10 - Emitir notificações
C.11 - Realizar prestação de contas
C.12 - Requisitar pagamentos
C.13 - Ajustar contratos
C.14 - Colher assinaturas
C.15 - Dar apoio operacional para elaboração de relatórios administrativos
C.16 - Elaborar plano de trabalho
D - ACOMPANHAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
D.1 - Verificar prazos estabelecidos
D.2 - Localizar processos administrativos
D.3 - Acompanhar notificações de não conformidade
D.4 - Encaminhar protocolos internos
D.5 - Solicitar informações cadastrais
D.6 - Atualizar cadastros
D.7 - Atualizar dados de planejamento
D.8 - Acompanhar organogramas, fluxogramas e cronogramas
D.9 - Acompanhar andamento dos pedidos
D.10 - Convalidar publicação de atos
D.11 - Cadastrar avisos de sinistro
D.12 - Expedir ofícios e memorandos
D.13 - Apurar veracidade das informações colhidas em campo
D.14 - Conferir bens dados em garantia
D.15 - Realizar pesquisa cadastral
D.16 - Definir condições de crédito (valor, prazo e garantia)
D.17 - Participar do comitê de crédito
D.18 - Solicitar negativação do cpf (spc, serasa etc)
D.19 - Monitorar cumprimento das etapas dos processos judiciais e administrativos
E - ATENDER CLIENTES E/OU FORNECEDORES E/OU DOADORES
E.1 - Fornecer informações sobre produtos e serviços
E.2 - Identificar natureza das solicitações dos clientes
E.3 - Fornecer informações da empresa
E.4 - Registrar reclamações dos clientes
E.5 - Receber clientes e/ou fornecedores e/ou doadores
E.6 - Identificar perfil dos clientes e/ou fornecedores e/ou doadores
E.7 - Esclarecer dúvidas
E.8 - Solicitar documentos
E.9 - Coletar referências pessoais
E.10 - Fazer levantamento socioeconômico do cliente e/ou doador
E.11 - Realizar reuniões com clientes (proposta, concessão e cobrança)
E.12 - Capacitar clientes
E.13 - Renegociar dívida
E.14 - Analisar viabilidade econômico-financeira do empreendimento
E.15 - Prestar informações sobre os processos judiciais
F - EXECUTAR ROTINAS DE APOIO NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS
F.1 - Executar procedimentos de recrutamento e seleção
F.2 - Executar rotinas de admissão de pessoal

F.3 - Executar rotinas de demissão de pessoal
F.4 - Dar suporte administrativo à área de treinamento
F.5 - Orientar funcionários sobre direitos e deveres
F.6 - Controlar frequência dos funcionários
F.7 - Auxiliar na elaboração da folha de pagamento
F.8 - Controlar recepção e distribuição de benefícios (vale transporte etc.)
F.9 - Atualizar dados dos funcionários
F.10 - Capacitar pessoal
F.11 - Auxiliar na avaliação de pessoal
F.12 - Auxiliar no controle de pessoal (afastamentos, férias, horas extras etc.)
G - PRESTAR APOIO LOGÍSTICO
G.1 - Controlar material de expediente
G.2 - Levantar a necessidade de material
G.3 - Requisitar materiais
G.4 - Solicitar compra de materiais
G.5 - Conferir material solicitado
G.6 - Providenciar devolução de material fora de especificação
G.7 - Distribuir material de expediente
G.8 - Controlar expedição de malotes e recebimentos
G.9 - Controlar execução de serviços gerais (limpeza, transporte e vigilância)
G.10 - Pesquisar preços
G.11 - Solicitar entrega de documentos
G.12 - Solicitar recursos de viagens
G.13 - Intermediar contatos
G.14 - Auxiliar na organização de eventos internos
G.15 - Organizar reuniões
G.16 - Participar de reuniões
G.17 - Organizar envio de brindes
G.18 - Organizar o setor
G.19 - Comunicar autorização de entrada de visitantes
G.20 - Prestar serviços de apoio ao sistema judiciário e organizações de serviços jurídicos
G.21 - Solicitar manutenção dos equipamentos
H - PROSPECTAR CLIENTES/ DOADORES
H.1 - Mapear área de atuação
H.2 - Estabelecer roteiro de visitas
H.3 - Identificar parceiros na comunidade
H.4 - Visitar órgãos e instituições
H.5 - Visitar comunidade (comércio, serviços, residências)
H.6 - Programar eventos
H.7 - Organizar eventos
H.8 - Divulgar programa de microcrédito
H.9 - Ministrasr palestras informativas
H.10 - Elaborar listas de clientes potenciais
H.11 - Contatar clientes em potencial (telemarketing)
H.12 - Preparar áreas administrativa e financeira para recebimento e destinação dos recursos arrecados
H.13 - Divulgar projetos sociais
I - ACOMPANHAR DESEMPENHO DO EMPREENDIMENTO
I.1 - Verificar destinação do crédito
I.2 - Orientar procedimentos de gestão
I.3 - Realizar cobrança preventiva
I.4 - Cobrar parcelas vencidas
I.5 - Propor renovação de crédito

Z - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

- Z.1 - Demonstrar iniciativa
- Z.2 - Trabalhar em equipe
- Z.3 - Demonstrar flexibilidade
- Z.4 - Demonstrar capacidade de adaptação de linguagem
- Z.5 - Demonstrar capacidade de negociação
- Z.6 - Demonstrar capacidade de empatia
- Z.7 - Demonstrar capacidade de observação
- Z.8 - Demonstrar persistência
- Z.9 - Demonstrar facilidade de comunicação
- Z.10 - Transmitir credibilidade
- Z.11 - Contornar situações adversas
- Z.12 - Demonstrar criatividade
- Z.13 - Demonstrar autocontrole
- Z.14 - Demonstrar capacidade de organização
- Z.15 - Demonstrar proatividade
- Z.16 - Demonstrar capacidade de cumprir normas de segurança, saúde e sigilo profissional

Recursos de trabalho

Recursos tecnológicos

Máquina de calcular

Legislação e manuais

Material de escritório

Software e hardware

Recursos de comunicação

Agenda

Cartão de identificação

Material promocional

Epi

Escâner

Microcomputador

Software digitalizador

Sistemas de movimentação e arquivamento de process

Impressora

Carimbos

Selos

Etiquetas

Papéis de segurança

Sistemas de cartório

Sistema informatizado de gestão de pessoal

Redes sociais

Ocupações e seus Recursos

Auxiliar de escritório

Assistente administrativo

Atendente de judiciário

Auxiliar de judiciário

Auxiliar de cartório

Auxiliar de pessoal

Auxiliar de estatística

Auxiliar de seguros

Auxiliar de serviços de importação e exportação

Agente de microcrédito

Captador de recursos

Recurso(s) de Trabalho:

Redes sociais

Participantes da descrição

Especialistas

Camila Generoso Ribeiro

Jarbas Carvalho Alcantara

Leidiane De Santana Rodrigues

Luiz Fernando Rezende Dos Santos

Instituições

APDATA DO BRASIL SOFTWARE LTDA

Instituição conveniada responsável

Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas - Fipe - Usp

Glossário

Parceiros - líderes comunitários, diretores de escolas, associações de bairro, igrejas, parceiros comerciais etc.
Eventos - palestras informativas onde o trabalho é divulgado

Relatório da Família

Código	Títulos
4101	Supervisores administrativos

Títulos

4101-05 - SUPERVISOR ADMINISTRATIVO - Agente administrativo supervisor, Chefe administrativo, Chefe de departamento de pessoal, Chefe de escritório, Chefe de expediente - no serviço público, Chefe de serviço de limpeza, Chefe de serviços de coordenação de contratos, Chefe de setor - exclusive no serviço público, Chefe de setor - no serviço público, Chefe de seção - no serviço público, Chefe de seção de expedição, Chefe de seção de serviços administrativos, Chefe de seção de serviços gerais - exclusive no serviço público, Coordenador administrativo, Encarregado administrativo, Encarregado de escritório - exclusive no serviço público, Encarregado de serviço - exclusive no serviço público, Subencarregado de escritório, Supervisor administrativo de escritório, Supervisor administrativo de pessoal, Supervisor administrativo interno, Supervisor de administração, Supervisor de administração e arquivo técnico, Supervisor de seção de serviços gerais

Descrição sumária

Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.

Formação e experiência

O exercício dessa ocupação requer, no mínimo, educação básica acrescida de curso técnico de nível médio na área e três a quatro anos de experiência profissional em trabalhos administrativos. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5. 598/2005.

Condições gerais de exercício

Esses trabalhadores atuam nas mais diversas áreas de empresas públicas ou privadas. São assalariados celetistas ou estatutários. Trabalham em equipe, com supervisão ocasional, em ambiente fechado e em horário diurno. Eventualmente, trabalham em posições desconfortáveis durante longos períodos.

Esta família não compreende

- 3513 - Técnicos em administração
- 4102 - Supervisores de serviços financeiros, de câmbio e de controle

Consulte

- 3513 - Técnicos em administração
- 4102 - Supervisores de serviços financeiros, de câmbio e de controle

Código internacional CIUO88

4122 - Empleados de servicios estadísticos y financieros

Notas

Gacs

A - SUPERVISIONAR ROTINAS ADMINISTRATIVAS

- A.1 - Distribuir serviços
- A.2 - Delegar funções
- A.3 - Criar rotinas administrativas
- A.4 - Implantar rotinas administrativas
- A.5 - Implementar rotinas administrativas
- A.6 - Orientar a execução das rotinas administrativas
- A.7 - Orientar cumprimento de normas e ordens de serviço
- A.8 - Analisar o funcionamento das rotinas administrativas
- A.9 - Supervisionar cronogramas
- A.10 - Propor medidas de simplificação e melhorias das rotinas administrativas

B - COORDENAR SERVIÇOS GERAIS

- B.1 - Coordenar serviço de malote
- B.2 - Coordenar serviço de mensageiro
- B.3 - Coordenar serviço de cartório
- B.4 - Coordenar serviço de transporte
- B.5 - Coordenar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos, mobiliário e instalações
- B.6 - Controlar ligações telefônicas
- B.7 - Coordenar serviços terceirizados
- B.8 - Coordenar serviço de limpeza
- B.9 - Supervisionar serviço de segurança patrimonial
- B.10 - Coordenar serviço de fotocópia

C - ORGANIZAR DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIA

- C.1 - Receber documentos e correspondência
- C.2 - Analisar documentos e correspondência
- C.3 - Classificar documentos e correspondência
- C.4 - Registrar documentos e correspondência
- C.5 - Conferir documentos e correspondência
- C.6 - Encaminhar documentos e correspondências
- C.7 - Organizar arquivos

D - ADMINISTRAR BENS PATRIMONIAIS E MATERIAL DE CONSUMO

- D.1 - Verificar estoque de material de consumo
- D.2 - Solicitar compra de material de consumo
- D.3 - Selecionar fornecedores
- D.4 - Pesquisar preços
- D.5 - Comprar material de consumo e suprimentos
- D.6 - Requisitar compra de material de consumo
- D.7 - Conferir material de consumo
- D.8 - Armazenar material de consumo
- D.9 - Distribuir material de consumo
- D.10 - Vistoriar bens patrimoniais
- D.11 - Comprar bens patrimoniais

E - GERENCIAR EQUIPE

- E.1 - Requisitar pessoal
- E.2 - Selecionar pessoal
- E.3 - Treinar equipe
- E.4 - Definir escala de trabalho
- E.5 - Gerenciar escala de trabalho
- E.6 - Avaliar desempenho da equipe
- E.7 - Remanejar pessoal
- E.8 - Apurar frequência ao trabalho
- E.9 - Gerenciar benefícios

E.10 - Gerenciar segurança do trabalho

F - MANTER ROTINAS FINANCEIRAS

F.1 - Controlar fundo fixo (pequeno caixa)

F.2 - Controlar verbas

F.3 - Pedir autorização de pagamento

F.4 - Controlar contas a pagar

F.5 - Controlar fluxo de caixa

F.6 - Emitir notas fiscais e recibos

F.7 - Controlar contas a receber

F.8 - Conferir notas fiscais

F.9 - Reembolsar despesas

F.10 - Acertar contas de adiantamento

F.11 - Preparar balancete

F.12 - Prestar contas

F.13 - Controlar conta bancária

F.14 - Conciliar contas

F.15 - Recolher impostos

G - COMUNICAR-SE

G.1 - Triar informações

G.2 - Divulgar informações

G.3 - Esclarecer dúvidas

G.4 - Intermediar equipes

G.5 - Elaborar comunicados

G.6 - Elaborar documentos

G.7 - Elaborar relatórios

G.8 - Elaborar correspondência

G.9 - Preencher formulários

G.10 - Redigir contratos

G.11 - Instruir processos

Z - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Z.1 - Demonstrar organização

Z.2 - Trabalhar em equipe

Z.3 - Contornar situações adversas

Z.4 - Demonstrar liderança

Z.5 - Demonstrar responsabilidade

Z.6 - Demonstrar iniciativa

Z.7 - Demonstrar discernimento

Z.8 - Demonstrar flexibilidade

Z.9 - Demonstrar honestidade

Z.10 - Operar recursos de informática

Z.11 - Demonstrar fluência verbal e escrita

Z.12 - Dominar legislação

Recursos de trabalho

Recursos de comunicação

Recursos tecnológicos

Calculadora

Fotocopiadora

Material de escritório (mobiliário)

Material de consumo

Cofre

Legislação

Material bibliográfico

Ocupações e seus Recursos

Supervisor administrativo

Participantes da descrição

Especialistas

Célia Pires De Araújo

Denise Stuber Silva

Dirce Yasuda

Mara Lucia Fernandes Marinho

Marco Antonio Gomes De Almeida

Maria Aparecida Dos Santos

Rosario Sieiro Gonzalez

Instituições

5 A Sec Do Brasil Franchising Ltda.

Clube De Criação De São Paulo

Hochtief Do Brasil S.A.

Novartis Consumer Health Ltda.

Secretaria De Economia E Planejamento

Instituição conveniada responsável

Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas - Fipe - Usp

Glossário

Benefícios : vale-transporte; vale-alimentação ; plano de saúde. Pequeno caixa : fundo fixo. Conciliação de contas : comparar o que foi solicitado com o que foi realizado. Instruir processo : equivale a dizer montar processo.

Doc SEI 3272803



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO XII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato n.º /2026

Processo SEI n.º 0026023-86.2025.6.17.8000

Pregão n.º 90028/2026 - Eletrônico

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ÀS ELEIÇÕES 2026 E SUPERVISÃO, COM ALOCAÇÃO DE POSTOS VINCULADOS À CATEGORIA DE AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO, SOB O REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, **CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE, E _____, NA FORMA ABAIXO:**

CONTRATANTE: A União, por meio do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE, com endereço na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 1160, Graças, Recife/PE, CEP 52010-904, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.790.065/0001-00, neste ato representado pela sua Diretoria-Geral, Bruna Coelho Barreto Campello de Lima, inscrita no CPF/MF sob o n.º 0**.1.2**-05, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso XI, da **Portaria nº 463/2026**, da Presidência do Tribunal.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com endereço na _____, neste ato representada por seu _____, _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

As **CONTRATANTES** têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, sujeitos às normas da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022, ao Pregão que originou a presente contratação e à Proposta de __/__/__, apresentada pela **Contratada**, bem como o(s) anexo(s) que integra(m) este Contrato, independentemente de transcrição, mediante as cláusulas e condições seguintes.

ANEXO I - Instrumento de Medição de Resultado – IMR
ANEXO II - Termo de Nomeação de Preposto
ANEXO III - Termo de Conhecimento de Obrigações do Preposto

- ANEXO IV - Formulário de Cobertura de Profissionais
ANEXO V - Declarações CNJ – Resolução CNJ nº 156/2012 e nº 07/2005

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de apoio às Eleições 2026 e supervisão, com alocação de postos vinculados à categoria de auxiliar de apoio administrativo, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, consoante as especificações estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I do Edital) e na Proposta da **Contratada**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (ANEXO I do Edital).

Parágrafo Único - O objeto desta contratação será realizado sob o regime de execução indireta, mediante empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato será de 28 de agosto de 2026, ou a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se posterior, até 31 de dezembro de 2026.

Parágrafo Primeiro - A existência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal/CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de contratos e eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), nos termos do art. 6º da Lei nº 10.522/2002.

Parágrafo Segundo - Antes de ser formalizada a contratação ou de eventuais aditamentos (prorrogações e acréscimos), a Administração verificará a existência de impedimento mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade/CNCAIA e ao Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União/TCU, emitindo as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, em conformidade com o § 4.º do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes à matéria.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

A **Contratada** receberá da **Contratante** pelos serviços executados o valor global estimado de R\$ _____ (_____), nos termos da proposta da **Contratada**, conforme tabela abaixo:

DIÁRIAS					
1º TURNO					
SETEMBRO / OUTUBRO					
ITEM	PROFISSIONAL	QTD. ESTIMADA DE DIÁRIAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	TOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições	1.534			
TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS 1º TURNO					R\$ 0,00
2º TURNO					
OUTUBRO					
ITEM	PROFISSIONAL	QTD. ESTIMADA DE DIÁRIAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	TOTAL
I	Auxiliar de Apoio às Eleições	876			
TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS 2º TURNO					R\$ 0,00
TOTAL ESTIMADO DIÁRIAS 1º E 2º TURNOS					R\$ 0,00

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** receberá da **Contratante** pelos serviços executados, referente ao 1º Turno das Eleições, o valor total de R\$ _____ (_____).

Parágrafo Segundo - Na hipótese de realização do 2º Turno, a **Contratada** receberá da **Contratante** pelos serviços executados o valor total de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor total estimado de R\$ _____ (_____).

Parágrafo Terceiro - Todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **Contratada**.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados na proposta, em moeda corrente, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal fatura, após o recebimento definitivo dos serviços atestados pelo gestor da contratação, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será efetuado mensalmente, condicionado ao prévio atesto dos serviços pelo Gestor e à comprovação da quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias vencidas relativas ao contrato, conforme documentação comprobatória a ser submetida à fiscalização administrativa nos

prazos e condições discriminados no Termo de Referência (ANEXO I ao Edital do Pregão que gerou este Contrato).

Parágrafo Segundo – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo Terceiro – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Quarto – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Quinto - A nota fiscal deverá conter a indicação sobre o enquadramento da empresa na Lei de Desoneração nº 11.774/2008, indicando o percentual de retenção de INSS, bem como informando se o ISS foi ou não recolhido no município tomador, conforme Lei Complementar nº 116/2003, observadas as disposições legais e a planilha de custos e formação de preços apresentada pela contratada durante a licitação.

Parágrafo Sexto - A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações fiscais impostas à **Contratada**, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

Parágrafo Sétimo - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado – IMR (ANEXO I deste Contrato), o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

Parágrafo Oitavo - Ocorrerá, ainda, a glosa no pagamento devido à **Contratada**, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme Instrumento de Medição de Resultado – IMR, anexo a este Contrato, ressalvada a possibilidade de notificação nas primeiras ocorrências.

Parágrafo Nono - A **Contratada** deverá, **mensalmente**, informar as ausências em virtude de “afastamento maternidade”, “ausência por doença”, “licença paternidade”, “ausências legais” e “ausência por acidente de trabalho”, bem como as ocorrências de aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado.

Parágrafo Décimo - O número do CNPJ, constante das notas fiscais/faturas, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do Pregão que originou o presente Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da **Contratada** (matriz/filial) encarregado da execução deste Contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

Parágrafo Décimo Segundo - Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital que originou o presente Contrato. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a Contratada para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do contrato, por descumprimento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da **Contratada**.

Parágrafo Primeiro - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

Parágrafo Segundo - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

Parágrafo Terceiro - Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

Parágrafo Quarto - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

Parágrafo Quinto - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

Parágrafo Sexto - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Parágrafo Sétimo - Na repactuação, a **Contratante** não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

Parágrafo Oitavo - Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a **Contratada** efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

Parágrafo Nono - A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

Parágrafo Décimo - Quando a repactuação solicitada pela **Contratada** se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

$$R = \text{Valor do reajustamento procurado;}$$

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

Parágrafo Décimo Primeiro - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **Contratante** pagará à **Contratada** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a **Contratada** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Parágrafo Décimo Segundo - Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

Parágrafo Décimo Terceiro - Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo Décimo Quarto - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Décimo Quinto - Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

Parágrafo Décimo Sexto - Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

Parágrafo Décimo Sétimo - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

Parágrafo Décimo Oitavo - Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

Parágrafo Décimo Nono - O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

Parágrafo Vigésimo - Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível à **Contratante** ou à **Contratada** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

Parágrafo Vigésimo Segundo - A **Contratante** decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento, pela **Contratada**, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

Parágrafo Vigésimo Terceiro - O prazo referido no parágrafo anterior ficará suspenso enquanto a **Contratada** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

Parágrafo Vigésimo Quarto - A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

Parágrafo Vigésimo Quinto - As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Vigésimo Sexto - A **Contratada** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

Parágrafo Vigésimo Sétimo - A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela **Contratada** a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

Parágrafo Vigésimo Oitavo - A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **Contratada** não tenha concorrido de alguma forma para o fato, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TRE/PE, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária será calculada aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX/100) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438365365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Único - A atualização financeira prevista no *caput* desta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte à da ocorrência do atraso do pagamento.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da **Contratante**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA-BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

As provisões de encargos trabalhistas, a serem pagas pela **Contratante** à **Contratada**, serão **destacadas** do valor mensal deste Contrato e depositadas no Banco do Brasil em conta-depósito vinculada específica - bloqueada para movimentação, em nome da **Contratada**, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem da **Contratante**, conforme Resolução n.º 651/2025 do Conselho Nacional de Justiça e suas alterações, Instrução Normativa n.º 06/2020 do Tribunal Superior Eleitoral e Instrução Normativa n.º 29/2019 do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Parágrafo Primeiro - A **Contratada** deverá providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, em até 20 (vinte) dias a contar da notificação da **Contratante**, sob pena de multa e rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo - Os saldos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação serão remunerados conforme Termo de Cooperação Técnica nº 06/2024 firmado com o Banco do Brasil S.A.

Parágrafo Terceiro - O Termo de Cooperação Técnica nº 06/2024 estabelecerá eventuais despesas com abertura e manutenção da conta-depósito vinculada bem como o índice de remuneração.

Parágrafo Quarto - As despesas tratadas no Parágrafo Terceiro para abertura e manutenção da conta depósito vinculada deverá, caso seja cobrada pela instituição financeira e esta promova o desconto diretamente na conta depósito, ser suportada na taxa de administração constante da proposta comercial da empresa, e serão retidos do pagamento mensal devido à **Contratada** e depositados na conta depósito vinculada.

Parágrafo Quinto - Deixarão de compor o valor do pagamento mensal da **Contratada**, os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAP/SEBRAE etc) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, previstos para o período de contratação, para serem depositados em conta depósito vinculada.

Parágrafo Sexto - O montante mensal do depósito vinculado será obtido mediante aplicação dos percentuais indicados no ANEXO II do Edital - Planilha Orçamentária de Referência - sobre o somatório da remuneração mensal dos profissionais indicados pela **Contratada** para ocupação dos postos de trabalho, correspondentes às rubricas abaixo:

I - férias;

II - 1/3 constitucional;

III - 13º salário;

IV - multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

V - incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

Parágrafo Sétimo - Os valores provisionados para o atendimento do disposto no Parágrafo Sexto serão destacadas das planilhas de custos e formação de preços constantes da proposta.

Parágrafo Oitavo - A movimentação da conta vinculada será autorizada nas seguintes hipóteses:

I - pagamento direto aos empregados: quando a **Contratante** autorizar e solicitar ao Banco do Brasil S.A a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos; e

II - resgate pela **Contratada**: quando comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

Parágrafo Nono - Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese do inciso II acima, a **Contratada** deverá apresentar à **Contratante** os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução deste contrato.

Parágrafo Décimo - A **Contratada** deverá apresentar, conforme as situações previstas no Parágrafo Oitavo, a seguinte documentação para requerer a liberação das verbas trabalhistas e previdenciárias:

I - no caso de férias e do terço constitucional:

a) aviso de férias assinado pelo funcionário;

b) comprovante de depósito bancário na conta do funcionário, ou recibo de férias assinado, do valor referente às férias e ao seu terço constitucional; e

c) relatório completo extraído do sistema FGTS Digital ("Detalhe da Guia Emitida"); GFD (Guia do FGTS Digital); DCTFWeb (integrada, no mínimo, pelo relatório da declaração completa e pelo recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários); e DARF (guia do INSS) da competência em que foram pagas as verbas de férias, com os respectivos comprovantes de pagamento;

d) Consulta Totalizador da Contribuição Previdenciária da competência em que foram pagas as verbas de férias, referente a cada empregado alocado que as usufruiu.

II - no caso de décimo terceiro salário:

- a) folha de pagamento da competência em que for paga a primeira parcela do décimo terceiro salário;
- b) comprovante de depósito bancário na conta do funcionário, contracheque ou recibo assinado, da primeira parcela;
- c) folha de pagamento da competência em que for paga a segunda parcela do décimo terceiro salário;
- d) comprovante de depósito bancário na conta do funcionário, contracheque ou recibo assinado, da segunda parcela; e
- e) relatório completo extraído do sistema FGTS Digital (“Detalhe da Guia Emitida”); e GFD (Guia do FGTS Digital) da competência do recolhimento fundiário sobre as verbas de décimo terceiro salário, com os respectivos comprovantes de pagamento;
- f) DCTFWeb 13º Salário (anual - integrada, no mínimo, pelo relatório da declaração completa e pelo recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários) e DARF (guia do INSS) do 13º, com o respectivo comprovante de pagamento;
- g) Consulta Totalizador da Contribuição Previdenciária da competência do recolhimento previdenciário sobre as verbas de décimo terceiro salário, referente a cada empregado alocado que as recebeu.

III - no caso de rescisão do contrato de trabalho:

- a) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e Termo de Quitação Rescisão de Contrato de Trabalho (TQCT) assinados;
- b) comprovante de depósito bancário na conta bancária de titularidade do empregado, ou recibo assinado, dos valores constantes no TRCT;
- c) relatório completo extraído do sistema FGTS Digital (“Detalhe da Guia Emitida”); GFD (Guia do FGTS Digital); DCTFWeb (integrada, no mínimo, pelo relatório da declaração completa e pelo recibo de entrega da declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários); e DARF (guia do INSS) da competência em que foram pagas as verbas rescisórias, com os respectivos comprovantes de quitação;
- d) Consulta Totalizador da Contribuição Previdenciária da competência em que foram pagas as verbas rescisórias, referente a cada empregado dispensado.

Parágrafo Décimo Primeiro - A **Contratante** expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata o inciso I do Parágrafo Oitavo, encaminhando a referida autorização ao Banco do Brasil no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela **Contratada**.

Parágrafo Décimo Segundo - Na situação descrita no inciso II do Parágrafo Oitavo, a **Contratante** solicitará ao Banco do Brasil S/A que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

Parágrafo Décimo Terceiro - Na situação descrita no parágrafo anterior, deverá a **Contratada** fazê-lo no prazo que sejam resguardados todos os trâmites da **Contratante** e o cumprimento dos prazos previstos na legislação trabalhista cuja inobservância é de responsabilidade exclusiva da **Contratada**, na condição de empregadora.

Parágrafo Décimo Quarto - Eventuais saldos remanescentes da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação serão liberados à **Contratada** no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, tratados nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A responsabilidade pela gestão e fiscalização da execução desta contratação ficará a cargo dos representantes da **Contratante** (Gestor e Fiscais), formalmente designados para acompanhar e fiscalizar a execução, atestar as faturas/notas fiscais e alocar os recursos necessários de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **Contratante**:

I - exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **Contratada**, de acordo com este contrato e seus anexos;

II - receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I ao Edital);

III - notificar a **Contratada**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato e o cumprimento das obrigações pela **Contratada**;

V - comunicar à **Contratada** para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI - efetuar o pagamento à **Contratada** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência (ANEXO I ao Edital);

VII - aplicar à **Contratada** as sanções previstas em lei e neste Contrato;

VIII - emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

IX - responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pela **Contratada**, no prazo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, conforme Parágrafo único do art. 123, da Lei nº 14.133/2021;

X - notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XI - assegurar meios para recebimento e tratamento de notícias de assédio moral, sexual e/ou discriminação no ambiente de trabalho, praticado contra algum empregado alocado, nos termos da Resolução CNJ nº 351/2020 e da Instrução Normativa TRE/PE nº 75/2024, observado o que se segue:

a) considerando a obrigação acima e o art. 8º da citada instrução, qualquer profissional que se sinta vítima ou testemunhe ato que possa configurar assédio moral, sexual e/ou discriminação poderá apresentar a correlata notícia;

b) a notícia poderá ainda ser formulada por magistrado(a), servidor(a), estagiário(a) ou contratado(a) que presencie o referido ato;

c) caso fornecida por testemunha em nome de terceiro, a notícia será acolhida para esclarecimento e orientação, realizando-se as demais providências apenas com a manifestação de interesse da pessoa diretamente afetada pelo assédio ou discriminação (art. 8º, parágrafo único, da IN TRE/PE nº 75/2024);

d) a formulação da notícia deverá ocorrer diretamente à Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação ou a outros canais oficiais de recebimento, a exemplo da Ouvidoria do Tribunal, através, neste caso, do contato (81) 98200-9005 no WhatsApp (balcão virtual), do telefone (81) 3194-9200 - Opção 5 (Falar com a Ouvidoria), do e-mail ouvidoria@tre-pe.jus.br, do link <https://www.tre-pe.jus.br/institucional/ouvidoria/cadastro-de-solicitacao>, ou presencialmente;

e) o canal receptor da notícia, caso diverso da Comissão, deverá, ao tomar ciência, encaminhá-la à Comissão em prazo não superior a 10 (dez) dias, resguardados o sigilo e os compromissos de confidencialidade estabelecidos no encaminhamento, e vedado o anonimato (arts. 9º e 10 da IN TRE/PE nº 75/2024);

f) recebida a notícia pela Comissão, adotar-se-á o procedimento do capítulo IV da IN TRE/PE nº 75/2024.

Parágrafo Único - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **Contratada** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **Contratada**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **Contratada**:

I - executar os serviços objeto do presente contrato, com observância das normas previstas nos instrumentos editalício e contratual, na sua proposta e na legislação vigente:

a) os empregados deverão ser vinculados à **Contratada**, única e exclusiva responsável pelo pagamento da sua remuneração, e por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários incidentes.

II - alocar profissional especializado para o desenvolvimento dos serviços, o qual poderá, a qualquer tempo, ser substituído a pedido da **Contratante**;

III - selecionar, rigorosamente, os profissionais que prestarão o serviço;

IV - capacitar e treinar seu empregado com relação às normas de procedimento nas dependências da **Contratante**, as quais serão por essa fornecida, bem como quanto à rotina de trabalho;

V - prestar o serviço após seleção rigorosa, capacitação e treinamento, em conformidade com as normas e procedimentos adotados por este Tribunal, quais sejam:

a) observar as normas internas de postura e comportamento no serviço, previstas no Código de Ética do TRE/PE;

b) manter a necessária discrição em relação às atividades exercidas no TRE/PE;

c) tratar com urbanidade o público em geral e os servidores da **Contratante**, atendendo a todos igualmente, sem distinção de qualquer ordem;

d) ser assíduo e pontual e, em caso de necessidade de ausência, comunicar ao supervisor com a maior brevidade possível, para fins de substituição e não interrupção da prestação dos serviços;

e) comunicar ao preposto todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra a ordem e o patrimônio da **Contratante**;

f) desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e/ou segurança do trabalho;

g) zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho;

VI - cumprir e fazer com que seus empregados cumpram as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e legislação ambiental e sanitária vigente, bem como as normas disciplinares e demais regulamentos da **Contratante**, bem como tratar com cortesia todas as pessoas com que tiverem contato no local de execução dos serviços;

VII - acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da **Contratante**;

VIII - zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora da **Contratante**, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

IX - observar as regras contidas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Resolução TSE nº 23.650/2021;

a) É dever da **Contratada** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

X - responder por quaisquer roubos, subtrações ou atos prejudiciais, comprovadamente praticados pelo seu profissional, que venham a ocorrer no local, durante a execução dos serviços;

XI - responder por quaisquer acidentes de que possa ser vítima seu profissional, e, ainda, por danos eventuais causados ao TRE/PE, bem como a terceiros, quando praticados, ainda que involuntariamente, por seu profissional, cabendo-lhe a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso;

XII – prestar, ao profissional, orientações acerca da necessidade de comunicar, à **Contratada**, eventuais ausências suas ao serviço, por qualquer que seja o motivo, a fim de agilizar sua substituição;

XIII – substituir, no prazo de até 2 (dois) dias contados a partir da comunicação oficial da **Contratante**, o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas em relação ao substituído, quando esse não comparecer ao serviço, por qualquer motivo;

XIV - manter o profissional alocado neste Tribunal com a devida identificação, quando em serviço nas dependências da Justiça Eleitoral, fornecendo crachá de identificação em plástico, com cordão, com nome da empresa prestadora do serviço, nome do funcionário e função desempenhada, sem que isto constitua vínculo empregatício com a **Contratante**;

XV - não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

a) comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

b) para efeito de comprovação da comunicação, a **Contratada** deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

XVI - arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

XVII - fornecer à **Contratante** a cada mês, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do encerramento do mês anterior, dados dos empregados alocados, em observância aos arts. 10 e 11 da Resolução CNJ nº 587/2024, observado que:

a) o fornecimento poderá ser efetuado e comprovado através de mensagem eletrônica para o endereço sesec@tre-pe.jus.br, da Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo, unidade fiscalizadora da contratação.

XVIII - orientar os profissionais sobre a possibilidade de noticiar assédio moral, sexual e/ou discriminação no ambiente de trabalho, os canais oficiais do Tribunal para apresentação da notícia, e o correlato procedimento, conforme disposto no inciso XI da Cláusula Décima Segunda deste instrumento.

XIX - fornecer à Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo da **Contratante**, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do início da vigência deste contrato:

a) relação dos profissionais contendo nome completo, cargo ou função, números dos documentos pessoais (RG e CPF), identificação de raça/cor, identidade de gênero, e locais dos postos de trabalho dos profissionais;

b) comprovação de realização dos exames médicos (Atestado de Saúde Ocupacional - ASO), consoante regra da CLT; contrato de trabalho e o registro da anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

c) comprovação de que os empregados alocados atendem aos requisitos mínimos de qualificação exigidos no Termo de Referência (ANEXO I do Edital);

d) declaração de optante pelo vale-transporte devidamente assinado pelo empregado;

e) documento contendo informações sobre os dados bancários vinculados ao CNPJ do credor na apresentação do primeiro faturamento.

e.1) eventuais mudanças no domicílio bancário deverão ser comunicadas previamente à unidade de execução orçamentária e financeira;

XX - realizar o exame de saúde (admissional, demissional e periódico) do seu empregado, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes do exame, como transporte, alimentação e outras especificadas;

XXI - fornecer ao profissional, por dia de trabalho, vale-transporte (ida e volta), de acordo com o local de sua residência, observado o seguinte:

a) a entrega deverá ser efetuada no 1º dia de vigência deste contrato, para o 1º mês, e, no máximo, até o último dia útil do mês anterior, para os meses seguintes;

b) não será permitida a entrega de parcelas;

c) a **Contratada** deverá apresentar relação mensal do(s) empregado(s) que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

XXII - efetuar o pagamento do salário do(s) empregado(s) alocado(s) na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do **empregado**, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da **Contratante**;

a) Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a **Contratada** deverá apresentar justificativa, a ser analisada pela **Contratante**, com verificação do pagamento.

XXIII - recolher ao sindicato obreiro, sem ônus de quaisquer espécies para os representados da entidade profissional, a contribuição social prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;

XXIV - fornecer ao profissional, mensalmente, auxílio-alimentação, em consonância com as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, observadas as seguintes disposições:

a) deverão ser observadas as instruções contidas no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT;

b) as empresas que não participam do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) deverão considerar o valor do auxílio-alimentação no item salarial da remuneração, sem incluir tal valor no item benefícios mensais e diários, visto possuir natureza salarial;

c) a entrega deverá ser efetuada até o 1º dia de vigência deste contrato, para o 1º mês, e, no máximo, até o último dia útil do mês anterior para os meses seguintes, não sendo permitida a entrega parcelada;

d) o auxílio deverá ser fornecido em formato que permita sua fácil utilização pelo empregado, devendo implementar-se solução de mercado (vales ou cartões) bem aceita nos estabelecimentos comerciais locais, que não privem ou dificultem seu usufruto;

XXV - implantar registro de controle de presença dos profissionais, disponibilizado por meio de sistema informatizado online (web), o qual informe, além dos horários de entrada e saída, o total de horas trabalhadas por dia e por mês, a partir do primeiro dia de vigência deste contrato, conforme as seguintes especificações:

a) o sistema de controle de frequência deverá ser disponibilizado na Internet, com acesso por navegador web, através de protocolo http ou https, de forma a não ser necessária a instalação de nenhum software extra nos equipamentos dos cartórios eleitorais e postos de atendimento;

b) os prestadores de serviço serão cadastrados individualmente pela **Contratada**, com, no mínimo, matrícula, nome, login e senha;

c) o registro no sistema deverá ser efetuado por login e senha individuais;

d) o perfil de acesso dos prestadores de serviço deverá permitir o acompanhamento apenas da sua própria folha de frequência;

e) os integrantes da Fiscalização do contrato receberão um login e senha do sistema para acompanhamento do registro de frequência de todos os profissionais alocados na sua unidade;

f) o sistema deve registrar fielmente as marcações efetuadas, não sendo permitida qualquer ação que desvirtue os fins legais a que se destina, tais como:

f.1) restrições de horário à marcação do ponto;

f.2) marcação automática do ponto, utilizando-se horários predeterminados ou o horário contratual;

f.3) exigência, por parte do sistema, de autorização prévia para marcação de jornada extraordinária;

f.4) existência de qualquer dispositivo que permita a alteração dos dados registrados pelo empregado.

g) a **Contratada** deverá garantir o funcionamento do sistema de controle de frequência dos prestadores de serviços durante todo o período da execução dos serviços;

h) o sistema deverá emitir os seguintes relatórios para utilização da Fiscalização:

h.1) relatório de frequência individualizado por posto de serviço, por período informado, contendo todos os horários de entrada e saída e a totalização das horas realizadas, além das horas extras com acréscimo de 50% e horas extras com acréscimo de 100%;

h.2) relatório de horas trabalhadas por local, por período informado, contendo as horas realizadas por postos de serviço, bem como a totalização das horas realizadas, além das horas extras com acréscimo de 50%, horas extras com acréscimo de 100% e os respectivos totais;

h.3) relatório com Resumo Geral das Horas Trabalhadas, por período informado, contendo, discriminadamente, todos os locais onde os serviços foram realizados, com os totais das horas realizadas, além das horas extras com acréscimo de 50%, horas extras com acréscimo de 100% e os respectivos totais, cujo envio deverá ser no máximo, até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços;

h.4) os relatórios dos itens acima deverão ser exportáveis no formato CSV, para posterior importação no Microsoft Excel ou similar.

i) as falhas ou defeitos ocorridos no sistema de controle de frequência, durante o período da prestação de serviços, deverão ser reparados pela **Contratada**, sem ônus adicional para a **Contratante**;

XXVI - viabilizar e comprovar, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao do início da execução contratual, o acesso de seu empregado, via *internet*, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, em conformidade com o Acórdão n.º 1214/2013 – Plenário, do TCU;

XXVII - viabilizar e comprovar, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao do início da execução contratual, o acesso de seu empregado, via *internet*, por meio de senha própria, ao sistema do Operador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CEF), com o objetivo de verificar se as suas contribuições fundiárias foram recolhidas, em conformidade com o Acórdão n.º 1214/2013 – Plenário, do TCU;

XXVIII - oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

XXIX - instituir banco de horas para seus empregados postos à disposição da **Contratante**, nos termos da legislação vigente, obedecida à carga horária de **44 (quarenta e quatro)** horas semanais, de forma que as horas trabalhadas a menor ou a maior sejam compensadas dentro do período de vigência contratual, observado o que segue:

a) a **Contratada** deverá firmar acordo individual escrito ou acordo coletivo, junto ao Sindicato competente, nos termos da legislação vigente para fins de compensação de horas;

b) a **Contratada** deverá manter um controle efetivo do quantitativo de horas trabalhadas, a cada mês, devendo informar, mensalmente, à Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo da **Contratante** o saldo de horas a compensar através de Relatório de Horas Trabalhadas;

XXX – realizar o pagamento *in pecunia* dos serviços extraordinários eventualmente prestados, desde que não possa ser realizada a compensação de jornada ou não haja saldos a utilizar no banco de horas do empregado;

XXXI - apresentar à Seção de Serviços Contínuos, ao final de cada mês da prestação do serviço, os Formulários de Cobertura (ANEXO IV deste Contrato) em razão de afastamentos do empregado alocado, sejam quais forem os motivos ensejadores das substituições, os quais deverão estar claramente descritos no formulário;

XXXII - cumprir e fazer com que seus trabalhadores cumpram as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, legislação ambiental/sanitária vigente, normas disciplinares e demais regulamentos do **Contratante**, bem como tratar com cortesia todas as pessoas com as quais tiverem contato no local de execução dos serviços;

XXXIII - disponibilizar mão de obra com conhecimentos em: coleta seletiva de materiais e reciclagem e adoção de práticas para redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas vigentes; aspectos de higiene e segurança do trabalho, observadas as normas vigentes; questões ambientais, relativas à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de água e demais bens, e recursos naturais, observadas as normas vigentes e as atividades socioambientais do TRE-PE;

XXXIV - orientar seus empregados sobre a adoção de medidas mitigadoras de desperdício de água e preservações dos recursos hídricos, nos termos da legislação vigente;

XXXV - acatar as orientações da Assessoria em Gestão Socioambiental (AGS) quanto ao fornecimento de materiais e execução dos serviços contratados;

XXXVI - responsabilizar-se por todas as obrigações que venham a ser previstas na Convenção Coletiva de Trabalho adotada;

XXXVII - recolher ao sindicato obreiro, sem ônus de quaisquer espécies para os representados da entidade profissional, para cada um dos seus funcionários, a contribuição social prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, se houver;

XXXVIII - orientar seus funcionários acerca das regras e obrigações aqui descritas antes do início da execução contratual e sempre que admitir novos funcionários;

XXXIX - ofertar, a critério da **Contratante**, aos profissionais alocados no contrato, treinamento ou capacitação anual acerca das regras e obrigações aqui descritas;

XL - instalar e manter, durante toda a vigência contratual, inclusive por ocasião de eventuais prorrogações, escritório nesta Capital, funcionando em horário comercial, cujos custos devem estar estimados pela **Contratada** em sua taxa de administração, observado o que se segue:

a) o escritório deve possuir estrutura física, equipamentos e funcionários em número suficiente e com autonomia para resolver - em tempo hábil - questões relacionadas ao cumprimento das obrigações assumidas pela **Contratada** em razão do presente contrato;

b) havendo mudança de endereço, deverá a ocorrência ser imediatamente comunicada aos Gestores/Fiscais do Contrato;

c) a **Contratada** deverá disponibilizar sistema de comunicação eficiente (telefone, conta de e-mail, celular e outros) para atendimento das demandas da **Contratante**.

XLI- designar formalmente preposto, conforme Modelo constante do Termo de Nomeação de Preposto (ANEXO II deste Contrato), com amplos poderes para representar a **Contratada** judicial e extrajudicialmente, o qual acompanhará o contrato e será o elo da empresa com a **Contratante**, com poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual;

LXII - indicar endereço e telefone onde o preposto possa ser encontrado em horário comercial para realizar os seguintes atos durante a execução do contrato, dentre outros, inerentes à prestação de serviços, além das obrigações constantes do Termo de Conhecimento de Obrigações do Preposto (ANEXO III deste Contrato):

a) comparecer a este Regional, quando solicitado, para resolver questões relativas aos serviços objeto da contratação;

b) fiscalizar e ministrar as orientações necessárias aos profissionais prestadores do serviço;

c) proceder às substituições dos profissionais quando ocorrerem as ausências por qualquer motivo;

d) adotar as providências necessárias nos casos de acidente de trabalho;

e) manter contato direto e constante com os fiscais e gestores do contrato, designados pela Administração, a fim de prestar todas as informações relativas ao contrato e adotar todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

f) regularizar pendências relacionadas a vales-alimentação, vales-transporte, salários e demais benefícios, bem como fiscalizar as condições de apresentação dos empregados, incluindo o uso adequado dos uniformes e identificação;

g) assinar declaração de comparecimento no verso do formulário "Relação de Falhas Diárias", que compõe o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, por ocasião das visitas ao TRE-PE, agendadas pelo fiscal técnico/setorial do contrato;

XLIII - autorizar a **Contratante**, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos empregados alocados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

XLIV - assumir, integral e exclusivamente, a responsabilidade das obrigações decorrentes deste contrato;

XLV - assumir danos e/ou prejuízos que ocorrerem em decorrências dos serviços contratados;

XLVI - Não subcontratar, ceder ou transferir, parcial ou totalmente, o objeto deste contrato;

XLVII - cumprir, durante todo o período de execução deste contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

XLVIII - comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XLIX - atender à Resolução CNJ nº 401/2021, que versa sobre o desenvolvimento de diretrizes e acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão;

L - atender ao que dispõe a Resolução CNJ nº 255/2018 (e alterações) relativa à equidade de gênero:

a) durante toda a execução contratual, a **Contratada** deverá garantir que não haja redução dos percentuais indicados nas Resoluções CNJ nº 255/2018 (e alterações) e nº 497/2023.

LI - destinar percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas para mulheres em condições de vulnerabilidade econômico-social, em atendimento ao art. 25 da Lei 14.133/2021 e ao Programa Transformação criado pelo Conselho Nacional da Justiça - CNJ na Resolução 497/2023;

a) a **Contratada** deverá entrar em contato com instituições responsáveis por promover políticas públicas e ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento dos direitos das mulheres para recrutamento de pessoal mediante processo seletivo, observadas as normas internas da empresa, desde que sejam atendidos os requisitos profissionais necessários para o exercício das atividades elencadas nesta contratação.

a.1) deverão ser consultadas as Secretarias da Mulher (órgãos vinculados ao Poder Executivo Municipal) que possuem Acordo de Cooperação Técnica firmado com este TRE/PE (ACT nº 07/2024, ACT nº 08/2024, ACT nº 09/2024).

LII – observar, no que couber, além das mencionadas acima, as normas, determinações e orientações do TCU, CNJ e outros órgãos de controle, bem como as do TSE e TRE/PE.

Parágrafo Único – A **Contratada** obrigar-se-á também a:

I – manter-se em situação regular junto ao CADIN;

II - manter, durante a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

III - comunicar à **Contratante** qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço apresentado durante o Pregão;

IV - apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos no Termo de Referência (ANEXO I ao Edital), no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da assinatura deste contrato, observado o seguinte:

a) o setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no Capítulo “Critérios de Sustentabilidade”, do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

V - atender à Resolução CNJ nº 400/2021, atinente à política de sustentabilidade no Poder Judiciário, com as alterações promovidas pelas Resoluções CNJ nº 550/2024, nº 594/2024 e nº 641/2025;

VI - conceder um dia de ausência ao serviço para a realização de exames preventivos de saúde pelos profissionais, sem acréscimo de ônus para a **Contratada**, salvo se já houver previsão de benefício similar

na convenção coletiva da categoria e o ônus da reposição da mão de obra houver sido previsto no custo da contratação (art. 2º da Recomendação nº 162/2025 do CNJ);

VII – responsabilizar-se pela garantia dos serviços prestados na forma do disposto no Termo de Referência (Anexo I do Edital);

VIII - informar à **Contratante** qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso.

IX - manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame durante toda a execução do objeto;

X - cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

XI - não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

XII - não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

XIII - não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

XIV - receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A **Contratada** apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **Contratante**, contado da assinatura deste contrato, comprovante de prestação de garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, cabendo à **Contratada** optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Parágrafo Primeiro – Caso a **Contratada** opte pela modalidade seguro-garantia, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura deste contrato.

Parágrafo Segundo - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia a apólice deverá ter validade durante a vigência deste contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a **Contratada** não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Terceiro - A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Parágrafo Quarto - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no Parágrafo Quinto deste contrato.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a **Contratada** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Parágrafo Sexto - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **Contratada**, quando couber.

Parágrafo Sétimo - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no Parágrafo Sexto, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Oitavo - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **Contratante**, em conta específica na Caixa Econômica Federal/CEF, com correção monetária.

Parágrafo Nono - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

Parágrafo Décimo - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Parágrafo Décimo Primeiro - No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Parágrafo Décimo Segundo - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **Contratada** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

Parágrafo Décimo Terceiro – A **Contratante** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, observado o seguinte:

- a) O emitente da garantia ofertada pela **Contratada** deverá ser notificado pela **Contratante** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- b) Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Parágrafo Décimo Quarto - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de

declaração da **Contratante**, mediante termo circunstanciado, de que a **Contratada** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

Parágrafo Décimo Quinto - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Parágrafo Décimo Sexto - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **Contratante** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **Contratada**.

Parágrafo Décimo Sétimo - A **Contratada** autoriza a **Contratante** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

Parágrafo Décimo Oitavo - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência (ANEXO I do Edital).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **Contratada** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas à **Contratada** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando a **Contratada** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021](#));

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do *caput* desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do do *caput* desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

IV) Multa:

a) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

b.1) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do caput desta cláusula, de 5% a 15% do valor do Contrato;

d) compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput desta cláusula, de 2% a 8% do valor do Contrato;

e) para infração descrita na alínea “b” do caput desta cláusula, a multa será de 2% a 12% do valor do Contrato;

f) para infrações descritas na alínea “d” do caput desta cláusula, a multa será de 1% a 7% do valor do Contrato;

g) para a infração descrita na alínea “a” do caput desta cláusula, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações que não se justificam a imposição de penalidade multa e que a empresa não tenha cometido a infração de forma reincidente.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **Contratante** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021)

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133,/2021), observadas as seguintes disposições:

I) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

II) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **Contratante** à **Contratada**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021), conforme o caso;

III) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **Contratada**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Quinto - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

I) a natureza e a gravidade da infração cometida;

II) as peculiaridades do caso concreto;

III) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV) os danos que dela provierem para a **Contratante**;

V) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sexto - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Sétimo - A personalidade jurídica da **Contratada** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **Contratada**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Oitavo - A **Contratante** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Nono - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Décimo - Para fins da apuração de responsabilidade e aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133 de 2021, decorrentes do cometimento das irregularidades ou infrações previstas no seu art. 155, garantidos os princípios constitucionais, em especial, os do contraditório e da ampla defesa, será aplicado o disposto na Instrução Normativa TRE/PE nº 77/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **Contratante**, quando essa não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme abaixo:

a) a extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **Contratada** pela **Contratante** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

b) caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este parágrafo ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Segundo - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observado o seguinte:

a) nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

b) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

c) se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Terceiro - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) das indenizações e multas.

Parágrafo Quarto - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Quinto - O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito da **Contratante** e à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Sexto - A **Contratante** poderá conceder prazo para que a **Contratada** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

Parágrafo Sétimo - Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela **Contratada** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Parágrafo Oitavo - Até que a **Contratada** comprove o disposto no item anterior, a **Contratante** reterá:

a) a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

b) os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Parágrafo Nono - Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da **Contratada** no prazo de 15 (quinze) dias, a **Contratante** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido à **Contratada** (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo Décimo - A **Contratante** poderá ainda:

a) nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **Contratada**, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

b) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da **Contratada**, decorrentes do contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a **Contratada** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da **Contratante** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da execução do Contrato correrá por conta dos seguintes elementos orçamentários:

Natureza da Despesa: 3390.37.01 – Locação de Mão de Obra /Apoio Administrativo Técnico e Operacional.

Nota de Empenho - xxxxxxxxxxxx, de xx/xx/xx

Valor - R\$ xxxxxxxxx

Parágrafo Único - Para os exercícios futuros, após a disponibilização orçamentária, o TRE/PE emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, e será lavrado o correspondente apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei nº 13.709/2018, Resolução TSE nº 23.650/2021 e Resolução TRE-PE nº 390/2021 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito da **Contratante**, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

Parágrafo Primeiro - É vedada à **Contratada** a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto deste contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Segundo - A **Contratada** deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Parágrafo Terceiro - Caberá à **Contratada** implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para as finalidades estritamente necessárias à execução do contrato.

Parágrafo Quarto - A **Contratada** compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ele atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este Tribunal.

Parágrafo Quinto - A **Contratada** deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com a **Contratante**, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Sexto - A **Contratada** deverá informar, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, à **Contratante**, e esta deverá informar ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Sétimo - A **Contratada** é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados. A responsabilização da Contratada será afastada caso seja comprovada a culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro, conforme disposto no art. 43, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Parágrafo Oitavo - A **Contratada** deverá tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **Contratante** e em conformidade com esta cláusula, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **Contratante**, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

Parágrafo Nono - O não cumprimento do estipulado nesta cláusula pela Contratada enseja a aplicação de sanções e extinção contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Este contrato será regido pela Lei nº 14.133/2021, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICIDADE

O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da **Contratante** na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

O Foro da Justiça Federal, da Cidade de Recife/PE, Seção Judiciária de Pernambuco, é o competente para dirimir os litígios que decorreram da execução deste termo de contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por se acharem assim, justos e acordados, Contratante e Contratada firmam o presente Contrato assinado eletronicamente.

Recife, xx de xxxxxx de 2026.

CONTRATANTE - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE/PE
BRUNA COELHO BARRETO CAMPELLO DE LIMA
Diretora-Geral
CPF/MF n.º 0**.**1.2**-05

CONTRATADA - _____
Representante Legal
CPF/MF ***.***.***-**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

**Contrato n.º /2026
ANEXO I**

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

Os preços estabelecidos neste Contrato para a realização dos serviços se referem à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam a assegurar ao Contratante e à Contratada o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o 5º dia útil do mês seguinte o “**Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida**”, que conterá, no mínimo:

- número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- número do Contrato;
- partes contratuais;
- síntese do objeto;
- resumo/resultado da avaliação pelo Gestor do contrato - lista mensal de Imperfeições;
- fator de aceitação;
- fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços(uma das cinco faixas);
- ata preenchida conforme item 3

Nas 3 (três) primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo Contratante poderá ser objeto apenas de notificação.

A empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

1 . AVALIAÇÃO PELO GESTOR/GESTOR SUBSTITUTO

Os serviços objeto deste Contrato serão constantemente avaliados pelo Gestor/Gestor substituto do Contratante, que assinalará as falhas na “**Relação de IMPERFEIÇÕES DIÁRIAS**”, com total de ocorrências registradas ao final de cada mês em uma única relação, com mesmos indicadores, intitulada “**Lista Mensal de Imperfeições**”.

2 . RELAÇÃO DE IMPERFEIÇÕES DIÁRIAS / LISTA MENSAL DE IMPERFEIÇÕES

As Relações de Imperfeições Diárias deverão ser semanalmente apresentadas pelo GESTOR do Contratante ao preposto da Contratada, que as assinará, dando conhecimento das ocorrências apontadas.

2.1. Até o 5º dia útil posterior ao da realização dos serviços contratados, o Preposto da Contratada e o Gestor designado pelo Contratante farão o resumo das ocorrências na LISTA MENSAL DE IMPERFEIÇÕES abaixo, preenchendo cada um dos 5 (cinco) indicativos da avaliação de falhas, totalizando as ocorrências do mês em referência e indicando sinteticamente o dia e o fato gerador na tabela existente em cada item.

LISTA MENSAL DE IMPERFEIÇÕES

SERVIÇO: _____

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: _____ / _____

1 - Inobservância da utilização de uniforme; uso de uniforme incompleto ou inadequado; uniforme excessivamente danificado; deixar de providenciar conjunto completo de uniforme às prestadoras / aos prestadores de serviços; inobservância do uso do crachá de identificação; inobservância do padrão de vestuário complementar ao uniforme.

MEDIÇÃO: Condicionada à verificação pela (o) fiscal do contrato. Para o cômputo da ocorrência serão considerados os dias de atraso da data estabelecida para cumprimento até a resolução do problema.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

2 – Atraso injustificado na apresentação dos documentos originais e respectivas cópias relativas ao profissional alocado neste Tribunal, à Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo – Sesecc, nos prazos contratuais, sejam documentos exigidos ao início do contrato, durante sua execução, ou na finalização da vigência do mesmo.

MEDIÇÃO: Para o cômputo da ocorrência serão considerados os dias de atraso da data estabelecida para cumprimento até a resolução do problema.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

3 - Serviços não realizados ou realizados em desacordo com a descrição das atividades diárias estabelecidas contratualmente.

MEDIÇÃO: Condicionada à verificação pela (o) fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a esta (e), efetuada por servidora / servidor que tenha verificado sua ocorrência.

comunicação à (ao) fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

4 – Falta de cordialidade no trato com servidoras / servidores e usuárias (os) das instalações da Justiça Eleitoral.

MEDIÇÃO: Condicionada à verificação pela (o) fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a esta (e), efetuada por servidora / servidor ou usuária (o) que tenha verificado sua ocorrência. A comunicação à (ao) fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A (o) fiscal registrará a ocorrência acompanhada de informações sobre o fato ocorrido e encaminhará à Gestora / ao Gestor de Contratos que poderá requerer a substituição da (o) prestadora / prestador de serviços.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

5 – Atraso no fornecimento ao profissional dos benefícios mensais/diários a que faz jus (vales-transporte, alimentação, cesta básica e outros que venham a ser instituídos através de instrumentos coletivos de trabalho).

MEDIÇÃO: Para o cômputo da ocorrência serão considerados os dias de atraso da data estabelecida para cumprimento até a resolução do problema.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

6 – Atraso no pagamento de salários, verbas rescisórias e valores referentes a décimos-terceiros salários, terços de férias, adiantamentos de férias e outras vantagens devidas.

MEDIÇÃO: Para o cômputo da ocorrência serão considerados os dias de atraso da data estabelecida para cumprimento até a resolução do problema.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

7 – Atraso no cumprimento de prazos estipulados em comum acordo através de atas de reunião ou correspondência eletrônica.

MEDICÃO: Para o cômputo da ocorrência serão considerados os dias de atraso da data estabelecida para cumprimento até a resolução do problema.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

8 – Atraso no atendimento às solicitações – alicerçadas no contrato ou legislação aplicável – referentes à prestação dos serviços e execução contratual.

MEDICÃO: Para o cômputo da ocorrência serão considerados os dias de atraso da data estabelecida para cumprimento até a resolução do problema.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

9 – Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato; deixar de registrar adequadamente a frequência diária, inclusive quanto ao intervalo intrajornada, se houver.

MEDICÃO: Condicionada à verificação pela (o) fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a esta (e), efetuada por servidora / servidor que tenha verificado sua ocorrência. A comunicação à (ao) fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

10 – Deixar de substituir prestadora / prestador de serviços, quando de afastamento eventual da (o) titular do posto de trabalho, em conformidade com as condições previstas no Termo de Referência.

MEDICÃO: Os registros das ocorrências serão individuais. A empresa deverá substituir a prestadora / o prestador de serviços no prazo fixado no Termo de Referência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

11 – Retirar prestadora / prestador de serviços do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.

MEDICÃO: Condicionada à verificação pela (o) fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a esta (e), efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

12 – Deixar de oferecer, junto com a Nota Fiscal de prestação de serviços, os documentos previstos em contrato necessários ao pagamento, ou atrasar a sua remessa após o prazo oferecido pela fiscalização

MEDICÃO: Condicionada à apuração da ocorrência pela (o) fiscal do contrato. Os registros serão individuais por nota fiscal. Será computada ocorrência quando não houver o encaminhamento de algum dos documentos. No caso de atraso na remessa após ser concedido prazo pela fiscalização, a cada dia de atraso corresponderá uma ocorrência.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

13 – Ausência de fornecimento e/ou não observância da manutenção, nos prazos estabelecidos, das quantidades de materiais e/ou equipamentos necessários à adequada execução dos serviços.

MEDICÃO: Condicionada à verificação pela (o) fiscal do contrato, que anotará o tipo de material ou equipamento não fornecido ou indisponível. A falta de cada material e/ou equipamento específico será considerada ocorrência individual, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data. A cada dia de falta de um material/equipamento, a partir do término do prazo de entrega, corresponderá uma ocorrência.

Total de Ocorrências: _____

Data da ocorrência	Descrição sintética

3. TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS

Diante dos dados constantes na “Lista de Imperfeições”, o Gestor do Contratante e o preposto da Contratada ainda promoverão a tabulação dos mesmos, registrando-os na **Tabela de Imperfeições e Efeitos Remuneratórios** adiante, de modo a identificar o respectivo **percentual de aceitação dos serviços**, registrando todo o procedimento em ata.

TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS – para tabulação dos dados constantes na “Lista de Imperfeições”

Imperfeição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Total (Fator de Aceitação)
Total de ocorrências														
Tolerância (-)	2	2	2	2	1	1	1	1	2	1	1	2	1	
Excesso de Imperfeições (=)														
Peso (X)	2	2	4	3	4	5	2	3	2	3	3	2	3	
Número corrigido (=)														

3.1. Instruções para aplicação desta tabela:

- as listas com indicações das imperfeições identificadas serão inseridas na tabela acima, de modo que o Gestor do Contrato, acompanhado pelo Preposto da Contratada, preencherá as respectivas linhas inteiras, que contemplam hipóteses de verificação da qualidade dos serviços, com base na avaliação própria e/ou na dos usuários;
- após, todas as ocorrências serão somadas na linha TOTAL de ocorrências por tipo de infração, correspondendo a cada uma das colunas. A seguir, do valor totalizado em cada coluna de verificação qualitativa, será deduzido o respectivo valor da TOLERÂNCIA prevista/admitida (por coluna), obtendo-se o valor correspondente, EXCESSO DE IMPERFEIÇÕES, para cada coluna;
- posteriormente, cada valor de excesso de imperfeições será multiplicado pelo PESO indicado em cada coluna, obtendo-se, pois, o NÚMERO CORRIGIDO por tipo de apontamento [cada um dos itens]; os números atribuídos como PESO foram estabelecidos com base em imperfeições de nível baixo (2), nível médio (3), nível alto (4) e nível altíssimo (5);
- ao final, será somada toda a linha com os números corrigidos, obtendo-se um número chamado de FATOR DE ACEITAÇÃO;

Observação: Não serão considerados valores negativos.

A Contratada fará jus ao **percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas abaixo (PERCENTUAL DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS)**, conforme o **fator de aceitação** calculado de acordo com a TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS.

PERCENTUAL DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS - EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos **serviços prestados**.

- Faixa 01 – Fator de Aceitação de 0 a 03: **100%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 02 – Fator de Aceitação de 04 a 33: **95%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 03 – Fator de Aceitação de 34 a 66: **90%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 04 – Fator de Aceitação de 67 a 99: **85%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 05 – Fator de Aceitação de 100 a 132: **80%** de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

DOC SEI 3272807



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

Contrato n.º /2026

ANEXO II

TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Objeto: _____

Por meio deste instrumento, a ...(nome da empresa)... nomeia e constitui seu preposto o(a) Sr.(a) ...(nome do preposto)..., carteira de identidade n.º....., expedida pela, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º, com endereço na, para exercer a representação legal junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e o(a) ...(nome da Contratante – órgão, secretaria...)..., com poderes para receber ofícios, representar a Contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a Contratada nos termos nela constantes, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a Contratada responder ou tomar providências, e para representá-la nos demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Local, de de 2026.

...(assinatura da empresa)...

...(nome do representante legal – confirmar poderes)...

...(qualidade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador...)

...(assinatura do preposto)...



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

Contrato n.º /2026
ANEXO III

TERMO DE CONHECIMENTO DE OBRIGAÇÕES DO PREPOSTO

[NOME DA EMPRESA]

CONTRATO N.º /20

_____, signatário do Contrato n.º ____ / 202____,
e _____, designado Preposto pela empresa,
declaramos ter conhecimento de todas as obrigações atribuídas ao Preposto nomeado para atuar na
execução do referido contrato, conforme especificado no Edital de Licitação n.º _____.

Declaramos, ainda, que o Preposto deve ter capacidade gerencial para tratar de todos
os assuntos previstos no instrumento contratual, o qual deverá, além de ser acessível por intermédio de
telefones fixos e celulares, manter-se nas dependências do CONTRATANTE, das ____ às ____
horas, para, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021, proceder aos contatos com o
representante da Administração durante a execução do contrato e prestar atendimento aos profissionais
em serviço, tais como:

- a) entregar contracheques, vales-transporte e auxílios-alimentação;
- b) acompanhar e controlar, diariamente, o registro de frequência;
- c) emitir relatórios e fornecê-los aos fiscais do contrato quando solicitado;
- d) desenvolver outras atividades de responsabilidade da CONTRATADA, principalmente quanto ao controle de informações relativas ao seu faturamento mensal, bem como realizar a emissão de relatórios e a apresentação de documentos quando solicitado;
- e) manter a ordem, a disciplina e o respeito entre os profissionais alocados na execução do contrato, devendo orientar e instruir os empregados quanto às normas e os regulamentos internos do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;
- f) observar os profissionais quanto ao uso do crachá de identificação, promovendo a correção das falhas verificadas;
- g) aplicar advertências e suspensões, procedendo à devolução às dependências da empresa dos profissionais que não cumprirem com suas obrigações e que cometerem atos de insubordinação, indisciplina ou desrespeito;

h) providenciar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, a substituição do empregado que não comparecer ao posto de trabalho, no prazo máximo de duas horas a partir do início do funcionamento do posto de trabalho;

i) manter cadastro atualizado dos profissionais, de forma que o CONTRATANTE possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento do cargo a ser coberto.

Por fim, declaramos que o Supervisor será responsável por receber notificações e advertências emitidas pelo CONTRATANTE.

Recife, _____ de _____ de _____.

[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO PREPOSTO]

[IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA]



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

Contrato n.º /2026
ANEXO IV

FORMULÁRIO DE COBERTURA DE PROFISSIONAIS

[NOME DA EMPRESA]

Nome do posto de trabalho:

Nome do profissional que ocupa o posto de trabalho:

Nome do profissional que será alocado como substituto para o posto de trabalho:

Data da(s) substituição(ões)

Horário(s) da(s) substituição(ões)

Motivo da Substituição:

Recife, ____ de _____ de 20__.

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE EFETUOU A COBERTURA]

[ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA SUBSTITUIÇÃO]



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

**Contrato n.º /2026
ANEXO V**

DECLARAÇÃO - RESOLUÇÃO CNJ N° 007/2005

[NOME DA EMPRESA]

CONTRATO N.º _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ
sob o nº _____/____-____, sediada à rua

_____, nº _____, sala _____, bairro _____, Cidade/Estado,
CEP _____-_____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para os devidos fins,
que não possui alocados empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta,
colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de
assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal contratante.

(Local), _____ de _____ de 20__.

Responsável Legal

DECLARAÇÃO - RESOLUÇÃO CNJ Nº 156/2012

[NOME DA EMPRESA]
CONTRATO N.º _____/26

NOME COMPLETO:

DECLARO que **NÃO FUI CONDENADO (A)** em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I – atos de improbidade administrativa;

II – Crimes:

- a) Contra a administração pública;
- b) Contra a incolumidade pública;
- c) Contra a fé pública;
- d) Hediondos;
- e) Praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- f) De redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
- g) Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- h) De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

III - pratiquei atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

IV – fui excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente:

V – tive minhas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidades insanáveis que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

(Local), _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Declarante



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

EDITAL DO PREGÃO N.º 90028/2026 – ELETRÔNICO

ANEXO XIII

CADASTRO PARA ASSINATURA DE ATA/CONTRATO

1. Informações da pessoa indicada para representar a licitante vencedora no Contrato:

1.1 Nome completo:

1.2 Estado Civil:

1.3 Cargo ou função:

1.4 Número da identidade:

1.5 CPF/MF:

1.6 Documentação comprobatória da relação jurídica existente entre a pessoa indicada e a empresa contratada

2. Informações da licitante vencedora:

2.1 Razão Social:

2.2 CNPJ:

2.3 Endereço:

2.4 Telefone:

2.5 Telefone celular com whatsapp:

2.6 Dados bancários:

2.7 Agência:

2.8 Conta corrente:

2.9 Banco:

2.10 E-mail: